

Resiane Silveira (Org.)

Democratizar  
para transformar.  
Transformar  
para emancipar.



justiça social

# POLÍTICAS PÚBLICAS

e

## CIÊNCIAS SOCIAIS

em

PERSPECTIVA CRÍTICA

VOLUME 2



políticas públicas  
para quem?

- ☒ saúde
- ☒ educação
- ☒ moradia
- ☒ trabalho
- ☒ cultura
- ☒ assistência social
- ☒ meio ambiente

Analisar o presente.  
Compreender as estruturas.  
Transformar o futuro.

NOSSA VOZ  
NOSSA VEZ!

Editora  
**UNIESMERO**

Resiane Silveira (Org.)

Democratizar  
para transformar.  
Transformar  
para emancipar.



justiça social

# POLÍTICAS PÚBLICAS e CIÊNCIAS SOCIAIS

em

PERSPECTIVA CRÍTICA

VOLUME 2

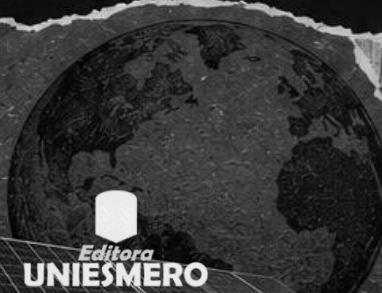


políticas públicas  
para quem?

- ☒ saúde
- ☒ educação
- ☒ moradia
- ☒ trabalho
- ☒ cultura
- ☒ assistência social
- ☒ meio ambiente



Analisar o presente.  
Compreender as estruturas.  
Transformar o futuro.



Editora  
**UNIESMERO**

NOSSA VOZ  
NOSSA VEZ!

**2026 – Editora Uniesmero**

[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)

uniesmero@gmail.com

**Organizadora**

Resiane Paula da Silveira

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Imagens, Arte e Capa:** Freepik/Uniesmero

**Revisão:** Respective autores dos artigos

**Conselho Editorial**

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Políticas Públicas e Ciências Sociais em Perspectiva Crítica -  
Volume 2

S587c / Resiane Paula da Silveira (organizadora). – Formiga (MG):  
Editora Uniesmero, 2026. 140 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5492-176-3

DOI: 10.5281/zenodo.21090834

1. Ciências Sociais. 2. Políticas Públicas. 3. Estudo e ensino. I.  
Silveira, Resiane Paula da. II. Título.

CDD: 300.7

CDU: 301

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam  
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins  
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

[www.uniesmero.com.br](http://www.uniesmero.com.br)

[uniesmero@gmail.com](mailto:uniesmero@gmail.com)

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

[https://www.uniesmero.com.br/2026/06/politicas-  
publicas-volume-2.html](https://www.uniesmero.com.br/2026/06/politicas-publicas-volume-2.html)



***Políticas Públicas e Ciências Sociais  
em Perspectiva Crítica***

***Volume 2***

## **AUTORES**

**Ana Clara de Moraes Astolpho  
Débora Coelho Nunes Campos  
Elaine Ferreira do Nascimento  
Eliane de Castro Gomes  
Eweny Cristina Moraes Figueredo  
Helinelma Serejo Camara  
Ivaldo da Silva Sousa  
Izabel Guedes Guimarães  
Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha  
Liduina Farias Almeida da Costa  
Marcus Vinicius dos Reis Venditti  
Nivea Sanaira Sousa Batista  
Paula Regina Oliveira  
Raimundo Lenilde de Araújo  
Tania Cristina Calsa Venditti  
Tatiana dos Santos Costa  
Vitória Regina da Silva**

## APRESENTAÇÃO

As profundas transformações que marcam a sociedade contemporânea impõem às Ciências Sociais o permanente desafio de compreender, interpretar e problematizar as múltiplas dinâmicas que estruturam a vida coletiva. Em um cenário caracterizado pela intensificação das desigualdades sociais, pelas rápidas mudanças tecnológicas, pelas reconfigurações do Estado e pelas constantes disputas em torno da garantia de direitos, as políticas públicas assumem papel estratégico na construção de respostas institucionais capazes de promover justiça social, desenvolvimento humano e fortalecimento da cidadania.

É nesse contexto que se insere a presente obra, ***Políticas Públicas e Ciências Sociais em Perspectiva Crítica***, concebida como um espaço de reflexão científica, diálogo interdisciplinar e produção de conhecimento comprometido com a análise rigorosa dos fenômenos sociais. Ao reunir pesquisadores, docentes e estudiosos de diferentes áreas do saber, este livro oferece ao leitor uma visão plural e aprofundada sobre questões que atravessam a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, sempre orientadas por uma abordagem crítica e fundamentada em referenciais teóricos consistentes.

A perspectiva crítica que orienta esta coletânea ultrapassa a mera descrição dos processos institucionais. Trata-se de uma postura epistemológica que busca compreender as relações entre Estado, sociedade, economia, cultura e poder, reconhecendo que toda política pública é produzida em contextos históricos específicos, permeados por disputas de interesses, tensões ideológicas e diferentes projetos de sociedade. Sob essa ótica, os capítulos que compõem esta obra convidam o leitor a refletir sobre os limites, as potencialidades e as contradições inerentes às ações estatais voltadas à promoção do bem-estar social.

Os estudos aqui apresentados evidenciam que a complexidade dos desafios contemporâneos exige abordagens interdisciplinares, capazes de integrar diferentes campos do conhecimento, metodologias diversas e múltiplas perspectivas analíticas. Assim, a obra dialoga com áreas como Sociologia, Ciência Política, Administração Pública, Economia, Educação, Saúde Coletiva, Serviço Social, Direito, Planejamento Urbano e

demais campos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, reforçando a importância da produção científica colaborativa para a compreensão dos problemas públicos.

Ao longo desta coletânea, o leitor encontrará reflexões que abordam diferentes dimensões das políticas públicas, contemplando questões relacionadas à governança, à gestão pública, aos direitos sociais, à inclusão, à equidade, à participação cidadã, à sustentabilidade, às transformações tecnológicas e aos desafios impostos pelas mudanças econômicas, políticas e culturais do século XXI. Essa diversidade temática evidencia a riqueza do campo das Ciências Sociais e reafirma seu papel essencial na produção de conhecimentos capazes de subsidiar processos decisórios mais democráticos, eficientes e socialmente responsáveis.

Em tempos marcados pela disseminação acelerada de informações, pela complexificação dos problemas públicos e pela necessidade crescente de decisões fundamentadas em evidências científicas, iniciativas editoriais como esta assumem especial relevância. Elas fortalecem a circulação do conhecimento, promovem o intercâmbio entre diferentes instituições e pesquisadores e contribuem para consolidar uma cultura acadêmica orientada pelo diálogo, pela inovação e pelo compromisso com a transformação social.

Espera-se que esta obra se constitua como referência para pesquisadores, professores, estudantes de graduação e pós-graduação, gestores públicos, profissionais das mais diversas áreas e todos aqueles interessados em compreender criticamente as relações entre políticas públicas e sociedade. Que suas páginas inspirem novas pesquisas, estimulem debates qualificados e fortaleçam o compromisso coletivo com a produção de conhecimentos capazes de contribuir para a construção de sociedades mais democráticas, inclusivas, sustentáveis e socialmente justas.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Capítulo 1                                                                                                                                                     |            |
| <b>ATUAÇÃO DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: EFEITO SOBRE A CONSCIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA</b>                                                   | <b>10</b>  |
| <i>Ana Clara de Moraes Astolpho; Vitória Regina da Silva</i>                                                                                                   |            |
| <hr/>                                                                                                                                                          |            |
| Capítulo 2                                                                                                                                                     |            |
| <b>HOME-OFFICE: A URGÊNCIA DE UM NOVO OLHAR SOBRE O TRABALHO</b>                                                                                               | <b>22</b>  |
| <i>Marcus Vinicius dos Reis Venditti; Tania Cristina Calsa Venditti</i>                                                                                        |            |
| <hr/>                                                                                                                                                          |            |
| Capítulo 3                                                                                                                                                     |            |
| <b>AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO IDOSA DE 60 A 64 ANOS NO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA: reflexões introdutórias</b>                             | <b>38</b>  |
| <i>Eliane de Castro Gomes</i>                                                                                                                                  |            |
| <hr/>                                                                                                                                                          |            |
| Capítulo 4                                                                                                                                                     |            |
| <b>BARREIRAS À INOVAÇÃO EM MICROEMPRESAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA LITERATURA ACADÊMICA EM UM ESTUDO EXPLORATÓRIO</b>                                        | <b>49</b>  |
| <i>Marcus Vinicius dos Reis Venditti; Tania Cristina Calsa Venditti</i>                                                                                        |            |
| <hr/>                                                                                                                                                          |            |
| Capítulo 5                                                                                                                                                     |            |
| <b>A LÓGICA GERENCIAL NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: implicações em debate</b>                                                                                 | <b>70</b>  |
| <i>Eweny Cristina Moraes Figueredo; Helinelma Serejo Camara; Nivea Sanaira Sousa Batista; Paula Regina Oliveira</i>                                            |            |
| <hr/>                                                                                                                                                          |            |
| Capítulo 6                                                                                                                                                     |            |
| <b>A PRAGMÁTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NOS TRIBUNAIS REGIONAIS TRABALHISTAS: Desafios e Inovações sob a Perspectiva dos Métodos de Resolução de Conflitos</b> | <b>83</b>  |
| <i>Débora Coelho Nunes Campos; Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha</i>                                                                                   |            |
| <hr/>                                                                                                                                                          |            |
| Capítulo 7                                                                                                                                                     |            |
| <b>EDUCAÇÃO, RAÇA E CLASSE SOB A LENTE DA LEI 10.639/03: Contradições e Possibilidades na Formação da Consciência em uma Sociedade Desigual</b>                | <b>102</b> |
| <i>Ivaldo da Silva Sousa; Elaine Ferreira do Nascimento</i>                                                                                                    |            |
| <hr/>                                                                                                                                                          |            |
| Capítulo 8                                                                                                                                                     |            |
| <b>A ATUAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA INTERFACE ENTRE CONSUMO E PRODUÇÃO DE RESÍDUOS</b>                                                      | <b>113</b> |
| <i>Tatiana dos Santos Costa; Raimundo Lenilde de Araújo</i>                                                                                                    |            |
| <hr/>                                                                                                                                                          |            |
| Capítulo 9                                                                                                                                                     |            |
| <b>A LINHA DE CUIDADO EM SAÚDE COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UM ESTUDO EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE FORTALEZA</b>               | <b>125</b> |
| <i>Izabel Guedes Guimarães; Liduina Farias Almeida da Costa</i>                                                                                                |            |
| <hr/>                                                                                                                                                          |            |
| <b>AUTORES</b>                                                                                                                                                 | <b>137</b> |



**Capítulo 1**  
**ATUAÇÃO DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE**  
**TRABALHO: EFEITO SOBRE A CONSCIÊNCIA DA CLASSE**  
**TRABALHADORA**

*Ana Clara de Moraes Astolpho*  
*Vitória Regina da Silva*



# **ATUAÇÃO DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: EFEITO SOBRE A CONSCIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA**

**Ana Clara de Moraes Astolpho**

*Doutoranda e Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela UFF, Bacharel em Ciências Econômicas pela UFF. Email: aastolpho@id.uff.br*

**Vitória Regina da Silva**

*Mestre em Serviço Social e desenvolvimento regional pela UFF, Bacharel em Serviço Social pela UNESPAR. Email: vitoriaregina9844@gmail.com*

## **RESUMO**

A partir das transformações estruturais do capitalismo ocorridas principalmente após a década de 1970, marcadas pela crise do modelo fordista-keynesiano, pela ascensão do neoliberalismo e pela intensificação dos processos de reestruturação produtiva, este artigo analisa como a reconfiguração contemporânea do mundo do trabalho impacta a formação da consciência de classe do proletariado. Fundamentado na tradição da teoria marxista e em autores além de Karl Marx, Vladimir Lênin, Ricardo Antunes e Pierre Dardot, o estudo argumenta que as novas dinâmicas produtivas, expressas pela flexibilização, na terceirização, na informalidade e na precarização das relações de trabalho, acabam por provocar a fragmentação da classe trabalhadora, dificultando seus movimentos de organização coletiva de luta e de ação política. Discute-se ainda como os mecanismos ideológicos do capitalismo contemporâneo, especialmente aqueles vinculados ao discurso da meritocracia, do empreendedorismo e da individualização das trajetórias profissionais, contribuem para naturalizar o brutal processo de exploração e enfraquecer a identidade de classe dos trabalhadores. O texto evidencia que, embora as novas formas de

organização produtiva e de organização do trabalho tendam a diluir as identidades e o pertencimento de classe, permanecem latentes as contradições estruturais do modo de produção capitalista, que se manifestam na elevação do grau de exploração da força de trabalho. Nesse sentido, conclui-se que tais contradições, à medida que são reproduzidas, não conseguem impedir a produção das condições objetivas e subjetivas para o surgimento de novas formas de luta, organização e construção de uma consciência de classe emancipatória no interior do proletariado. Nesse cenário, a pesquisa reforça a atualidade do pensamento crítico marxista para compreender as transformações do trabalho e suas implicações sociais contemporâneas.

**Palavras-chave:** consciência de classe; trabalho; precarização; capitalismo.

#### **ABSTRACT**

Starting from the structural transformations of capitalism that have taken place primarily since the 1970s, marked by the crisis of the Fordist-Keynesian model, the rise of neoliberalism, and the intensification of processes of productive restructuring, this article analyzes how the contemporary reconfiguration of the world of work impacts the formation of proletarian class consciousness. Grounded in the Marxist theoretical tradition and drawing on authors such as Karl Marx, Vladimir Lenin, Ricardo Antunes, and Pierre Dardot, the study argues that new productive dynamics—expressed through labor flexibilization, outsourcing, informality, and the precarization of labor relations—ultimately contribute to the fragmentation of the working class, hindering its processes of collective organization, struggle, and political action. The article further discusses how the ideological mechanisms of contemporary capitalism, especially those linked to the discourse of meritocracy, entrepreneurship, and the individualization of professional trajectories, contribute to the naturalization of the brutal process of exploitation and weaken workers' class identity. The text highlights that, although new forms of productive organization and labor management tend to dilute class identities and a sense of collective belonging, the structural contradictions of the capitalist mode of production remain latent, manifesting in the increasing intensity of labor exploitation. In this sense, it concludes that such contradictions, as they are reproduced, do not prevent the emergence of objective and subjective conditions for the development of new forms of struggle, organization, and the construction of an emancipatory class consciousness within the proletariat. In this context, the research reinforces the contemporary relevance of Marxist critical thought for understanding transformations in labor and their current social implications.

**Keywords:** class consciousness; work; precarization; capitalism.

## **INTRODUÇÃO**

A consciência de classe da classe trabalhadora sempre esteve no centro do debate marxista como elemento fundamental para a transformação da sociedade. Para Marx, é a partir da experiência vivida no processo de exploração e das contradições do modo de produção capitalista que os trabalhadores podem construir a classe e elevar-se a uma condição de classe “em si” e no processo de luta desenvolver-se como uma classe “para si”, ou seja, consciente de seus interesses coletivos e de seu papel histórico na superação do capital. No entanto, esse processo de tomada de consciência não é linear e é atravessado pelas transformações históricas do próprio capitalismo.

A partir da década de 1970, com o esgotamento do modelo fordista-keynesiano, o capitalismo entrou em uma etapa marcada pela reestruturação produtiva que possui por base a financeirização da economia e a adoção do ideário neoliberal. Essa fase, muitas vezes chamada de "capitalismo flexível", promoveu mudanças estruturais nas relações de trabalho, com profundas implicações para as condições de vida da classe trabalhadora.

A precarização das relações de trabalho tornou-se uma característica central desse novo estágio do capital. A ampliação do desemprego, o avanço da informalidade, a terceirização, o trabalho intermitente e a dissolução das proteções sociais históricas configuram um cenário em que o vínculo entre capital e trabalho se torna cada vez mais instável. A lógica neoliberal, ao impor a concorrência como valor supremo, atomiza os trabalhadores, dificultando formas coletivas de resistência.

Nesse contexto, a instabilidade e a insegurança fazem com que os trabalhadores se concentrem em estratégias individuais de sobrevivência, afastando-se das lutas e das organizações de classe. A individualização promovida pelas novas formas de exploração dificulta a articulação de um projeto realmente emancipatório. Diante disso, é necessário compreender como as transformações do mundo do trabalho a partir da década de 1970 sim as condições mais materiais de vida da classe proletária, mas também as possibilidades subjetivas de sua auto-organização enquanto classe.

## **TRABALHADORES E A CONSCIÊNCIA DE SI COMO CLASSE**

A classe trabalhadora explorada, por ser constituída dos membros ativos dessa sociedade, “parecem se comportar de maneira passiva e receptiva diante das ideias da

classe dominante” (Marx, 2019, p. 47). Os trabalhadores, com razão, estão buscando os meios mais urgentes para sobreviver, desejam, sim, apenas receber seu salário para pagar suas contas (Iasi, 2013).

Porém, no modo de produção capitalista, o trabalhador dificilmente consegue alcançar esses objetivos. A posição que ocupa no processo de produção a empurra para a pobreza e a miséria profunda.

Assim, sua indignação já não pode ser evitada por suas condições de vida expressarem as urgências humanas mais práticas dessa sociedade. O proletariado é impulsionado pela “contradição entre sua natureza humana e sua situação de vida”, a se revoltar diante da desumanidade a que é submetido sob o Capital (Marx, 2011, p.48-49). Não se tratando do que um ou o proletariado inteiro imagina sobre si, mas sim daquilo que é “obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu ser” (Marx, 2011, p. 49).

O proletariado sob o capitalismo segue essa lógica por necessidade, sem outra forma de sobrevivência (Marx, 2023). Assim, é reducionista explicar a adesão dos trabalhadores às ideias burguesas apenas pela consciência individual dos oprimidos. As ideias impostas a quem não possui os meios materiais de produção são geradas por quem controla os meios de produção intelectual. Assim, as ideias dominantes refletem as relações materiais de dominação, defendendo os interesses que mantêm o poder de uma classe (Marx, 2019).

A predominância das ideias não se origina, necessariamente, na sua verdade, mas em sua adaptação às condições capitalistas. Elas são resultado da dominação material de classe, já que o pensamento reflete o comportamento material do indivíduo, e não o inverso (Marx, 2019). Sob o Capital, a produção das ideias dominantes pertence à burguesia, que oculta que, antes de dominar, precisou convencer a si mesma e os oprimidos de que seus interesses são os da sociedade inteira (Marx, 2011).

Há quem defenda que as ideias produzidas no capitalismo podem ser dissociadas de sua base material, desvinculando-as da perspectiva de classe. Se aceitássemos, hipoteticamente, que essas ideias não têm relação com o modo de produção capitalista, mas dependem apenas do pensamento individual, desconsideraríamos suas origens materiais e presumiríamos que sujeitos, geralmente burgueses, criam, isoladamente, as ideias que guiam o capitalismo

Isso nos levaria a concluir que, no capitalismo, em que a burguesia controla as ideias, conceitos como liberdade e igualdade seriam verdadeiros. No entanto, essa

conclusão desconsidera que esses conceitos, embora pareçam universais, refletem os interesses específicos da classe dominante.

A burguesia, ao dominar, constrói ilusões sobre si mesma e elabora suas ideias, assumindo o papel de ideóloga ativa da sociedade. Ela produz e distribui ideias que retroagem sobre os explorados por meio da superestrutura ideológica.

A essa altura, fica claro que o pensamento está ligado à sua base material. A superestrutura ideológica é essencial para o Capital, pois sustenta contradições internas. À medida que o Capital constante cresce em relação ao Variável, o lucro médio cai, levando o capital a intensificar a exploração do trabalho para compensar. Isso confirma que a ideologia burguesa, já não consegue refletir as relações econômicas de “abertura de mercado” que defende, servindo apenas aos ditames do Capital.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx (2019) afirma que a realidade não nasce das ideias, mas que estas surgem da experiência com raízes históricas na realidade objetiva do capitalismo: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência” (Marx, 1989, p. 28-29).

Por isso, não devemos julgar o indivíduo pela ideia que tem de si mesmo, tampouco reduzir sua consciência a um atributo de poucos “iluminados”. Em Marx (2019) a consciência de classe não depende da “força de vontade” do explorado, mas das contradições em sua vida social que empurram suas próprias condições de existência para a indignação.

Para Marx (2012), consciência de classe é o passo rumo à emancipação humana do Capital, alcançada pela elevação da consciência das massas para a superação do capitalismo; em última instância, ela se expressa no marxismo e seu partido.

Assim, as ideias não possuem existência autônoma, tampouco surgem do éter como mera operação acrítica do indivíduo que pensa. O pensamento é condicionado pela posição que o indivíduo ocupa na relação social de produção. Nesse sentido, os trabalhadores não se encontram em condição de exploração por não “pensarem corretamente”, pois, se assim fosse, bastaria mudar sua consciência para deixar de serem assalariados, o que não ocorre (Marx, 2011).

Sua consciência está projetada no mundo material pelo qual, sob a ordem do capital, está submetida a ideias que não são suas, nem mesmo derivadas de sua classe social, mas impostas por uma classe dominante que o explora.

Segundo Marx (2019), as ideias revolucionárias surgem porque já existe, materialmente, uma classe revolucionária. A humanidade só enfrenta problemas cujas condições materiais para superação já existem ou estão em desenvolvimento, pois ela mesma os cria (Marx, 1989). Nesse sentido, é a condição econômica concreta de dominação que submete a massa de trabalhadores a uma situação comum de opressão.

A massa explorada se constitui como classe em si em relação ao Capital, mas ainda não como classe para si (Marx, 2008, p. 190). O capitalista, o “portador consciente desse movimento”, exerce o domínio da ideologia que formula sobre o mundo (Marx, 2023, p. 229).

Nesse ponto, Lenin (2009) é claro ao afirmar que, como os interesses das classes mais elementares do capitalismo são irreconciliáveis e se encontram em polos opostos, não existe meio-termo entre a ideologia burguesa e a ideologia socialista.

Desse modo, no interior do capitalismo, não há espaço para uma suposta terceira ideologia capaz de mediar a sociedade. Existem apenas dois lados antagônicos: a burguesia, que busca manter-se no poder, e o proletariado, em luta por sua libertação, o que, para o autor, significa o socialismo.

O argumento do autor é que isso só pode ocorrer por meio de formas ideológicas capazes, além de explicar as contradições do mundo, de orientar sua transformação de maneira cientificamente rigorosa (Lenin, 2009). Portanto, o proletariado é revolucionário não por aderir a boas ideias, mas por ocupar uma posição estratégica na produção social, em antagonismo direto com a burguesia.

Lenin (2009), aponta isso em *O que fazer?*, a consciência sindical, espontânea como aquelas lutas por salário, jornada de trabalho e entre outras, embora seja o embrião, não determina uma elevação da consciência, para isso é preciso elevar a consciência do proletariado por meio da organização política da classe.

De acordo com Marx (2012), a organização da classe é tarefa do partido político, mas a aspiração à emancipação parte do próprio proletariado. Não se trata de acreditar que o proletariado seria capaz de se auto-superar por conta própria, restando-nos apenas cruzar os braços e aguardar passivamente a chegada da revolução.

Tampouco basta possuir energia ou sentimento revolucionário; é necessário que os efeitos das contradições se concentrem em uma classe que se torne o escândalo universal, a barreira comum a todos. Para que uma classe seja, por excelência,

revolucionária, é preciso que nada mais tenha a perder, pois tudo já lhe foi tirado (Marx, 2012).

Assim, a burguesia, mais do que alimentar o ódio e a rebeldia do proletariado ao expropriá-lo, centra nele sua obsessão: a busca pela valorização do valor.

A classe trabalhadora representa o motor que impulsiona a acumulação capitalista, enquanto a elevação de sua consciência a essa realidade é a crítica capaz de colher as flores imaginárias de seus grilhões, com vistas a uma revolução social (2010, p. 60-80). Essa revolução não parte do que os indivíduos dizem ou imaginam de si, mas de atividades práticas que dizem respeito à vida real, no interior das lutas de classes (Marx, 2012).

A burguesia é incapaz de manter sua posição dominante sem assegurar a existência do proletariado, tornando-o a única classe com audácia para lançar ao Capital: “não sou nada e teria de tudo [...]”. “Os proletários nada têm a perder com ela [revolução] do que seus grilhões. Têm, sim, um mundo a ganhar (Marx, 2012, p.83; 2010, p. 155).

## **A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO E OS EFEITOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA**

A partir da década de 1970, o capitalismo entra em crise em decorrência de suas contradições internas, sendo a queda da taxa de lucro, nesse período, uma expressão clássica dessa crise (Carcanholo, 2010). Na busca por sua superação, o sistema recorre a mecanismos de ampliação da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e ao alargamento das operações financeiras. Ambos os processos se desenvolvem com a legitimação do Estado, tendo como referência o desenvolvimento da teoria neoliberal gerando impactos negativos tanto na vida material quanto nos processos de assimilação da capacidade revolucionária da classe trabalhadora.

Com o desenrolar das últimas décadas do século XX, Dardot e Laval (2014, p. 271) apontam o surgimento da “governança”, com o objetivo de difundir a concorrência exacerbada. Sendo o Estado com “boa governança” aquele “que respeita as condições de gestão sob os préstimos do ajuste estrutural e, acima de tudo, a abertura aos fluxos comerciais e financeiros” (Dardot e Laval, 2014, p. 271).

Essa “boa governança” corresponde à atuação do Estado em favor das necessidades do capital no período pós-crise, funcionando como uma espécie de “salva-vidas” para o sistema. Isso se expressa na flexibilização das regulamentações das relações

de trabalho, em especial naquelas exigidas pelo capital financeiro, promovendo uma série de contrarreformas que atacam direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Com isso, consolidam-se regimes de trabalho marcados pela ausência de proteção social, como é o caso do trabalho intermitente. A esse respeito, Druck (2021, p. 823) observa que:

A concorrência entre empresas, indivíduos, instituições públicas, em todos os níveis territoriais, é aclamada como qualidade primordial, indispensável aos novos tempos. Sob a lógica do mercado, defende-se que a desregulamentação e a privatização sustentadas pela concorrência eliminam os “entraves burocráticos”, aumentam a produtividade e reduzem custos.

Nesse cenário, o processo de financeirização se aprofunda sobre o setor produtivo, que, no pós-crise, já não consegue garantir a lucratividade esperada devido ao aumento da composição orgânica do capital. A partir da década de 1980, “a produção real passou a ser um apêndice do capital fictício ” (Jappe, 2013, p. 151), tornando este o verdadeiro motor do crescimento econômico. Assim, o capital fictício passou a subordinar a produção, e a especulação financeira se tornou uma dimensão necessária da acumulação de capital, integrando de forma estrutural a lógica do sistema.

Contudo, embora permita a redução do número de trabalhadores no chão de fábrica, esse movimento não elimina a necessidade do trabalho humano no processo de valorização do capital. Isso seria impossível sob a ordem do Capital. Por isso, a hipertrofia do setor financeiro intensifica as tensões entre capital e trabalho, pois, com a relativa retração dos investimentos produtivos, “o dinamismo fica abaixo da potencialidade do capital social disponível e amplia-se o desemprego e o subemprego” (Barbosa, 2018, p. 252).

A partir dos anos 1970, o setor financeiro ganha primazia como forma de sobrevivência do Capital, mas gera efeitos colaterais: reforça as causas da crise e intensifica a exploração da classe trabalhadora, levando à precarização do trabalho. Para conter os efeitos da crise, o Capital usa contratendências que ampliam a exploração da classe trabalhadora, aumentando jornada e intensidade do trabalho para extrair mais valor.

Dessa forma, a partir de 1970 a precarização do trabalho intensifica, principalmente nos países centrais , a partir de um diagnóstico que compreendia o crescente desemprego como resultado da rigidez legislativa, prevalecendo a

desregulamentação e flexibilização do trabalho (Manzano, Krein, Abílio, 2023), por meio da acelerada “substituição do trabalho vivo por incrementos tecnológicos associados a constantes reais arranjos produtivos” (Praun, 2023, p. 251).

Diante disso, Antunes (2020 *apud* Praun, 2023, p. 247) sintetiza que as principais características do mundo do trabalho no atual estágio de desenvolvimento capitalista são: “flexibilidade total; disponibilidade permanente; e mascaramento das relações de trabalho sobre o guarda-chuva da prestação de serviços ou de outras modalidades similares”.

Desse gancho torna-se necessário aprofundar a análise sobre uma característica central das novas formas de relação entre Capital e Trabalho: a conhecida terceirização, que se destaca como marca principal dessa nova necessidade do Capital de externalizar atividades anteriormente produzidas no interior das fábricas. O Capital contrata trabalhador como prestador de serviços, assalariado de uma pequena ou microempresa, eximindo-se de responsabilidades trabalhistas e mistificando a exploração.

Diante disso, Tavares (2021, p. 92) destaca que a partir da estratégia de terceirização:

as instituições representativas do capital disseminam a ideia de que a grande saída para o trabalhador é ser empresário, fazendo crer que no mercado todos somos iguais, embora o trabalhador (potencial empresário) munido apenas de sua força de trabalho deva competir com os detentores do grande capital. [...] a flexibilização opera o milagre da subcontratação, transferindo as pequenas empresas a prática da legalidade que o grande capital não precisa operar, de modo que o trabalho-patrão possa explorar a si mesmo e/ou a outros trabalhadores, para, juntos, trabalharem sob o comando do capital industrial.

Á vista disso, o capital, segundo Tavares (2021), aumenta a exploração para fins de maior extração de mais-valor. Esse processo ocorre mesmo sem tornar evidentes as relações diretas entre o capital e o trabalhador, pois o trabalhador é capturado pelo mito da flexibilidade e, em geral, atua de forma informal em pequenos empreendimentos ou como autônomo. Com relação a isso, Druck acrescenta que:

na condição precária, há um processo de individualização profundo que dissolve a capacidade de existir como coletivo. Sob a ameaça do desemprego e da precarização, os trabalhadores são forçados a serem flexíveis, adaptáveis, sendo obrigados a “entrar no jogo” do capitalismo flexível. Neste cenário, promove-se uma brutal concorrência entre “iguais”, ou seja, entre trabalhadores que disputam as mesmas posições

de inserção no mercado de trabalho, quando são levados a adotar estratégias individuais e não mais coletivas para enfrentar essa disputa (Druck, 2018, p. 79).

Além disso, Tavares (2021, p. 135) também destaca que no recente período histórico a organização fragmentada do trabalho auxilia para um processo de ampliação da consciência da condição de exploração. A propagação de formas terceirizadas de contrato, bem como a difusão da pequena empresa, das cooperativas e do trabalho domiciliar, contribuem para maximizar a exploração da força de trabalho. Concomitantemente, essas formas cumprem também um papel ideológico, à medida que colaboram para a mistificação da realidade em “prol das políticas que responsabilizam os interesses dominantes”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, a crise deflagrada na década de 1970, marcada pela financeirização e pela precarização das relações de trabalho, surge como uma contratendência voltada à tentativa de restaurar, ainda que parcialmente, as taxas de lucro do capital.

A financeirização, ao subordinar a economia produtiva à lógica especulativa, aprofunda a instabilidade econômica e contribui para a degradação das condições de trabalho. Nesse contexto, a flexibilização das relações de trabalho, com a ampliação da informalidade, da rotatividade e da terceirização, consolida-se como elemento central do novo padrão de regulação do trabalho.

Essa nova morfologia laboral, marcada por vínculos frágeis, pela individualização das responsabilidades e pela desproteção social, opera na fragmentação da classe trabalhadora a fim de minar todo tipo de consciência de classe, dificultando a constituição de uma consciência coletiva que questione e transforme a realidade do modo de produção capitalista.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Rosângela Nair de C. Questão social, crise do capital e formação profissional: desafios ao Serviço Social na contemporaneidade. *Revista Sociedade em Debate*, v. 24, n. 2, Pelotas, 2018.

CARCANHOLO, M. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Revista Aurora*, Marília, SP, v. 3, n. 2, p. 3–10, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCK, Graça. A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 41, v. 1, 2018.

DRUCK, Graça. O Estado neoliberal no Brasil: a ideologia do empreendedorismo e o fim dos servidores públicos. *Contemporânea*, São Carlos, v. 11, n. 3, 2021.

JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria*. Lisboa: Antígona, 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O que fazer? Questões candentes de nosso movimento*. São João del-Rei: Estudos Vermelhos, 2009.

MANZANO, Marcelo; KREIN, José Dari; ABÍLIO, Ludmila Costhek. A dinâmica da informalidade laboral no Brasil nas primeiras duas décadas do século XXI. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Iceberg à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Vozes de Bolso, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1969.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família: ou a crítica da crítica contra Bruno Bauer e consorte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro VI: o processo de produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

PRAUN, Luci. Sujeitos ao acaso: trabalho flexível e vida fortuita sob o capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Iceberg à deriva: o trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.

TAVARES, Maria Augusta. **Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2021.



**Capítulo 2**  
**HOME-OFFICE: A URGÊNCIA DE UM NOVO OLHAR SOBRE O**  
**TRABALHO**

*Marcus Vinicius dos Reis Venditti*  
*Tania Cristina Calsa Venditti*



# HOME-OFFICE: A URGÊNCIA DE UM NOVO OLHAR SOBRE O TRABALHO

***Marcus Vinicius dos Reis Venditti***

*Mestre em Administração e Professor de Ensino Superior*

***Tania Cristina Calsa Venditti***

*Especialista em Nutrição Clínica, Pedagoga e Professora de Cursos Técnicos*

## **RESUMO**

O presente estudo investigou o impacto do trabalho remoto, também conhecido como home-office ou teletrabalho, quanto ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional, saúde mental, desafios enfrentados, produtividade, especialmente no contexto pós-pandemia de COVID-19. Utilizando uma abordagem quantitativa, foram coletados dados por meio de um questionário aplicado a 62 profissionais em regime de home-office, analisados por estatística descritiva. Os resultados indicaram na percepção dos participantes, melhorias no equilíbrio entre vida pessoal e profissional e também aumento na produtividade, uma parte significativa enfrentou desafios como dificuldade em desligar do trabalho e controlar seu tempo, além de uma minoria relatar impactos negativos na saúde mental. A análise dos dados à luz do referencial teórico revelou uma complexa interação entre benefícios e desafios do trabalho remoto, destacando a necessidade de políticas e práticas organizacionais que garantam o bem-estar e o equilíbrio dos trabalhadores. A pesquisa contribuiu para a compreensão das nuances do trabalho remoto, apontando a importância do suporte empresarial e de ferramentas de comunicação eficazes.

**Palavras-chave:** Trabalho remoto, Equilíbrio trabalho-vida, Saúde mental.

## **1. INTRODUÇÃO**

A história do trabalho remoto pode ser dividida em fases, cada uma marcada por inovações tecnológicas e mudanças socioeconômicas. Inicialmente, o telefone e, posteriormente, a internet, impulsionaram seu desenvolvimento. Nos anos 1990, o "teletrabalho" começou a ser formalizado, com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) debatendo as condições de trabalho no domicílio (BENAVIDES et al., 2021). A Convenção 177/1996 da OIT sobre trabalho a domicílio destacou a necessidade de regulamentação e proteção dos direitos dos trabalhadores que atuam fora do ambiente tradicional de trabalho (BENAVIDES et al., 2021). Essa regulamentação representou um passo importante para legitimar o trabalho remoto como forma de emprego, apesar dos desafios persistentes. O advento da internet de alta velocidade e das tecnologias móveis expandiu ainda mais o trabalho remoto no início do século XXI. Empresas buscaram políticas de trabalho flexíveis, permitindo que funcionários trabalhassem em casa ou em locais alternativos. Essa mudança foi motivada pela busca por maior produtividade e satisfação dos funcionários, além da redução de custos operacionais (FILARDI et al., 2020). Entretanto, a implementação não foi uniforme, e muitos trabalhadores enfrentaram barreiras como a falta de infraestrutura adequada e resistência cultural (ANTUNES, 2023).

A pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, impulsionou uma mudança drástica e repentina na dinâmica do trabalho remoto. As medidas de distanciamento social levaram milhões de trabalhadores em todo o mundo a adaptarem-se ao teletrabalho quase que imediatamente. Essa transição abrupta expôs vantagens e desvantagens. A flexibilidade e a eliminação do tempo de deslocamento contribuíram para um melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal (MOURÃO et al., 2023). Por outro lado, surgiram preocupações sobre a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores, com relatos de estresse, isolamento social e dificuldades em separar trabalho e vida pessoal (CARNEIRO; CARDOSO, 2023; ANTUNES, 2023).

A experiência da pandemia também destacou a necessidade de suporte gerencial mais robusto. As lideranças precisaram adaptar-se a novas formas de comunicação e gestão, revisando a distribuição de tarefas e a definição de metas (MOURÃO et al., 2023). A falta de comunicação e o sentimento de desconexão com a empresa foram

frequentemente relatados, levando a um aumento do dano existencial entre os trabalhadores (CARNEIRO; CARDOSO, 2023; FILARDI et al., 2020).

O futuro do trabalho remoto permanece incerto, mas as lições aprendidas durante a pandemia moldarão as práticas de trabalho nos próximos anos. A regulamentação do teletrabalho e a supervisão dos riscos ocupacionais associados são questões que precisam ser abordadas de forma mais abrangente (CASTRO et al., 2023). A saúde dos trabalhadores deve ser considerada um bem fundamental, e as empresas têm a responsabilidade de criar condições de trabalho que minimizem os riscos e promovam o bem-estar (FIORILLO; MEDEIROS, 2023).

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A presente pesquisa se fundamentou em teorias de gestão de pessoas em ambientes remotos, ergonomia, psicologia e sociologia do trabalho. O cerne da análise reside na interação desses campos para investigar os impactos do trabalho remoto no equilíbrio entre vida pessoal e profissional, bem como na saúde mental dos trabalhadores. Busca-se também identificar as estratégias de suporte empresarial que podem ser implementadas. As teorias principais que orientam esta pesquisa incluem a Teoria da Equidade, a qual postula que a percepção de justiça no ambiente de trabalho afeta o bem-estar e a produtividade (ADAMS, 1965).

A Teoria da Autodeterminação, proposta por Deci e Ryan (2000), enfatiza que autonomia, competência e relações sociais no trabalho remoto são determinantes para a motivação e o bem-estar. O Modelo de Demanda-Controle-Suporte, por sua vez, destaca que o equilíbrio entre as demandas de trabalho, o controle sobre o trabalho e o suporte social são fatores essenciais para a saúde mental (KARASEK; THEORELL, 1990). Adicionalmente, a Teoria do Job Demands-Resources (JD-R) analisa o impacto dos recursos e das demandas do trabalho na saúde mental e no burnout (DEMEROUTI et al., 2001). As teorias da Ergonomia, por fim, ressaltam que a adequação do ambiente de trabalho doméstico influencia a saúde física e a produtividade (IIDA, 2005).

O isolamento social decorrente pode diminuir o suporte social, fundamental para a saúde mental (FILHO, 2024; ANTUNES, 2023). A hiper conexão, uma característica marcante do trabalho remoto, também tem implicações profundas, levando ao estresse e sentimento de inadequação (CARNEIRO; CARDOSO, 2023). A pressão para estar

constantemente conectado pode gerar um dano existencial, com trabalhadores se sentindo sempre em falta com suas responsabilidades (CARNEIRO; CARDOSO, 2023). Essa situação é particularmente preocupante para educadores, que enfrentaram demandas adicionais durante a pandemia (SANTOS et al., 2022).

Os riscos ergonômicos também emergem como uma preocupação significativa (GUIMARÃES et al., 2022), afetando tanto a saúde física quanto a mental. As empresas, nesse contexto, desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar dos trabalhadores em teletrabalho. Políticas que incentivem a saúde mental, programas de apoio psicológico e uma cultura organizacional que valorize o equilíbrio entre vida pessoal e profissional são fundamentais (FIORILLO; MEDEIROS, 2023; CASTRO et al., 2023).

A comunicação eficaz também se mostra vital, com investimentos em ferramentas e práticas que facilitem a interação e o engajamento (ARTAR, 2024). É importante notar que a orientação sobre o teletrabalho e o respeito aos direitos dos trabalhadores são essenciais para evitar desigualdades e exploração (ANTUNES, 2023; CASTRO et al., 2023; FIORILLO; MEDEIROS, 2023).

Cordova (2024) investiga a relação positiva entre suporte técnico e eficácia nas tarefas, enquanto Santos (2023) analisa a duração do trabalho remoto e sua relação com diagnósticos positivos de COVID-19, ressaltando questões sobre saúde mental e bem-estar. Candido (2024) enfatiza a importância da ergonomia no ambiente doméstico, enquanto Artar (2024) pesquisa a satisfação na comunicação interpessoal e seu impacto na satisfação no trabalho. Miranda (2024) desenvolveu uma escala para medir habilidades para gerenciar o trabalho remoto e Meira (2024) conclui que organizações que incentivam práticas de “job crafting” e oferecem suporte flexível geram benefícios.

Finalmente, Carneiro e Cardoso (2023) exploram o dano existencial da hiperconexão, particularmente entre educadores, destacando a importância de limites claros. Castro et al. (2023) analisam normas jurídicas que regulamentam o teletrabalho na saúde, enfatizando a ergonomia e a segurança do trabalhador. Guimarães et al. (2022) relatam um aumento de estresse e problemas ergonômicos durante o teletrabalho, ressaltando a importância de treinamentos e adaptações ergonômicas. Antunes (2023) discute fatores psicossociais, como isolamento e intensificação do trabalho, que podem levar a um descompasso entre a regulamentação e as necessidades dos trabalhadores. Mourão et al. (2023) abordam a importância do suporte gerencial, e Santos et al. (2022) examinam o

impacto da pandemia na dinâmica do ensino e saúde dos professores. Em suma, os estudos revelam uma complexa rede de fatores que influenciam a experiência dos trabalhadores, com o teletrabalho oferecendo vantagens, mas também apresentando desafios que comprometem a saúde mental e o bem-estar.

De acordo com a literatura pesquisada percebeu-se a necessidade de investigar as seguintes assertivas mais profundamente:

**O trabalho remoto melhorou meu equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.** (FILARDI et al., 2020; FIORILLO; MEDEIROS, 2023) A flexibilidade do teletrabalho contribui para um melhor equilíbrio entre vida pessoal e profissional, com redução do tempo de deslocamento e maior capacidade de gerenciamento das responsabilidades (FILARDI et al., 2020) e melhoria na qualidade de vida (FIORILLO; MEDEIROS, 2023).

**Sinto-me mais estressado(a) trabalhando remotamente do que no escritório.** (GUIMARÃES et al., 2022; CARNEIRO; CARDOSO, 2023) A falta de separação entre ambiente de trabalho e lar, a hiper conexão e a pressão por disponibilidade constante podem aumentar o estresse (GUIMARÃES et al., 2022; CARNEIRO; CARDOSO, 2023).

**Tenho maior facilidade em controlar meu tempo de trabalho em regime de home office.** A autonomia na gestão do tempo, a flexibilidade e a redução do tempo de deslocamento contribuem para um melhor controle do tempo de trabalho (FILARDI et al., 2020; FIORILLO; MEDEIROS, 2023).

**O trabalho remoto afetou negativamente minha saúde mental.** Isolamento social, falta de interação e contextos de alta demanda e falta de suporte podem levar a problemas de saúde mental (CARNEIRO; CARDOSO, 2023; BENAVIDES et al., 2021).

**A minha empresa me fornece suporte adequado para o trabalho remoto.** O suporte gerencial, recursos adequados e comunicação clara são cruciais para a satisfação e produtividade (MOURÃO et al., 2023). A falta de suporte pode resultar em experiências negativas (GUIMARÃES et al., 2022).

**Me sinto isolado(a) trabalhando remotamente.** A falta de interação social pode levar a sentimentos de isolamento, solidão e estresse (SANTOS et al., 2022; CARNEIRO; CARDOSO, 2023).

**Tenho dificuldade em desligar do trabalho quando estou em casa.** A hiper conexão e a falta de limites claros entre trabalho e lazer podem dificultar o desligamento, levando a burnout e estresse (CARNEIRO; CARDOSO, 2023; FILARDI et al., 2020).

**As ferramentas de comunicação da empresa facilitam meu trabalho remoto.**

Plataformas digitais eficazes melhoram a colaboração e comunicação, facilitando o trabalho (FILARDI et al., 2020; MOURÃO et al., 2023).

**O trabalho remoto me permitiu aumentar minha produtividade.** A redução de distrações e a flexibilidade de horários podem contribuir para o aumento da produtividade (FILARDI et al., 2020; CARNEIRO; CARDOSO, 2023).

**Recomendo o trabalho remoto para outros profissionais.** (GUIMARÃES et al., 2022; BENAVIDES et al., 2021) Experiências positivas, flexibilidade e melhoria na qualidade de vida podem levar à recomendação do trabalho remoto (GUIMARÃES et al., 2022; BENAVIDES et al., 2021).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Esta seção apresenta a análise dos resultados quantitativos obtidos por meio de um questionário sobre trabalho remoto. Os dados foram coletados com o objetivo de avaliar o impacto do trabalho remoto no equilíbrio entre vida pessoal e profissional, na saúde mental, os desafios enfrentados, a produtividade e a recomendação do modelo.

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, um tipo de investigação apropriado quando o tema é pouco conhecido ou quando se busca uma compreensão inicial de um fenômeno (GIL, 2008). O objetivo principal é identificar padrões e possíveis relações entre o trabalho remoto, o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e a saúde mental dos colaboradores, em vez de testar hipóteses específicas. Assim, o nível da pesquisa é exploratório, visando fornecer uma visão geral do tema e gerar insights para estudos futuros.

A abordagem utilizada é quantitativa, que envolve a coleta e análise de dados numéricos para descrever um fenômeno e identificar associações entre variáveis (CRESWELL, 2010). Esta abordagem é adequada para o estudo, pois permite analisar padrões e relações a partir de uma amostra de colaboradores, além de possibilitar a identificação de grupos com diferentes perfis de impacto do trabalho remoto.

O método de coleta de dados utilizado foi um questionário estruturado para coletar informações de um grande número de participantes de forma eficiente e padronizada (MALHOTRA, 2019). O questionário composto por perguntas fechadas e escalas Likert, abordando os seguintes temas: Dados Demográficos: idade, gênero, nível de escolaridade,

tempo em home-office. Equilíbrio Vida Pessoal-Profissional: percepção sobre a dificuldade em conciliar trabalho e vida pessoal, sobrecarga de trabalho, tempo dedicado ao trabalho fora do horário comercial. Saúde Mental: níveis de estresse, ansiedade, humor, qualidade do sono, sentimentos de solidão e isolamento, percepção sobre o impacto do trabalho remoto na saúde mental. Ações da Empresa: percepção sobre o apoio da empresa ao trabalho remoto, sugestões de melhorias e ações que a empresa poderia implementar para mitigar os desafios.

O questionário foi desenvolvido com base em literatura relevante sobre trabalho remoto, equilíbrio vida-trabalho e saúde mental, conforme mencionado nas referências bibliográficas. Ainda sobre o questionário, este foi enviado a dez especialistas para validação. Etapa que foi concluída satisfatoriamente.

A amostra foi composta por 62 profissionais selecionados por conveniência, recrutados entre os colaboradores que atuam em regime de home-office em organizações específicas. A amostra de conveniência foi escolhida devido à facilidade de acesso e à praticidade na coleta de dados. Convites para participação na pesquisa, contendo um link para acesso ao questionário online, foram enviados via aplicativo de mensagens WhatsApp, com o devido consentimento dos participantes. É importante ressaltar que, por se tratar de uma amostra de conveniência, os resultados devem ser interpretados com cautela, considerando que eles podem não ser generalizáveis para outros contextos ou populações.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2024. O período foi escolhido por ser um momento em que as atividades na empresa se mantêm regulares, sem grandes alterações que possam influenciar nas percepções dos colaboradores sobre o trabalho remoto.

Os dados coletados foram analisados por meio de métodos estatísticos descritivos, utilizando um software estatístico adequado. Inicialmente, foi feita uma análise descritiva dos dados, para caracterizar a amostra e as respostas obtidas nos questionários.

A participação na pesquisa foi voluntária, e os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e sobre o anonimato e confidencialidade de suas respostas. O projeto de pesquisa será submetido à apreciação e aprovação do Comitê de Ética da Instituição, seguindo as normas e diretrizes para pesquisas envolvendo seres humanos.

É importante ressaltar que, como toda pesquisa, este estudo apresenta limitações. A principal limitação é o tamanho da amostra, que é relativamente pequeno e de

conveniência, o que pode limitar a generalização dos resultados. Além disso, a coleta de dados por questionário pode gerar vieses, como a desejabilidade social, em que os participantes podem responder o que consideram socialmente aceitável, em vez de expressar suas opiniões reais. No entanto, a pesquisa exploratória, com o uso da análise discriminante, permitirá identificar padrões iniciais e relações que servirão como base para pesquisas mais aprofundadas no futuro.

#### **4.1 IMPACTO NO EQUILÍBRIO VIDA PESSOAL/PROFISSIONAL**

a) **O trabalho remoto melhorou meu equilíbrio entre vida pessoal e profissional.** Um total de 51 participantes expressou concordância, parcial ou total, em relação à melhoria do equilíbrio entre vida pessoal e profissional proporcionada pelo trabalho remoto. Este resultado indica uma percepção positiva em relação à conciliação entre as esferas pessoal e profissional sob essa modalidade de trabalho.

b) **Sinto-me mais estressado(a) trabalhando remotamente do que no escritório.** A maioria dos participantes, totalizando 47, discorda da afirmação de que se sentem mais estressados trabalhando remotamente, sugerindo que, para a maioria, o trabalho remoto não está associado a um aumento nos níveis de estresse. Contudo, é importante notar que 6 participantes relataram um aumento no estresse ao trabalhar remotamente, sinalizando a necessidade de investigar os fatores que levam a esse resultado.

c) **Tenho dificuldade em desligar do trabalho quando estou em casa.** As respostas para esta questão mostram-se bastante divididas, com 28 participantes concordando que sentem dificuldade em desligar do trabalho, enquanto outros 28 discordam. A alta taxa de respostas “Indiferente” (16) também sugere que muitos não têm certeza ou não sentem que essa seja uma questão que os afete. Essa divisão indica que a dificuldade em separar o trabalho da vida pessoal é um desafio para uma parte considerável dos participantes.

## **4.2 IMPACTO NA SAÚDE MENTAL**

a) **Tenho maior facilidade em controlar meu tempo de trabalho em regime de home office.** A grande maioria dos participantes (49) discorda da afirmação, sugerindo uma dificuldade predominante em controlar o tempo de trabalho no regime de home office. Esse resultado aponta para a importância de se investigar as razões para essa dificuldade, que podem estar relacionadas com a falta de estrutura ou com a dificuldade de estabelecer limites claros entre o tempo de trabalho e o tempo de descanso.

b) **O trabalho remoto afetou negativamente minha saúde mental.** De forma similar à questão anterior, a maioria dos participantes (49) discorda da afirmação de que o trabalho remoto tenha afetado negativamente sua saúde mental. Entretanto, 7 participantes concordam, indicando que para uma minoria o trabalho remoto pode representar um risco para a saúde mental. É importante identificar os fatores que levam esses participantes a associar o trabalho remoto a impactos negativos em sua saúde mental.

c) **Me sinto isolado(a) trabalhando remotamente.** Os dados apresentam uma divisão nas respostas, com 32 participantes não se sentindo isolados, e 15 expressando o sentimento de isolamento. A resposta 'Indiferente' também foi expressiva com 15 manifestações, sugerindo que a questão do isolamento não é uma preocupação para todos. A polarização das respostas indica que o sentimento de isolamento pode ser uma experiência individual e depender de fatores como a personalidade e o tipo de interação com os colegas e a empresa.

## **4.3 DESAFIOS DO TRABALHO REMOTO**

a) **A minha empresa me fornece suporte adequado para o trabalho remoto.** Um total de 34 participantes concorda que a empresa oferece suporte adequado para o trabalho remoto, enquanto 11 discordam. No entanto, um número considerável de participantes (17) se mostrou indiferentes. É importante entender as razões por trás dessa indiferença.

b) **As ferramentas de comunicação da empresa facilitam o meu trabalho remoto.** A maioria dos participantes (44) concorda que as ferramentas

de comunicação da empresa facilitam o trabalho remoto, enquanto apenas 4 discordam. A presença de 14 respostas indiferentes sugere que parte dos respondentes pode não ter utilizado ou percebido o impacto das ferramentas de comunicação de forma tão clara.

#### **4.4 PRODUTIVIDADE E RECOMENDAÇÃO**

a) **O trabalho remoto me permitiu aumentar minha produtividade.** A maioria dos participantes (45) concorda que o trabalho remoto permitiu aumentar sua produtividade. Este resultado é um indicador positivo da eficácia do trabalho remoto, pelo menos para este grupo de participantes.

b) **Recomendo o trabalho remoto para outros profissionais.** Análise: Um número expressivo de participantes (47) recomendaria o trabalho remoto para outros profissionais. Este dado demonstra uma percepção geral positiva em relação ao trabalho remoto e sugere que os participantes veem vantagens em recomendar essa modalidade de trabalho.

Nesse sentido, em análise, pode-se inferir que o presente estudo investigou o impacto do trabalho remoto na vida de profissionais, buscando compreender suas percepções sobre o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, saúde mental, desafios enfrentados e produtividade. Para tanto, foi aplicado um questionário quantitativo, cujos resultados serão analisados à luz de referenciais teóricos sobre gestão de pessoas em ambientes remotos, ergonomia, psicologia e sociologia do trabalho. O objetivo principal desta análise é estabelecer conexões, identificar confirmações e contrastes entre os achados da pesquisa e as teorias existentes, a fim de aprofundar a compreensão dos fenômenos observados e suas implicações práticas e teóricas. Confrontar os resultados com o referencial teórico é crucial, pois permite não apenas verificar se as teorias se sustentam na prática, mas também identificar nuances e particularidades que podem enriquecer o conhecimento sobre o trabalho remoto.

Um dos achados mais significativos da pesquisa é a concordância majoritária dos participantes (51) em relação à melhoria do equilíbrio entre vida pessoal e profissional com o trabalho remoto. Este resultado corrobora com a literatura, que aponta a flexibilidade do teletrabalho como um fator que contribui para este equilíbrio, com a redução do tempo de deslocamento e maior capacidade de gerenciamento das

responsabilidades, como explicitado por Filardi et al. (2020) e reforçado por Fiorillo e Medeiros (2023). A percepção de que o trabalho remoto aumentou a produtividade, expressa por 45 participantes, também se alinha com a teoria, que sugere que a flexibilidade de horários e a redução de distrações podem favorecer a produtividade, conforme apontado por Filardi et al. (2020) e Carneiro & Cardoso (2023). Além disso, a maioria dos participantes (44) concorda que as ferramentas de comunicação da empresa facilitam o trabalho remoto, Com certeza! Segue a continuação do artigo revisado, incluindo a seção de conclusão e a formatação completa das referências: o que demonstra a importância de plataformas digitais eficazes para a colaboração e interação, conforme defendido por Filardi et al. (2020) e Mourão et al. (2023). O suporte adequado fornecido pela empresa para o trabalho remoto, confirmado por 34 participantes, demonstra a relevância do suporte gerencial, recursos adequados e comunicação clara, elementos cruciais para a satisfação e produtividade, conforme defendido por Mourão et al. (2023).

Embora a maioria dos participantes relate melhoria no equilíbrio vida pessoal/profissional, uma parcela significativa (28) relata dificuldade em desligar do trabalho quando está em casa. Esse dado revela uma contradição interessante, pois, apesar da flexibilidade, a hiper conexão e a falta de limites claros podem dificultar o desligamento, levando ao burnout, conforme teorizado por Carneiro e Cardoso (2023) e Filardi et al. (2020). Essa dificuldade em desligar do trabalho em casa, apesar da percepção de melhora no equilíbrio geral, sugere que o trabalho remoto pode, paradoxalmente, aumentar a pressão e dificultar a separação entre trabalho e vida pessoal, gerando uma "disponibilidade constante", como apontado por Guimarães et al. (2022) e Carneiro e Cardoso (2023). Além disso, uma grande parcela dos participantes (49) discorda que têm facilidade em controlar seu tempo de trabalho em regime de home office. Essa dificuldade contradiz a expectativa de maior autonomia e controle do tempo, apontada pela literatura (Filardi et al., 2020; Fiorillo; Medeiros, 2023), e aponta para um possível excesso de trabalho e demandas não gerenciáveis no contexto do trabalho remoto.

Os resultados da pesquisa também revelam algumas nuances e lacunas que enriquecem a compreensão do trabalho remoto. Embora a maioria dos participantes não relate que o trabalho remoto afetou negativamente sua saúde mental, uma minoria (7) concorda com essa afirmação, apontando para a necessidade de aprofundar a análise

sobre as experiências individuais e os fatores que podem levar a um impacto negativo, como o isolamento social, falta de interação e contextos de alta demanda, conforme apontado por Carneiro e Cardoso (2023) e Benavides et al. (2021). Além disso, a questão do isolamento é complexa, pois 32 participantes não se sentem isolados, enquanto 15 se sentem. Essa divergência indica a necessidade de analisar fatores como a personalidade dos colaboradores, suas redes sociais e a qualidade da comunicação e interação com os colegas de trabalho. O número expressivo de pessoas que se mostraram indiferentes em relação ao suporte e comunicação da empresa também evidencia uma lacuna a ser explorada, pois essa indiferença pode esconder necessidades ou falta de feedback para a organização, como já apontado na análise dos resultados da pesquisa.

A pesquisa apresentou resultados que, em sua maioria, se alinham com o referencial teórico, confirmando as vantagens do trabalho remoto no que diz respeito ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional e ao aumento da produtividade. No entanto, a pesquisa também expõe contradições importantes, como a dificuldade de desligar do trabalho e o descontrole do tempo, o que revela que a transição para o home office não é isenta de desafios. Uma limitação da pesquisa é a sua natureza quantitativa, que não permite aprofundar nas razões subjetivas e contextuais que influenciam as respostas dos participantes. É crucial, portanto, complementar essa análise com dados qualitativos, conforme sugerido nos "próximos passos" da análise da pesquisa, para investigar com mais detalhes as dificuldades e nuances do trabalho remoto.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa sobre o impacto do trabalho remoto (home-office) evidenciou uma complexa interação entre vantagens e desafios. Embora a maioria dos participantes tenha relatado melhorias no equilíbrio entre vida pessoal e profissional e um aumento na produtividade, uma parcela significativa enfrentou dificuldades em desligar do trabalho e controlar seu tempo, além de alguns sentirem impactos negativos em sua saúde mental. Esses resultados confirmam a importância de uma abordagem multifacetada ao trabalho remoto, que considere não apenas a flexibilidade, mas também a necessidade de suporte, comunicação e estratégias de gestão do tempo.

A análise à luz do referencial teórico revelou que o trabalho remoto, embora alinhado com teorias de flexibilidade e autonomia, também pode gerar contradições,

como a intensificação do trabalho e a dificuldade em separar trabalho e vida pessoal. Essa contradição é um dos principais achados da pesquisa, indicando que a implementação do trabalho remoto requer atenção redobrada para não sobrecarregar os trabalhadores. A necessidade de suporte gerencial, ferramentas de comunicação eficazes e treinamentos em gestão de tempo e ergonomia são cruciais para que os benefícios do trabalho remoto sejam alcançados e os desafios sejam mitigados.

A pesquisa também identificou lacunas importantes, como a necessidade de investigar os fatores que levam alguns trabalhadores a sofrer impactos negativos em sua saúde mental e a compreender melhor as razões da indiferença de alguns participantes em relação ao suporte e comunicação da empresa. Tais resultados apontam para a necessidade de mais estudos com foco na análise qualitativa, visando entender as nuances e especificidades das experiências individuais dos trabalhadores remotos, para que as futuras políticas de trabalho remoto sejam ainda mais eficientes.

Em suma, o trabalho remoto é uma modalidade que, quando bem gerida, oferece benefícios em termos de flexibilidade e produtividade, mas exige cuidado e atenção para não comprometer o bem-estar e a saúde mental dos trabalhadores. As empresas têm a responsabilidade de criar um ambiente de trabalho remoto saudável, oferecendo suporte, comunicação e ferramentas adequadas para que o teletrabalho seja uma experiência positiva para todos. A pesquisa contribui para o campo de estudo ao elucidar essa complexa dinâmica e ao apontar caminhos para aprimorar as práticas de trabalho remoto.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, E. A ponta do iceberg: o teletrabalho durante a pandemia. *Saúde e Sociedade*, v. 32, n. 3, e220075, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902023220075pt>. Acesso em: 07 jun. 2024.

ARTAR, M. How has interpersonal communication satisfaction impacted teleworkers' job satisfaction? the role of information technology awareness and creative performance. *Revista de Administração de Empresas*, v. 64, n. 3, e2023-0305, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0034-759020240305>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BENAVIDES, F.; AMABLE, M.; CORNELIO, C.; VIVES, A.; MILIÁN, L.; BARRAZA, D.; et al. O futuro do trabalho após a covid-19: o papel incerto do teletrabalho no domicílio. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 46, e20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000037820>. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRIDI, M. Teletrabalho e saúde no contexto da pandemia de covid-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 49, e27, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/34122pt2024v49edcinq3>. Acesso em: 08 jun. 2024.

CANDIDO, A. Perception of rsi/wmsd risks involved in teleworking among employees at a public university. *Fisioterapia em Movimento*, v. 37, e37113, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/fm.2024.37113>. Acesso em: 08 jun. 2024.

CARNEIRO, J.; CARDOSO, M. “Sinto que estou sempre a falhar”: o dano existencial decorrente da hiperconexão do teletrabalhador docente. *Educação e Pesquisa*, v. 49, e267098, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202349267098>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CASTRO, J.; COSTA, T.; OLIVEIRA, N.; SILVA, R.; BODRA, M.; AITH, F. Teletrabalho em saúde: para onde vamos? *Revista de Saúde Pública*, v. 57, supl. 1, n. 7, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004797>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CORDOVA, B. Influências do suporte técnico e dos controles gerenciais no desempenho de tarefas no teletrabalho. *Revista de Administração Pública*, v. 58, n. 4, p. 783-796, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220230332>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FILARDI, F.; CASTRO, R.; ZANINI, M. Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: análise das experiências do serpro e da receita federal. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 18, n. 1, p. 28-46, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395174605>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FILHO, F. Fatores psicossociais e transtornos mentais comuns no teletrabalho do judiciário trabalhista na pandemia de covid-19. *Saúde em Debate*, v. 48, n. 140, p. 146-163, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241408895p>. Acesso em: 07 jun. 2024.

FIORILLO, C.; MEDEIROS, N. Meio ambiente do trabalho digital e a saúde dos trabalhadores. *Veredas do Direito Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, v. 20, e202359, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18623/rvd.v20.2359>. Acesso em: 07 jun. 2024.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, B.; SILVA, T.; MUNHOZ, D.; LANDIVAR, P. Riscos ergonômicos e sintomas musculoesqueléticos em técnicos administrativos do instituto federal catarinense durante o teletrabalho na pandemia da covid-19. *Fisioterapia e Pesquisa*, v. 29, n. 3, p. 278-283, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-2950/22010829032022pt>. Acesso em: 08 jun. 2024.

HAIR JR., J. F. et al. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

MEIRA, K. Managers in remote work and their job crafting strategies in the covid-19 pandemic. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 25, n. 5, e240037, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eramg240037>. Acesso em: 08 jun. 2024.

MIRANDA, L. Skills for managing work from home scale (smwfhs). *Revista de Administração Pública*, v. 58, n. 3, p. 595-616, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220230255x>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MOURÃO, L.; COSTA, R.; ABBAD, G.; LEGENTIL, J.; MARTINS, L.; SANDALL, H. A short scale for managerial support to teleworkers. *Psico-USF*, v. 28, n. 1, p. 165-177, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712023280113>. Acesso em: 12 jun. 2024.

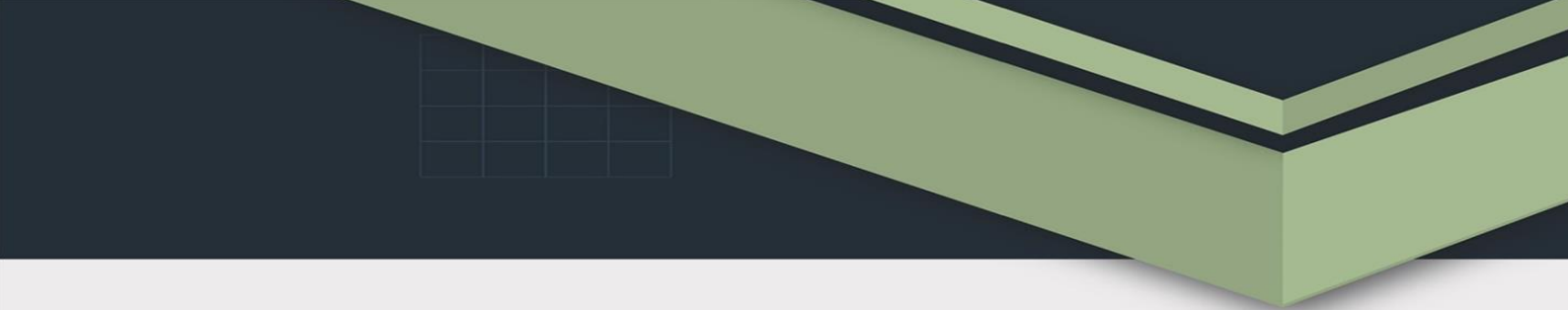
SANTOS, G.; SOUZA, K.; RODRIGUES, A.; GOMES, L.; FELIX, E.; ARAÚJO, L.; et al. Comunidade ampliada de pesquisa em ambiente virtual (cap on-line) sobre trabalho e saúde docente. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 132, p. 240-251, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213217>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SANTOS, M. Duração do trabalho remoto e diagnóstico positivo de covid-19: análises dos dados da pnad covid19. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 9, p. 2601-2612, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.15162022>. Acesso em: 12 jun. 2024.



**Capítulo 3**  
**AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA**  
**POPULAÇÃO IDOSA DE 60 A 64 ANOS NO MUNICÍPIO DE**  
**MARITUBA/PA: reflexões introdutórias**  
*Eliane de Castro Gomes*





## **AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO IDOSA DE 60 A 64 ANOS NO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA: reflexões introdutórias**

***Eliane de Castro Gomes***

*Graduada em Serviço Social pela Faculdade da Amazônia (FAAM). Pós-graduada em Serviço Social e Práticas de Saúde Básica e Hospitalar pela Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). E-mail: eliane.gomesss1012@gmail.com*

### **RESUMO**

O presente artigo discute as estratégias de reprodução social da população idosa na faixa etária de 60 a 64 anos no município de Marituba, no estado do Pará. Considerando que o processo de envelhecimento no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, a pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias de reprodução social desse segmento, bem como identificar seus meios de sobrevivência e examinar as políticas sociais a ele direcionadas, com ênfase nos impactos econômicos, políticos e sociais decorrentes da ausência de proteção social. A análise fundamenta-se na perspectiva da totalidade, ancorada na teoria social crítica e no método marxiano, os quais permitem apreender os múltiplos determinantes e mediações que atravessam o objeto de estudo. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica e levantamento preliminar de dados secundários, além de observações iniciais de campo. Por se tratar de um estudo em andamento, os resultados apresentados possuem caráter exploratório e indicam a existência de estratégias de sobrevivência marcadas pela precariedade, pela dependência de redes familiares e comunitárias e pela inserção em atividades informais.

**Palavras-chave:** Reprodução social; População idosa; políticas sociais.

## **ABSTRACT**

This article discusses the strategies of social reproduction of the elderly population aged 60 to 64 in the municipality of Marituba, in the state of Pará. Considering that the aging process in Brazil has intensified in recent decades, the research aims to analyze the social reproduction strategies of this segment, as well as to identify their means of survival and examine the social policies directed at them, with an emphasis on the economic, political, and social impacts resulting from the absence of social protection. The analysis is grounded in the perspective of totality, anchored in critical social theory and the Marxian method, which make it possible to grasp the multiple determinants and mediations that traverse the object of study. This is a qualitative study, based on a bibliographic review and a preliminary survey of secondary data, in addition to initial field observations. As this is an ongoing study, the results presented are exploratory in nature and indicate the existence of survival strategies marked by precariousness, dependence on family and community networks, and involvement in informal activities.

**Keywords:** Social reproduction; Elderly population; social policies.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo analisa as estratégias de reprodução social da população idosa na faixa etária de 60 a 64 anos no município de Marituba, no estado do Pará. As reflexões aqui apresentadas derivam de estudos teóricos e analíticos vinculados ao projeto de dissertação de mestrado em Serviço Social, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA).

O interesse investigativo pela temática emerge da experiência profissional da autora como assistente social no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do referido município. Tal experiência suscitou a seguinte problemática: quais são as estratégias de reprodução social da população idosa, com idade entre 60 e 64 anos, que não se encontra inserida no mercado de trabalho e não acessa o Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

A relevância da pesquisa justifica-se pelo acelerado processo de envelhecimento populacional no Brasil, que tem colocado novos desafios às políticas sociais. Nesse contexto, destaca-se a situação de vulnerabilidade vivenciada por pessoas idosas que, embora já afastadas do mercado de trabalho, ainda não acessam plenamente os direitos previdenciários e assistenciais. Trata-se de um segmento que se encontra em uma zona

de transição marcada pela insuficiência de renda, fragilidade das redes de proteção social e precariedade das condições de vida.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é analisar as estratégias de reprodução social dessa população, identificar seus meios de sobrevivência e examinar as políticas sociais a ela direcionadas, considerando os impactos decorrentes da ausência de proteção social.

Para tanto, adota-se a perspectiva da totalidade, fundamentada na teoria social crítica e no método marxiano, que possibilitam compreender o fenômeno em suas múltiplas determinações históricas e sociais. A pesquisa possui caráter qualitativo e baseia-se em revisão bibliográfica, análise de dados secundários e observações iniciais de campo.

## **2 BREVES REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO**

O processo de envelhecimento constitui um direito personalíssimo, inerente ao indivíduo em sua singularidade. Não se trata apenas de uma transformação biológica natural, mas de um fenômeno que se relaciona diretamente ao ciclo de vida social, sendo atravessado por determinantes históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais.

De acordo com Martins et al. (2022), cada indivíduo vivencia esse processo de forma particular, considerando sua trajetória de vida e as condições de acesso à saúde, educação, renda, bem como fatores relacionados à classe social, raça, gênero, etnia e contexto familiar e territorial.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a população idosa no Brasil — com 60 anos ou mais — alcançou 32.113.490 pessoas, representando um crescimento de 56% em relação ao ano de 2010. Esse contingente corresponde a aproximadamente 15% da população total do país.

Ademais, conforme destacado por Silveira e Medeiros (2023), essa transição demográfica impacta diversos aspectos da sociedade, como a ampliação da demanda por serviços de saúde, as transformações no mercado de trabalho decorrentes do envelhecimento da força laboral e a necessidade de reestruturação dos sistemas de previdência social, diante da redução proporcional da população economicamente ativa.

Nesse contexto, evidencia-se uma problemática relacionada ao crescimento da população idosa, especialmente no que se refere ao segmento de 60 a 64 anos que se

encontra excluído tanto do mercado de trabalho quanto do acesso à proteção social. Trata-se de um grupo que, frequentemente, permanece invisibilizado pelas políticas públicas.

Importa destacar que parte dessa população pode estar inserida em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. No entanto, tais benefícios não configuram uma renda estável ou suficiente para garantir a reprodução social desses sujeitos.

Além disso, observa-se que indivíduos em arranjos unipessoais enfrentam ainda mais dificuldades de acesso a esses programas. Isso se deve, entre outros fatores, às restrições administrativas impostas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), como o limite percentual de cadastros unipessoais por município, o que contribui para a exclusão de parcela significativa dessa população (Brasil, 2024).

Diante desse cenário, emergem questões centrais: como se efetiva a reprodução social dessa população? E de que forma esses sujeitos conseguem sobreviver em uma sociedade marcada por profundas desigualdades?

A teoria social de Marx oferece importantes subsídios para a compreensão dessa realidade. No modo de produção capitalista, a reprodução da vida encontra-se subordinada à lógica do capital. Para Marx (2017), a reprodução social envolve tanto a manutenção da força de trabalho quanto das condições materiais e sociais necessárias à continuidade do sistema.

Nesse sentido, indivíduos que não participam diretamente do processo produtivo tendem a ser marginalizados pela lógica da valorização do capital. Assim, o trabalho, que poderia assumir um caráter emancipador, passa a ser reduzido à condição de mercadoria, submetendo o trabalhador a relações de exploração e alienação.

### **2.1. A reprodução social da população idosa (60-64 anos) e as políticas sociais voltadas para essa população no modo de produção capitalista: uma análise reflexiva**

Quando se analisa a longevidade na realidade contemporânea, torna-se fundamental compreender a relação entre a população idosa — especialmente aquela situada na faixa etária de 60 a 64 anos — e suas formas de reprodução social. Tal análise revela que as políticas de proteção social têm se mostrado insuficientes para garantir condições dignas de existência a esse segmento populacional.

De acordo com Alves (2013), a racionalidade neodesenvolvimentista no Brasil, particularmente a partir dos anos 2000, reforçou processos de desproteção social ao combinar crescimento econômico com flexibilização das relações de trabalho e intensificação da terceirização. Esses fatores contribuíram para o enfraquecimento das bases da seguridade social e para a precarização das condições de vida no envelhecimento, em um contexto marcado pela crise estrutural do capital e pela reestruturação produtiva contínua.

Essa dinâmica evidencia um cenário em que o envelhecimento é vivenciado, por grande parte da população, sob condições de intensa precarização, sem garantias efetivas de proteção social. Conforme Souza (2020), no contexto do capitalismo dependente brasileiro, as políticas públicas voltadas à população idosa passam por um processo de reconfiguração e esvaziamento, orientado por uma lógica privatizante e fiscalista. Esse movimento compromete o acesso a direitos e aprofunda desigualdades sociais.

Nesse processo, a racionalidade neoliberal se consolida ao redefinir o papel do Estado, que deixa de atuar como garantidor de direitos sociais e passa a operar como regulador do mercado. Conforme apontam Pereira et al. (2006), a política social passa a funcionar como mecanismo de gestão da pobreza, em substituição à sua função de assegurar direitos universais, reforçando práticas de focalização e seletividade.

Tal configuração impacta diretamente a população idosa de 60 a 64 anos, que se encontra em uma posição intermediária: afastada do mercado de trabalho, mas ainda sem acesso pleno a benefícios previdenciários ou assistenciais, configurando uma espécie de “zona de exclusão” no interior das políticas sociais.

Diante desse cenário, evidencia-se uma precarização estrutural que afeta não apenas as condições materiais de existência, mas também as dimensões subjetivas da vida social. Conforme Alves (2013), a reestruturação produtiva no contexto neoliberal engendra novas formas de precarização que incidem diretamente sobre a reprodução da vida, tornando instáveis ou inexistentes condições básicas como renda, acesso à saúde e proteção previdenciária.

A partir dessa análise, compreende-se que esse processo contribui para a exclusão da população idosa de 60 a 64 anos tanto do mundo do trabalho quanto dos mecanismos formais de proteção social, em especial do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Segundo Pereira et al. (2006), o Estado, sob a lógica do capitalismo, tende a responder à questão social por meio de mecanismos compensatórios. A redistribuição de

renda, embora relevante, mostra-se insuficiente para alterar estruturalmente as bases da desigualdade. Nesse sentido, a política social assume um papel contraditório: ao mesmo tempo em que contribui para a reprodução da força de trabalho, atua como instrumento de contenção das expressões da questão social.

Com o avanço do neoliberalismo, esse quadro se aprofunda. Conforme Behring (2008), esse modelo se materializa por meio de processos de privatização, desregulamentação e desfinanciamento das políticas sociais, comprometendo a efetividade dos direitos sociais historicamente conquistados. Boschetti (2007) complementa que essa reconfiguração submete os direitos sociais à lógica do mercado, intensificando a seletividade e fragilizando o pacto social.

Como resultado, as populações mais vulneráveis — entre elas, a população idosa residente em territórios periféricos — passam a enfrentar maiores obstáculos no acesso a direitos básicos, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que aprofunda as desigualdades sociais e compromete suas condições de reprodução social.

## **2.2. As estratégias de reprodução social da população idosa de 60 a 64 anos no município de Marituba-Pará**

O campo empírico desta pesquisa é o município de Marituba, localizado na região metropolitana de Belém, no estado do Pará. A escolha desse território justifica-se por seu perfil socioeconômico, marcado por elevados índices de informalidade laboral, precarização das condições de vida e limitada cobertura da seguridade social, especialmente entre a população idosa mais jovem.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, o município de Marituba possui 111.785 habitantes, dos quais aproximadamente 5,99% (6.698 pessoas) têm 65 anos ou mais. Já a população na faixa etária de 60 a 64 anos foi estimada entre 1.752 indivíduos em 2010 e cerca de 2.040 em 2022 (IBGE, 2022). Esses dados indicam um crescimento desse segmento populacional, o que reforça a relevância de sua análise no contexto local.

A realidade da população idosa de 60 a 64 anos em Marituba evidencia a reprodução desigual da vida em um território marcado pela pobreza, pela fragilidade das políticas públicas e pela predominância de relações de trabalho informais. Trata-se de um

grupo que, em grande medida, encontra-se excluído tanto do mercado de trabalho quanto do acesso à proteção previdenciária e assistencial.

No que se refere ao acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), observa-se que os critérios de elegibilidade — especialmente o limite de renda per capita de até um quarto do salário mínimo — constituem uma barreira significativa para parcela expressiva dessa população. Como resultado, muitos indivíduos permanecem desprovidos de qualquer fonte de renda regular.

A ausência de renda própria implica uma série de determinações que se expressam em diferentes formas de vulnerabilidade social. Nesse contexto, observa-se a presença significativa dessa população nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde buscam acesso a benefícios eventuais e outros mecanismos de apoio. Além disso, muitos passam a depender de redes familiares e comunitárias, bem como da inserção em atividades informais, mesmo diante de condições de saúde fragilizadas.

A partir da perspectiva da crítica marxista, compreende-se que o capitalismo tende a valorizar prioritariamente os sujeitos inseridos na produção de mercadorias e na geração de lucro. Aqueles que se encontram fora desse circuito — como parte da população idosa — passam a ocupar uma posição marginal na estrutura social.

Nesse sentido, a contribuição de Nancy Fraser (2016) é fundamental para aprofundar essa análise. A autora argumenta que o capitalismo contemporâneo enfrenta uma crise da reprodução social, na medida em que depende de esferas não mercantilizadas — como o trabalho de cuidado, as relações familiares, as políticas públicas e os recursos naturais — ao mesmo tempo em que as desestrutura.

Segundo Fraser (2016), o capital se sustenta a partir de atividades que não são plenamente reconhecidas ou remuneradas, como o trabalho doméstico e de cuidado, historicamente atribuído às mulheres, bem como os sistemas públicos de saúde, educação e assistência. No entanto, ao intensificar processos de precarização e desmonte das políticas sociais, o próprio capitalismo compromete as bases que garantem sua reprodução.

Essa contradição se expressa de forma concreta no cotidiano da população idosa de 60 a 64 anos em Marituba. A ausência de proteção estatal, associada à precarização das condições de vida e à fragilização das redes familiares, impõe a esses sujeitos a necessidade de desenvolver estratégias de sobrevivência em contextos adversos.

Entre as principais estratégias identificadas, destacam-se:

a inserção em atividades informais e de baixa remuneração, mesmo diante de limitações físicas e sociais;

a dependência da renda de familiares, como filhos e netos, que frequentemente também se encontram em situações de precariedade;

o apoio de redes comunitárias, religiosas e de vizinhança, que atuam como mecanismos de solidariedade e suporte; o acesso a benefícios eventuais.

### **3.CONCLUSÃO**

A realidade vivenciada pela população idosa de 60 a 64 anos, especialmente aquela que se encontra fora do mercado de trabalho e sem acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), evidencia as contradições estruturais do capitalismo em sua configuração contemporânea. No município de Marituba, essas contradições se manifestam de forma particularmente intensa, revelando a insuficiência das políticas sociais frente às necessidades desse segmento populacional.

Essa população encontra-se em uma posição intermediária, marcada por um “limbo” social: não está plenamente inserida no mercado de trabalho, tampouco acessa, de forma efetiva, os direitos previdenciários e assistenciais. Tal condição resulta em uma reprodução social caracterizada pela insegurança, pela instabilidade e pela dependência de estratégias informais de sobrevivência.

A partir da teoria social marxista, compreende-se que a reprodução da vida está profundamente condicionada pelas relações de produção e pelas formas de atuação do Estado. No contexto de avanço das políticas neoliberais, observa-se uma tendência de restrição de direitos, desfinanciamento das políticas públicas e responsabilização individual pela sobrevivência.

Nesse cenário, a população idosa é compelida a recorrer a estratégias precárias de reprodução social, sustentadas, em grande medida, por vínculos familiares, redes comunitárias e inserções informais no mercado de trabalho. Tais estratégias, embora fundamentais para a sobrevivência, não são capazes de garantir condições dignas de existência.

Ressalta-se que esta pesquisa se encontra em desenvolvimento, o que implica reconhecer que as análises aqui apresentadas são parciais e passíveis de aprofundamento. Ainda assim, os elementos já identificados permitem afirmar que o envelhecimento, no

contexto brasileiro, tem sido atravessado por desigualdades estruturais que limitam o acesso à proteção social e comprometem a dignidade na velhice.

Dessa forma, torna-se fundamental repensar as políticas públicas voltadas à população idosa, ampliando o acesso à proteção social independentemente da inserção produtiva. Isso implica reconhecer o envelhecimento como uma dimensão legítima da vida e reafirmar a responsabilidade do Estado na garantia de direitos, por meio de políticas universais, redistributivas e comprometidas com a justiça social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Giovanni. Trabalho e neodesenvolvimentismo: ensaio sobre a reestruturação produtiva, precarização e crise social, São Paulo, Boitempo, 2013.

BRASIL, Censo demográfico IBGE, 2022, Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em junho de 2025.

BRASIL, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2022.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome - MDS. Flexibilizar a entrada de família unipessoal no PBF. Publicado em 18 de julho de 2024. Disponível em: [www.gov.br/mds](http://www.gov.br/mds) acesso em 05 de outubro de 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. Cortez 2008.

BOSCHETTI, Ivete. A política social no capitalismo: reprodução da força de trabalho e acumulação de capital. Serviço Social & sociedade, nº 90, p.25-52, 2007.

FRASER, Nancy. Capitalismo: uma conversa sobre a reprodução social. São Paulo, Boitempo, 2016.

PEREIRA, et al. **Políticas sociais no contexto neoliberal**: focalização e desmonte dos direitos. **Qualit@s** - Revista Eletrônica - ISSN 1677- 4280 – Edição Especial, ano de publicação 2006. Recife-PE.

MARTINS, Simone et al. **Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos**. coordenação; Marcelo José Braga. Ministério da Cidadania - Viçosa-MG, 2022.

MARX, Karl. **O'Capital**, livro I, Crítica da economia política, processo de trabalho e o processo de valorização. Tradução: Rubens Enderle. 2017. 16º edição. Boitempo.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Capitalismo dependente e envelhecimento: entre o esgotamento da seguridade e a precarização da velhice. In: Vieira, M.A.C; GUERRA, Y (org.). Questão social e envelhecimento, múltiplas determinações. São Paulo. Cortez, 2020.

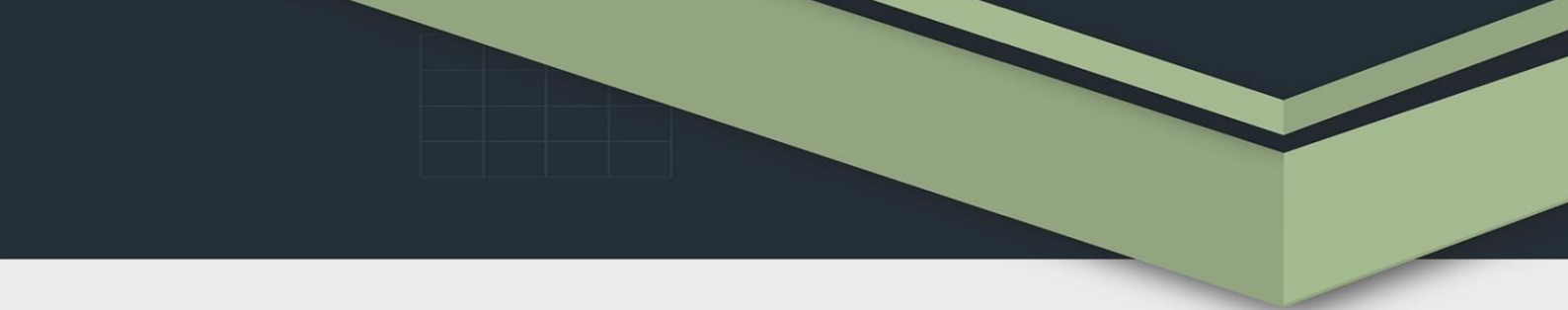


**Capítulo 4**  
**BARREIRAS À INOVAÇÃO EM MICROEMPRESAS**  
**BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA LITERATURA ACADÊMICA**  
**EM UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

*Marcus Vinicius dos Reis Venditti*

*Tania Cristina Calsa Venditti*





# **BARREIRAS À INOVAÇÃO EM MICROEMPRESAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA LITERATURA ACADÊMICA EM UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

***Marcus Vinicius dos Reis Venditti***

*Mestre em Administração e Professor de Ensino Superior.*

***Tania Cristina Calsa Venditti***

*Especialista em Nutrição Clínica e Professora de Cursos Técnicos.*

## **RESUMO**

Este artigo analisa as principais barreiras à inovação em microempresas brasileiras com baixo nível de inovação, utilizando a literatura acadêmica como base. As barreiras identificadas incluem a falta de recursos financeiros, a carência de competências em gestão da inovação, a aversão ao risco, dificuldades na identificação de oportunidades, limitações de infraestrutura e barreiras regulatórias. Essas barreiras impactam significativamente a capacidade de inovação das empresas, com destaque para as barreiras financeiras e de gestão. A literatura também aponta interconexões entre as barreiras e fatores internos e externos que podem exacerbar ou mitigar seus efeitos. O artigo conclui com a apresentação de estratégias e políticas para superar essas limitações, com foco em programas de fomento, capacitação, fortalecimento de ecossistemas de inovação e simplificação de processos burocráticos. Adicionalmente, o estudo apresenta resultados de uma pesquisa exploratória realizada com 65 microempreendedores na cidade de São Caetano do Sul, com o objetivo de validar empiricamente as barreiras identificadas na literatura.

**Palavras-chave:** Inovação, Microempresas, Barreiras à Inovação, Gestão da Inovação, Brasil.

## **ABSTRACT**

This article analyzes the main barriers to innovation in Brazilian micro-enterprises with low levels of innovation, using academic literature as a basis. The identified barriers include lack of financial resources, lack of skills in innovation management, risk aversion, difficulties in identifying opportunities, infrastructure limitations, and regulatory barriers. These barriers significantly impact companies' innovation capacity, highlighting financial and management barriers. The literature also points to interconnections between the barriers and internal and external factors that can exacerbate or mitigate their effects. The article concludes by presenting strategies and policies to overcome these limitations, focusing on support programs, training, strengthening innovation ecosystems, and simplifying bureaucratic processes. Additionally, the study presents the results of an exploratory research conducted with 65 microentrepreneurs in the city of São Caetano do Sul, with the aim of empirically validating the barriers identified in the literature.

**Keywords:** Innovation, Micro-enterprises, Barriers to Innovation, Innovation Management, Brazil.

## **1. INTRODUÇÃO**

Com base na análise da literatura acadêmica sobre inovação em microempresas brasileiras (ou contextos similares de países em desenvolvimento) com baixo nível de inovação, é possível identificar as principais barreiras à inovação que inibem os esforços inovadores nessas empresas. A seguir, apresenta-se uma discussão detalhada sobre o tema, com orientações de artigos científicos que apoiam as afirmações.

O Sebrae (2016) realizou um estudo com 2.326 empresários, abordando questões sobre inovação em produtos, processos, estrutura organizacional e marketing. Desses, 75,1% dos entrevistados realizaram algum tipo de inovação em sua empresa. Adicionalmente, 82,9% afirmaram que a imagem da empresa no mercado melhorou em função da inovação adotada; 86,7% das empresas informaram que a satisfação dos clientes melhorou em função das inovações; a maioria das empresas pesquisadas (32,9%) informaram terem tido um impacto de 16% a 30% no seu faturamento total após a implementação das inovações; a maioria das empresas pesquisadas (49,9%) informaram terem tido um impacto de 6% a 30% no seu lucro total após a implementação das inovações; e 80,6% dos entrevistados investiram em máquinas e equipamentos, 67,5% em treinamentos e 46,5% adquiriram softwares.

Nos últimos anos, pesquisadores na área de empreendedorismo registram as dificuldades de empreender, nos diversos setores da economia brasileira. Esses estudos são baseados em relatos confeccionados a partir de experiências vivenciadas em células embrionárias dentro das universidades e de instituições de apoio ao pequeno e médio empresário. Da mesma forma, essas dificuldades refletem na capacidade das microempresas em inovar. Na maioria das vezes, a inovação representa para o microempreendedor, além da inserção no mercado, a continuidade dos negócios. Sendo assim, a procura constante por aperfeiçoamento, novos produtos e processos devem fazer parte da sua agenda. A atualização em atendimento ao cliente e as regulamentações de mercado devem estar sempre no radar.

É comum o entendimento de processo como linha de produção ou atividade fim de uma organização. Ampliando este foco, pode-se entender processo como uma entidade existente, em todos os níveis da organização, sendo essa uma oportunidade real para alicerçar a implantação da Gestão do conhecimento e consequentemente a inovação. A partir de uma visão macro, podemos dizer que um processo pode percorrer uma organização, ou, em uma visão micro, ser exclusivo de um departamento da mesma. Entretanto, não perde a sua característica de movimento, muito menos de agregação de valores e transformação. Nesse momento de transformação é que se deposita a possibilidade de geração de conhecimento. Entender como isso ocorre, e principalmente criar um mecanismo que gere benefícios e seja mensurável a partir daí, é o desafio das organizações modernas.

As MPEs se apresentam como um setor merecedor de atenção especial dentro do contexto econômico brasileiro. O SEBRAE desenvolve constantes pesquisas de acompanhamento do segmento, tendo como destaque duas pesquisas que orientam esta seção: Sobrevivência das empresas no Brasil e Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira (SEBRAE, 2016).

As micro e pequenas empresas assumem um papel importante para as economias locais e regionais. Grande parte desses empreendimentos não consegue prosperar e se manter no mercado por mais de meia década, apresentando mortalidade precoce, conforme dados do SEBRAE. Nos anos seguintes, os empreendimentos por necessidade, motivados pela falta de alternativa satisfatória de ocupação e renda, foram ocasionados pela crescente competição entre as grandes empresas em busca de maior produtividade e alta qualidade que provocou uma dispensa de trabalhadores ao redor do mundo. As

MPEs são responsáveis pelo crescimento da economia e geração de emprego, transformando políticas de inovação em instrumentos de estímulo à competitividade (NETO; LOURENÇÃO; OLIVEIRA, 2007), entretanto, existem barreiras que esse tipo de empresa precisa superar para sobreviver e alcançar um bom desempenho econômico (SALES; BARROS; PEREIRA, 2011). Segundo o SEBRAE, devido à crise econômica mundial verificou-se decréscimo percentual do PIB brasileiro em relação ao ano imediatamente anterior em 2010, variando 7,5% comparativamente a 2009. Um crescimento menor foi observado em 2011-2013, com tendência de manutenção do quadro. O crescimento econômico é um fator fundamental ao desenvolvimento das Microempresas, sendo, portanto, a falta do mesmo, impactante no esforço pela inovação.

Nesse sentido tem-se que a baixa capacidade de inovação em microempresas brasileiras é um problema persistente, impactando seu crescimento e competitividade. Diante deste cenário, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: Quais são as principais barreiras à inovação, identificadas na literatura acadêmica, que contribuem para a mitigação dos esforços inovadores em microempresas brasileiras pouco ou nada inovadoras?

O objetivo geral deste estudo é analisar as barreiras à inovação em microempresas brasileiras, com foco em aquelas com baixo nível de inovação, utilizando a literatura acadêmica como base e buscando validar empiricamente tais barreiras através de uma pesquisa exploratória.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os entraves que limitam a inovação em microempresas, que desempenham um papel fundamental na economia brasileira. Ao identificar e analisar tais barreiras, esta pesquisa contribui para o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas mais eficazes, visando impulsionar a capacidade inovadora dessas empresas e, consequentemente, fortalecer o cenário econômico nacional. Além disso, a realização de uma pesquisa exploratória com microempreendedores proporciona uma validação empírica das barreiras identificadas na literatura, enriquecendo a análise e fortalecendo suas conclusões.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

As barreiras à inovação mais frequentemente identificadas na literatura para o contexto de microempresas brasileiras pouco ou não inovadoras incluem (OLIVEIRA; RUA, 2018):

- Falta de recursos financeiros e acesso limitado a fontes de financiamento (RIBEIRO et al., 2022; NUNES et al., 2022; VINCENZI; CUNHA, 2019);
- Carência de competências e habilidades em gestão da inovação (RIBEIRO et al., 2022; LIZARELLI; TOLEDO, 2016);
- Aversão ao risco e resistência às mudanças (RIBEIRO et al., 2022; VINCENZI; CUNHA, 2019);
- Dificuldades em identificar oportunidades de inovação (COLICHI et al., 2020; BARRERA-VERDUGO, 2018);
- Limitações de infraestrutura e acesso a tecnologias (RIBEIRO et al., 2022; VINCENZI; CUNHA, 2019);
- Barreiras regulatórias e burocráticas (LAPOLLI; GOMES, 2017).

Essas barreiras se manifestam de diversas formas e impactam significativamente a capacidade de inovação das microempresas. Por exemplo, a falta de recursos financeiros limita os investimentos em atividades de P&D, aquisição de tecnologias e contratação de pessoal qualificado (RIBEIRO *et al.*, 2022). A carência de competências em gestão da inovação dificulta a implementação de práticas estruturadas de melhoria contínua no processo de desenvolvimento de produtos (LIZARELLI; TOLEDO, 2016). A aversão ao risco leva as empresas a evitarem investimentos em projetos inovadores, preferindo manter-se em suas atividades tradicionais (RIBEIRO *et al.*, 2022; VINCENZI; CUNHA, 2019). As dificuldades em identificar oportunidades de inovação reduzem a capacidade de considerar e explorar novos mercados e tecnologias (COLICHI *et al.*, 2020; BARRERA-VERDUGO, 2018). As limitações de infraestrutura e acesso às tecnologias restringem a adoção de soluções inovadoras (RIBEIRO *et al.*, 2022; VINCENZI; CUNHA, 2019). E as barreiras regulatórias e burocráticas impõem custos e complexidade adicionais, desestimulando os esforços inovadores (LAPOLLI; GOMES, 2017).

Ao analisar o impacto relativo de cada barreira, a literatura sugere que as barreiras financeiras e competências em gestão da inovação tendem a ter um efeito mais significativo sobre a capacidade de inovação das microempresas (RIBEIRO *et al.*, 2022; LIZARELLI; TOLEDO, 2016). Isso porque a falta de recursos financeiros e a carência de habilidades gerenciais específicas para a inovação limitam severamente a capacidade dessas empresas de investir, desenvolver e implementar soluções inovadoras. Além disso, a literatura aponta para a existência de interconexões e relações causais entre as

diferentes barreiras. Por exemplo, a aversão ao risco (barreira comportamental) pode ser exacerbada pela falta de recursos financeiros (barreira de recursos) (RIBEIRO *et al.*, 2022; VINCENZI; CUNHA, 2019). Da mesma forma, a dificuldade em identificar oportunidades de inovação (barreira cognitiva) pode ser agravada pelas limitações de infraestrutura e acesso a tecnologias (barreira de recursos) (COLICHI *et al.*, 2020; BARRERA-VERDUGO, 2018).

Diversos fatores, tanto internos quanto externos, podem influenciar o efeito dessas barreiras. Internamente, a presença de uma cultura organizacional favorável à inovação, a adoção de práticas de gestão da inovação e o desenvolvimento de competências empreendedoras podem mitigar os impactos das barreiras (COLICHI *et al.*, 2020; LIZARELLI; TOLEDO, 2016). Externamente, o acesso a programas de apoio governamental, a disponibilidade de financiamento e a existência de um ecossistema de inovação robusto podem ajudar a superar algumas dessas limitações (DIAS; MACEDO, 2016; FALCÃO *et al.*, 2021).

A literatura sugere algumas estratégias e políticas para lidar com as barreiras à inovação no contexto das microempresas brasileiras. Dentre elas, destaca-se (DIAS; MACEDO, 2016; FALCÃO *et al.*, 2021; NUNES *et al.*, 2022):

- Criação de programas de fomento e incentivos fiscais para estimular os investimentos em inovação;
- Desenvolvimento de iniciativas de capacitação em gestão da inovação e empreendedorismo;
- Fortalecimento de ecossistemas de inovação com a participação de universidades, centros de pesquisa e instituições de apoio;
- Simplificação de processos regulatórios e burocráticos para facilitar uma atividade inovadora;
- Promoção de redes de cooperação e parcerias entre microempresas e outras organizações.

A burocracia excessiva no Brasil é um grande obstáculo à inovação nas empresas. A burocracia excessiva é um grande obstáculo à inovação nas empresas brasileiras, conforme evidenciado em diversos estudos. De acordo com LAPOLLI e GOMES (2017), a administração pública brasileira enfrenta um problema complexo, pois os servidores, especialmente aqueles que ocupam cargos de gestão, estão envolvidos em grande parte do tempo com tarefas burocráticas, o que dificulta a adoção de práticas inovadoras. Além

disso, a cultura burocrática é um traço marcante na história da administração pública brasileira, o que representa um obstáculo para a inovação nas empresas.

A falta de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil limita a capacidade de inovação das empresas. A falta de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil é um fator que limita a capacidade de inovação das empresas, conforme apontado por diversos estudos. RIBEIRO *et al.* (2022) afirmam que a baixa alocação de recursos em P&D contribui para que as empresas sejam altamente avessas a investir em inovação, dada a alta exposição a riscos. Esta situação resulta no desenvolvimento de poucas competências internas em atividades de gestão da inovação, o que prejudica a capacidade de inovação das empresas.

A instabilidade econômica do Brasil dificulta o planejamento do longo prazo necessário para projetos inovadores. A instabilidade econômica do Brasil é um fator que dificulta o planejamento de longo prazo necessário para projetos inovadores, conforme evidenciado em diversos estudos. FALCÃO *et al.* (2021) destacam que a instabilidade econômica pode ser um dos fatores que dificultam o planejamento de longo prazo necessário para projetos inovadores.

A cultura organizacional das empresas brasileiras, em geral, não é favorável à tomada de riscos e à inovação. A cultura organizacional das empresas brasileiras, em geral, não é favorável à tomada de riscos e à inovação, conforme apontado em diversos estudos. COLICHI *et al.* (2020) destacam que as barreiras culturais podem afetar a disposição para o empreendedorismo, o que se reflete em uma cultura organizacional desfavorável à inovação e à assunção de riscos.

A falta de políticas públicas eficazes para o incentivo à inovação é um dos principais entraves ao desenvolvimento do empreendedorismo no país. A falta de políticas públicas eficazes para incentivo à inovação é um dos principais entraves ao desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil, conforme evidenciado em diversos estudos. NUNES *et al.* (2022) apontam que as principais barreiras e desafios dos modelos de negócios sustentáveis em startups estão relacionados à categoria institucional, incluindo a necessidade de reformulação de políticas públicas.

O acesso a crédito para projetos inovadores é limitado no Brasil, especialmente para pequenas empresas. O acesso a crédito para projetos inovadores é limitado no Brasil, especialmente para pequenas empresas, conforme apontado em diversos estudos. DIAS e MACEDO (2016) identificaram que o acesso ao financiamento é um dos fatores

determinantes para a demanda e oferta de fundos de private equity e venture capital, representando um obstáculo significativo para a inovação no país.

A pirataria e a violação de direitos autorais no Brasil não estimulam a inovação e o desenvolvimento de novos produtos e serviços, conforme evidenciado em diversos estudos. Na verdade, BARRERA-VERDUGO (2018) destaca que a percepção de barreiras, como a violação de direitos de propriedade intelectual, pode afetar a intenção de investir em inovação por parte de microempreendedores.

A concorrência desleal, especialmente de empresas estrangeiras, dificulta a competitividade das empresas brasileiras inovadoras. A concorrência desleal, especialmente de empresas estrangeiras, dificulta a competitividade das empresas brasileiras inovadoras, conforme apontado em diversos estudos. FALCÃO *et al.* (2021) destacam que fatores como a concorrência no país receptor devem ser considerados, representando um obstáculo importante para a competitividade das empresas brasileiras inovadoras.

A falta de uma cultura empreendedora mais forte na sociedade brasileira é um obstáculo para o desenvolvimento de um ecossistema de inovação. A falta de uma cultura empreendedora mais forte na sociedade brasileira é um obstáculo ao desenvolvimento de um ecossistema de inovação, conforme evidenciado em diversos estudos. COLICHI *et al.* (2019) apontam que o empreendedorismo pode ser uma forma de empoderamento, mas que ainda enfrenta barreiras culturais em alguns contextos.

O acesso a crédito para projetos inovadores é limitado no Brasil, especialmente para pequenas empresas. Conforme mencionado anteriormente no item 6, o acesso a crédito para projetos inovadores é limitado no Brasil, especialmente para pequenas empresas, conforme planejado em diversos estudos. DIAS e MACEDO (2016) identificaram que o acesso ao financiamento é um dos fatores determinantes para a demanda e oferta de fundos de private equity e venture capital.

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa, que busca identificar e analisar as barreiras à inovação em microempresas brasileiras, fundamentada em uma revisão da literatura acadêmica e complementada por uma pesquisa de campo (CRESWELL, 2010).

A coleta de dados para revisão bibliográfica foi realizada através da busca em artigos e publicações oficiais na base de dados Scielo, selecionando aqueles que abordassem o tema da inovação em microempresas, com foco no contexto brasileiro e em suas principais barreiras.

A pesquisa de campo, de caráter quantitativo, foi realizada com 65 microempreendedores selecionados por conveniência, atuantes na cidade de São Caetano do Sul, no período de agosto a setembro de 2024. Foi aplicado um questionário estruturado, com o objetivo de medir a percepção dos microempreendedores sobre as barreiras à inovação identificadas na revisão de literatura.

Com o levantamento elaborado pelo SEBRAE (2013), pode-se identificar do ponto de vista total de 2362 respostas que as barreiras que dificultam a inovação, que foram mais citadas, são aquelas relacionadas à disponibilidade de recursos para realizar a inovação. Diante disso, o desempenho de inovação dessas empresas se vê restringida, já que detêm pouca capacidade de investir em inovações que envolvam grandes pesquisas e recursos, em virtude do risco e incerteza inerentes à inovação perante a dinâmica de mercado. Somado a isso, evidenciam que as micro e pequenas empresas disputam espaço com as grandes empresas, as quais apresentam maior capacidade financeira de arcar com o desenvolvimento de inovações e estratégias mais abrangentes (DACORSO, 2013).

Na visão de HOBDAEY, de um modo geral, as pequenas empresas não dispõem de ativos complementares necessários para explorar inovações em mercado de produção em massa e têm maiores dificuldades de obter resultados de suas inovações. As pequenas empresas se caracterizam por serem mais inovadoras do que as grandes empresas, principalmente pela flexibilidade de adaptar-se rapidamente à demanda (SILVA NETO, 2011).

Quanto ao financiamento da inovação, há pelo menos dois grandes problemas aqui. Em primeiro lugar, a dificuldade dos órgãos de fomento de identificar projetos de inovação e, por um lado, vinculada ao fato de que eles, em essência, não existem de forma isolada (CASSIOLATO, 2012). Verificou-se que as empresas do setor privado geraram inovações em proporção ligeiramente superior às organizações do setor público, a saber, 61,7% contra 50%, respectivamente (STOECKICHT *et al.*, 2009).

As necessidades de mudança são compartilhadas por aqueles que formam a empresa e o perfil empreendedor e flexível é presente entre os funcionários, segundo os entrevistados (DE OLIVEIRA *et al.*, 2008). A capacidade de inovar das micro e pequenas

empresas têm sido fortalecidas com o novo formato de inovação disposto no ambiente. A própria dinâmica de mercado fez emergir um ambiente no qual o conhecimento se tornou fator chave de desenvolvimento de modo que as competências de inovação migraram de padrões internos para externos de inovação (DACORSO, 2013).

Dessa forma, três proposições teóricas foram abordadas, as quais representam tanto a configuração atual de inovação das MPE's quanto apontam perspectivas de inovação nesses empreendimentos, na qual se espera ser o modelo de inovação aberta a alternativa mais viável de desenvolvimento para essas empresas (DACORSO, 2013). Como contribuição, há tanto o avanço teórico do modelo de inovação aberta, ao estendê-lo a outros empreendimentos adversos daqueles largamente estudados no que diz respeito ao modelo, como são as grandes empresas e as empresas de alta tecnologia, e no campo das micro e pequenas empresas, por tentar comprovar teoricamente seu potencial inovador (SILVA, 2013).

Ainda que o Manual de Oslo não considere inovações tecnológicas as mudanças em produtos que apenas deem maior satisfação ao cliente, em decorrência da subjetividade, foram entendidas que tais mudanças são extremamente importantes nos ambientes de negócio com os quais estamos tratando. Assim, existe a necessidade da previsão também estas melhorias criativas de produtos (BACHMANN; DESTEFANI, 2008). Embora a inovação seja, em princípio, a origem das tendências, nas MPEs deve ocorrer o contrário. As empresas devem priorizar inovações para se adequarem às tendências já estabelecidas (BACHMANN; DESTEFANI, 2008).

A inovação traz, junto com oportunidades de sucesso, um aumento de risco. Nos casos de grandes organizações, o custo de eventuais erros decorrentes de experiências inovadoras malsucedidas é amplamente compensado pelos casos de sucesso. Nas MPEs, entretanto, uma simples troca de cor na embalagem pode levar a resultados que a empresa não tenha condições de suportar. Daí o maior conservadorismo do pequeno empresário (BACHMANN; DESTEFANI, 2008).

Podemos destacar os problemas relativos à inovação de DACORSO e SILVA (2013), onde listam os principais problemas enfrentados por elas em sua atuação no ambiente de negócios. Relacionados ao ambiente interno da empresa: Falta de pessoal interno com as competências necessárias ao negócio; Inovação tecnológica por imitação, que, quando se torna a única forma de inovar, pode coibir a iniciativa criativa; Baixa capacidade de gestão de pesquisa e desenvolvimento (P&D); Falta de informação tecnológica; Dificuldades em

arcar com o custo de comercialização dos produtos relativos à inovação; Pouco conhecimento de mercado. Relacionados ao ambiente externo da empresa: Dificuldade em encontrar mão-de-obra qualificada; Incerteza de mercado quanto à criação de produtos inovadores; Dificuldade na obtenção de crédito em virtude do elevado risco de incerteza tecnológica; Competição em mercados monopolistas ou oligopolistas. Muitos aspectos levantados pelo autor apresentam similaridade com a pesquisa do SEBRAE.

Elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2007), este relatório apresenta questões que dificultam o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas MPes. Destacam-se as seguintes dificuldades: reduzido conhecimento técnico por parte das MPes; dependência de fornecedores dos principais insumos tecnológicos inovadores; baixo nível de investimento em P&D adequado à realidade das MPes; pouca tradição em investir em desenvolvimento tecnológico; alto custo para a aquisição das inovações; dificuldade para acessar linhas de crédito para aquisição de equipamentos; a pouca aproximação dos centros de tecnologias; carência de infraestrutura física e de pessoal adequados, entre outras (SILVA NETO, 2011). O baixo nível tecnológico dos produtos em MPes e o desconhecimento de fontes de informações são considerados os principais problemas vivenciados pelos empresários quando os mesmos pensam em inovar (DE SOUZA COSTA; OLAVE, 2014).

#### **4. RESULTADOS**

Este estudo buscou identificar e avaliar a percepção dos participantes sobre diversos fatores que podem dificultar a inovação no Brasil. Através de um questionário, foram apresentadas dez afirmações relacionadas a possíveis obstáculos, e os participantes puderam expressar sua concordância ou discordância em relação a cada uma delas. A análise dos resultados visa fornecer uma compreensão abrangente dos desafios mais prementes enfrentados pelo ecossistema de inovação brasileiro, servindo como base para futuras discussões e ações. Vamos analisar os resultados de cada afirmação, interpretando o que as respostas indicam sobre a percepção dos participantes em relação aos obstáculos à inovação no Brasil:

Tabela 01 - Análise Percentual da Concordância com as Barreiras à Inovação

| Afirmação                                                                                         | Discordo Totalmente | Discordo Parcialmente | Discordo Pouco | Indiferente | Concordo Pouco | Concordo Parcialmente | Concordo Totalmente |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------|----------------|-------------|----------------|-----------------------|---------------------|
| 1. Burocracia excessiva no Brasil é obstáculo à inovação.                                         | 0                   | 0                     | 0              | 0           | 20             | 20                    | 60                  |
| 2. Falta de investimento em P&D limita a capacidade de inovar.                                    | 0                   | 0                     | 0              | 0           | 20             | 20                    | 60                  |
| 3. Instabilidade econômica dificulta planejamento de longo prazo para projetos inovadores.        | 0                   | 0                     | 0              | 0           | 20             | 40                    | 40                  |
| 4. Cultura organizacional não favorece a inovação.                                                | 0                   | 0                     | 0              | 0           | 20             | 40                    | 40                  |
| 5. Falta de políticas públicas eficazes para incentivar a inovação.                               | 0                   | 0                     | 0              | 0           | 20             | 40                    | 40                  |
| 6. Acesso a crédito para projetos inovadores é limitado.                                          | 0                   | 0                     | 0              | 0           | 20             | 20                    | 60                  |
| 7. Pirataria e violação de direitos autorais desestimulam inovação.                               | 0                   | 0                     | 0              | 0           | 20             | 20                    | 60                  |
| 8. Concorrência desleal dificulta competitividade das empresas inovadoras.                        | 0                   | 0                     | 0              | 20          | 20             | 20                    | 40                  |
| 9. Falta de cultura empreendedora é obstáculo para desenvolvimento de um ecossistema de inovação. | 0                   | 0                     | 0              | 20          | 0              | 40                    | 40                  |
| 10. Acesso a crédito para projetos inovadores é limitado (repetição).                             | 0                   | 0                     | 0              | 0           | 0              | 20                    | 60                  |

**Fonte:** Autor

Na apresentação dos resultados, em geral, há um forte consenso de que os fatores listados representam obstáculos significativos à inovação no Brasil. A maioria das respostas se concentra em "Concordo Parcialmente" e "Concordo Totalmente", com pouquíssimas respostas em "Discordo" ou "Indiferente".

A falta de respostas em "Discordo" ou "Indiferente" sugere que esses obstáculos são amplamente reconhecidos como problemáticos, sem grande divergência de opinião entre os participantes. Isso indica uma percepção consolidada de que os desafios apresentados são reais e impactam o ambiente de inovação.

A repetição da afirmação sobre "Acesso a crédito" e a alta concordância em ambas as ocorrências indicam uma forte e consistente preocupação com as dificuldades de financiamento para projetos inovadores. Este ponto se destaca como uma barreira crítica à inovação.

#### Análise por Afirmação:

- **Burocracia excessiva no Brasil é obstáculo à inovação:** A burocracia é percebida como um grande entrave à inovação. A maioria concorda

totalmente, indicando que a complexidade e lentidão dos processos burocráticos são vistos como um sério problema, que impacta diretamente a capacidade de inovação.

- **Falta de investimento em P&D limita a capacidade de inovar:** a falta de investimento em pesquisa e desenvolvimento é vista como um fator limitante crucial para a inovação. Similar à burocracia, a maioria concorda totalmente, destacando a necessidade de mais recursos para P&D para impulsionar a capacidade inovadora do país.

- **Instabilidade econômica dificulta planejamento de longo prazo para projetos inovadores:** A instabilidade econômica é um obstáculo significativo, afetando a capacidade de planejar projetos de longo prazo. A distribuição entre "Concordo Parcialmente" e "Concordo Totalmente" indica que, embora reconhecida a gravidade do problema, há uma nuances na percepção sobre seu impacto específico.

- **Cultura organizacional não favorece a inovação:** A cultura organizacional brasileira é vista como pouco propensa à inovação. Assim como na instabilidade econômica, há uma divisão similar entre a concordância parcial e total, indicando uma percepção de que o problema existe e precisa ser considerado, mas pode haver outros fatores igualmente relevantes.

- **Falta de políticas públicas eficazes para incentivar a inovação:** Há uma clara percepção de que as políticas públicas para incentivar a inovação não são eficazes. Novamente, a distribuição entre "Concordo Parcialmente" e "Concordo Totalmente" indica um reconhecimento generalizado do problema e aponta para uma necessidade de melhorias nas políticas existentes.

- **Acesso a crédito para projetos inovadores é limitado:** A dificuldade de acesso a crédito é um forte entrave à inovação. A maioria concorda totalmente, sublinhando a necessidade de facilitar o financiamento para projetos inovadores. Este resultado reforça a necessidade de mecanismos de financiamento mais acessíveis e eficientes.

- **Pirataria e violação de direitos autorais desestimulam inovação:** A pirataria e a violação de direitos autorais são vistos como desincentivadores da inovação, com forte concordância. Isso sugere a necessidade

de medidas para proteger a propriedade intelectual e incentivar o investimento em novas ideias e tecnologias.

- **Concorrência desleal dificulta competitividade das empresas inovadoras:** A concorrência desleal é vista como um obstáculo à competitividade das empresas inovadoras. A inclusão de 20% em "Indiferente" sugere que alguns participantes podem não ter opinião definida ou não consideram este um fator tão relevante quanto outros. No entanto, a maioria ainda concorda com o problema, evidenciando que o ambiente competitivo precisa ser mais justo para promover a inovação.

- **Falta de cultura empreendedora é obstáculo para desenvolvimento de um ecossistema de inovação:** A falta de uma cultura empreendedora é um obstáculo ao desenvolvimento da inovação, com a maioria concordando, seja parcialmente ou totalmente. A presença de 20% em "Indiferente" indica que alguns participantes podem não ter certeza de como isso impacta a inovação ou não percebem como um problema central.

Os principais focos de preocupação identificados pelos participantes são a burocracia, a falta de investimento em P&D, a dificuldade de acesso a crédito, e os problemas relacionados à instabilidade econômica e à cultura organizacional. Esses elementos se destacam como áreas críticas que demandam atenção imediata e ações efetivas.

Os resultados sugerem que são necessárias mudanças significativas em várias áreas, como políticas públicas, financiamento para inovação, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, e até mesmo uma mudança cultural em relação à inovação e ao empreendedorismo. É evidente que uma abordagem multifacetada é essencial para criar um ambiente de inovação mais robusto.

Para ações futuras, seria interessante investigar mais a fundo as causas da falta de investimento em P&D e as particularidades da burocracia que dificultam a inovação. Além disso, explorar as diferentes nuances da cultura organizacional que não promovem a inovação pode trazer insights valiosos para intervenções mais específicas e eficazes.

Nesse sentido os dados revelam um consenso claro sobre os diversos obstáculos que a inovação enfrenta no Brasil, com destaque para os problemas de financiamento e burocracia. Isso indica um forte apelo para que medidas sejam tomadas para criar um ambiente mais favorável à inovação no país, que passa pela necessidade de reformas em

diversas esferas, incluindo políticas governamentais, cultura organizacional e acesso a recursos financeiros.

## **5. ANÁLISE DE RESULTADOS**

A análise dos resultados obtidos na seção anterior, quando confrontada com o referencial teórico, revela uma convergência notável entre as barreiras à inovação identificadas na literatura e a percepção dos microempreendedores. A forte concordância com as afirmações sobre burocracia excessiva e falta de investimento em P&D reforça a importância desses fatores como obstáculos significativos à inovação em microempresas brasileiras, conforme já apontado por LAPOLLI e GOMES (2017) e RIBEIRO *et al.* (2022). A burocracia, com seus processos complexos e demorados, não apenas dificulta o início de novos projetos, mas também consome recursos e tempo que poderiam ser direcionados para atividades inovadoras.

A percepção dos participantes sobre a instabilidade econômica como um fator que dificulta o planejamento de longo prazo alinha-se com os achados de FALCÃO *et al.* (2021), que destacam que a volatilidade do cenário econômico torna desafiador o investimento em projetos inovadores de longo prazo. Essa incerteza desestimula o risco e impede que as empresas se comprometam com iniciativas de inovação que requerem tempo e recursos consideráveis. A cultura organizacional pouco favorável à inovação, conforme apontado por COLICHI *et al.* (2020), também encontra respaldo na percepção dos participantes, indicando que a mentalidade tradicional e a aversão ao risco dentro das empresas brasileiras representam uma barreira comportamental importante a ser superada.

A concordância com a falta de políticas públicas eficazes para incentivar a inovação, conforme mencionado por NUNES *et al.* (2022), destaca a necessidade de uma revisão e aprimoramento das iniciativas governamentais que visam o fomento à inovação. As dificuldades no acesso a crédito, reforçadas pela repetição da afirmação no questionário, confirmam o que DIAS e MACEDO (2016) já haviam apontado, ou seja, que o financiamento é um grande empecilho para as empresas brasileiras, especialmente as de menor porte, que não possuem o mesmo poder de barganha que as grandes empresas.

Adicionalmente, a percepção dos microempreendedores sobre a pirataria e a concorrência desleal como desestimuladores da inovação, adicionalmente, a percepção

dos microempreendedores sobre a pirataria e a concorrência desleal como desestimuladores da inovação, reforça a ideia de que a falta de um ambiente de negócios seguro e justo é um obstáculo para o crescimento e desenvolvimento de novas ideias. A violação dos direitos autorais e a competição desleal retiram o incentivo dos empreendedores em investir em novos produtos e serviços. A falta de uma cultura empreendedora sólida, como apontado por COLICHI *et al.* (2019), também foi reconhecida como uma barreira ao desenvolvimento de um ecossistema de inovação mais robusto, mostrando que as dificuldades vão além das questões econômicas e regulatórias, atingindo a mentalidade e os valores da sociedade.

A convergência entre as barreiras identificadas na literatura e a percepção dos microempreendedores demonstra que esses obstáculos não são meramente teóricos, mas sim desafios reais e práticos que afetam diretamente a capacidade de inovação das empresas brasileiras. A percepção consistente dos participantes nas questões abordadas, reflete uma realidade complexa e multifacetada, onde fatores financeiros, burocráticos, culturais e regulatórios se combinam para criar um ambiente desafiador para o desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos. A análise comparativa das respostas com o referencial teórico, demonstra a importância de se abordar esses problemas de maneira abrangente e integrada.

As respostas dos empreendedores demonstram que, para promover a inovação nas microempresas brasileiras, é crucial adotar uma abordagem multifacetada, que contemple tanto as barreiras externas, como a burocracia e a falta de crédito, quanto as barreiras internas, como a cultura organizacional e a mentalidade empreendedora. A criação de políticas públicas mais eficientes, que facilitem o acesso ao crédito, incentivem a pesquisa e o desenvolvimento, e simplifiquem os processos burocráticos, é um passo essencial. Além disso, é fundamental investir em ações de capacitação e fomento ao empreendedorismo, visando desenvolver uma cultura de inovação nas empresas e na sociedade.

Finalmente, a análise revela que as barreiras à inovação não são isoladas, mas sim interconectadas, e que a superação de cada uma delas requer um esforço conjunto e coordenado entre diversos atores, como o governo, as instituições de ensino e pesquisa, as empresas, e a sociedade em geral. O estudo da percepção dos microempreendedores sobre as barreiras à inovação, além de confirmar as conclusões teóricas, também traz um olhar prático e real das dificuldades enfrentadas no dia a dia desses empreendedores,

mostrando que é necessário um esforço conjunto para a superação desses obstáculos e para o fomento de um ambiente mais favorável para a inovação no Brasil.

## **6. CONCLUSÃO**

Após a análise de artigos e documentos, é possível identificar as dificuldades que os processos de inovação encontram dentro das MPEs e quais seriam possíveis caminhos após essa identificação. Em primeiro lugar, é clara a necessidade de uma liderança preocupada com o assunto inovação e com a necessidade da mesma para a sobrevivência do negócio. O conceito de inovação é um fator que deve estar claramente definido pelo empreendedor, visto que existem poucos recursos para tanto.

Um segundo fator importante é sobre os recursos para inovação, que provêm normalmente do sistema público de financiamento. Em alguns casos, células incubadoras e empresas com programas de desenvolvimento de fornecedores podem ser uma alavanca para esses empreendimentos. Uma liderança alinhada com recursos esbarra em um terceiro problema a ser resolvido, a estrutura de Pesquisa e Desenvolvimento. Existe a necessidade de criar parcerias com empresas de soluções e institutos tecnológicos para poder suprir as necessidades.

Manter sempre atualizado o estudo de mercado também é um ponto importante para entender a realidade de clientes, concorrentes e fornecedores, buscando orientar os esforços inovadores. O modelo de inovação aberta se mostrou uma alternativa de desenvolvimento para as microempresas, que, ao deterem dificuldades em inovar por meio do formato tradicional de inovação, em virtude dos poucos recursos e capacidade de investir em P&D interno, se veem mais dispostas a traçarem práticas de inovação frente ao suporte colaborativo que o modelo propicia (DACORSO; SILVA, 2013).

Finalizando, as microempresas devem buscar a inovação sempre. Estabelecendo uma análise do negócio, verificando o retorno de suas ações, com alinhamento com cliente e fornecedores. Novas fórmulas de parcerias, pesquisa de mercado, busca de crédito podem fortalecer o processo de inovação dentro das microempresas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ANAO. *Innovation in The Public Sector: enabling better performance, driving new directions*. Canberra: The Publications Manager, 2009.

BACHMANN, D. L.; DESTEFANI, J. H. Metodologia para estimar o grau de inovação nas MPE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, 18., 2008, Aracaju. *Anais...* Aracaju, 2008.

BARBOZA, R. A. B.; FONSECA, S. A.; RAMALHEIRO, G. C. F. Inovação em micro e pequenas empresas por meio do serviço brasileiro de respostas técnicas. *RAI: revista de administração e inovação*, v. 12, n. 3, p. 329-349, 2015.

BARRERA-VERDUGO, G. Innovative self-concept of micro-entrepreneurs: perception of barriers and intention to invest. *Bar - Brazilian Administration Review*, v. 15, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2018170085>

BORINS, S. *The Challenge of Innovating in Government*. 2. ed. Toronto: IBM Center for The Business of Government, 2006.

CASSIOLATO, J. E. Mecanismos de apoio à inovação no Brasil: uma breve nota crítica. *Parcerias Estratégicas*, v. 15, n. 31, p. 75-82, 2012.

COLICHI, R.; LIMA, S.; BONINI, A.; LIMA, S. Entrepreneurship and nursing: integrative review. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, supl. 1, p. 321-330, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0498>

COLICHI, R.; URRUTIA, V.; FIGUEROA, A.; NUNES, H.; LIMA, S. Profile and entrepreneurial intention of nursing students: a comparison between brazil and chile. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0890>

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

D'ESTE, P. *et al.* What hampers innovation? Revealed barriers versus deterring barriers. *Research Policy*, v. 41, n. 2, p. 482-488, 2012.

DACORSO, A. L. R. *Inovação aberta como uma vantagem competitiva para a micro e pequena empresa*. 2013.

DACORSO, A. L. R.; SILVA, G. Perspectivas de Inovação na Micro e Pequena Empresa. *Revista Economia & Gestão*, v. 13, n. 33, p. 90-107, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2013v13n33p90>

DALMORO, M. *Comportamento Empreendedor dos Proprietários de Micro e Pequenas Empresas*. 2006.

DAVILA, T.; EPSTEIN, M. J.; SHELTON, R. *As Regras da Inovação*. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DE OLIVEIRA, B. R. B.; *et al.* Recursos Internos como Diferenciais na Competição Internacional: evidências da liderança empreendedora e da cultura organizacional no caso do Grupo Fruitfort-DOI: 10.15600/1679-5350/rau.v6n3p96-118. *Revista de Administração da Unimep-Unimep Business Journal*, v. 6, n. 3, p. 96-118, 2008.

DE OSLO, Manual. *Manual de Oslo*. 1997.

DE SOUZA COSTA, M.; OLAVE, M. E. L. Inovação em Micro e Pequenas Empresas: Uma Visão dos Agentes Locais de Inovação do Sebrae em Aracaju-SE. 2014.

DIAS, R.; MACEDO, M. Private equity and venture capital funds: what drives the demand and supply? *Bar - Brazilian Administration Review*, v. 13, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2016150058>

DRUCKER, P. F. A disciplina da inovação. *Harvard Business Review*, v. 82, n. 8, p. 80-85, 2004.

FALCÃO, R.; MACHADO, M.; CRUZ, E.; CUNHA, R. Trajetórias emergentes de startups brasileiras-canadenses à luz do modelo de uppsala, empreendedorismo de imigrantes e da effectuation. *Read Revista Eletrônica De Administração (Porto Alegre)*, v. 27, n. 3, p. 835-869, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.335.109038>

FERNANDES PEREIRA, M.; GRAPEGGIA, M.; TRÊS, D. L. Fatores condicionantes de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil. 2009.

HALVORSEN, T. *et al.* On innovation in the public sector. 2005.

LAPOLLI, É.; GOMES, R. Práticas intraempreendedoras na gestão pública: um estudo de caso na embrapa. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 90, p. 127-142, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190009>

LIZARELLI, F.; TOLEDO, J. Práticas para a melhoria contínua do processo de desenvolvimento de produtos: análise comparativa de múltiplos casos. *Gestão & Produção*, v. 23, n. 3, p. 535-555, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-530x2240-15>

MAHAMID, I. Factors affecting contractor's business failure: contractors' perspective. *Engineering, Construction and Architectural Management*, v. 19, n. 3, p. 269-285, 2012.

MICRO, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS. *Inovação nos pequenos negócios*. Brasília/DF, 2013.

MICRO, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS. *Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira*. Brasília/DF, 2014.

MICRO, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS. *Sobrevivência das empresas no Brasil*. Brasília/DF, 2013.

- MYERS, S. *et al. Successful industrial innovations: A study of factors underlying innovation in selected firms*. Washington, DC: National Science Foundation, 1969.
- NAGJI, B.; TUFF, G. Como Administrar sua carteira de inovação. *Harvard Business Review Brasil*, São Paulo, v. 90, n. 5, p. 32-39, mai/2012.
- NETO, G. H.; LOURENÇÃO, P. T. de M.; OLIVEIRA, E. A. de A. Q. Análise do perfil do empreendedor Joseense para implantação de novos negócios e Desenvolvimento Regional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 2, n. 1, 2007.
- NUNES, A.; MORIOKA, S.; BOLIS, I. Challenges of business models for sustainability in startups. *Rausp Management Journal*, v. 57, n. 4, p. 382-400, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/rausp-10-2021-0216>
- OLIVEIRA, A.; RUA, O. From intention to entrepreneurial action. *Rausp Management Journal*, v. 53, n. 4, p. 507-534, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/rausp-07-2018-0039>
- RIBEIRO, B.; BIN, A.; SERAFIM, M. Innovation dynamics of the state basic sanitation companies. *Engenharia Sanitaria E Ambiental*, v. 27, n. 2, p. 305-314, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-415220200396>
- SALES, R. L.; DE BARROS, A. A.; DE ARAÚJO PEREIRA, C. M. M. Fatores condicionantes da mortalidade dos pequenos negócios em um típico município interiorano brasileiro. *Revista da micro e pequena empresa*, v. 2, n. 2, p. 38-55, 2011.
- SCHUMPETER, J. A. *The Theory of Economic Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- SILVA NETO, A. T. da; TEIXEIRA, R. M. Mensuração do grau de inovação de micro e pequenas empresas: estudo em empresas da cadeia têxtil-confecção em Sergipe. 2011.
- SILVA, G.; DACORSO, A. L. R. Perspectivas de Inovação na Micro e Pequena Empresa DOI-10.5752/P. 1984-6606.2013 v13n33p90. *Revista Economia & Gestão*, v. 13, n. 33, p. 90-107, 2013.
- STOECKICHT, I. P.; SOARES, C. A. P. O capital intelectual, os capitais do conhecimento e a inovação: a importância da gestão estratégica do capital intelectual no desenvolvimento da capacidade de inovação em empresas brasileiras. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS-SIMPOI, 12., 2009. *Anais...* 2009.
- VINCENZI, T.; CUNHA, J. Características de empresas e de inovações e suas relações com barreiras à inovação no setor de serviços brasileiro. *Cadernos Ebape Br*, v. 17, n. 4, p. 1062-1078, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395174404>



**Capítulo 5**  
**A LÓGICA GERENCIAL NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO**  
**PÚBLICA: implicações em debate**

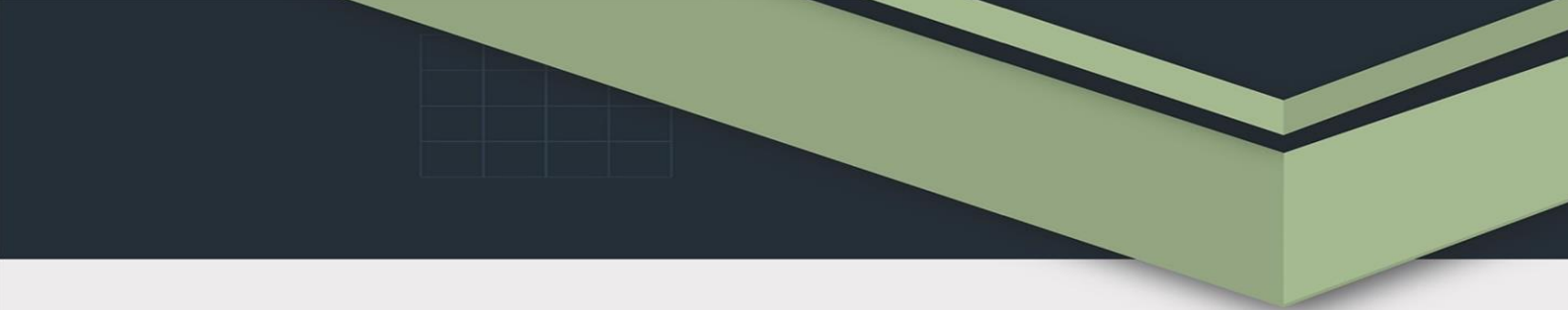
*Eweny Cristina Moraes Figueredo*

*Helinelma Serejo Camara*

*Nivea Sanaira Sousa Batista*

*Paula Regina Oliveira*





## **A LÓGICA GERENCIAL NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: implicações em debate**

***Eweny Cristina Moraes Figueredo***

*Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Professora Especialista em Educação Básica  
(Semed), Doutoranda em educação, eweny.cristina@discente.ufma.br*

***Helinelma Serejo Camara***

*Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Professora dos Anos Iniciais, Mestranda em  
educação, helinelma.serejo@discente.ufma.br*

***Nivea Sanaira Sousa Batista***

*Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Pedagoga, Mestranda em educação,  
nivea.batista@discente.ufma.br*

***Paula Regina Oliveira***

*Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Professora Especialista em Educação (Semed)  
e Gestora Adjunta (Seduc), Doutoranda em educação, pr.oliveira@discente.ufma.br*

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é analisar de forma crítica e reflexiva a lógica gerencial e suas implicações na gestão democrática da educação pública a partir da revisão da literatura. Para estudar o modelo gerencial de educação e os desafios provenientes desta lógica, em processo na gestão da educação pública e no campo das políticas educacionais, optamos pela revisão da literatura levando em consideração as obras analisadas na

disciplina de Reformas educacionais na América Latina, no Dourado e Mestrado em educação do Programa de Pós - Graduação em Educação vinculado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Para a discussão sobre as reformas educacionais, apontam-se para as contribuições de Casassus (2001), Lopes e Neto (2020). Já a categoria gerencialismo na gestão da educação básica é fundamentada em Castro (2007), Ball (2011), Sordi (2009), entre outras contribuições que se fizeram necessárias. Com este estudo, foi possível explicitar a existência de uma continuidade de um projeto gerencialista sem qualquer contraposição forte o suficiente para que haja transformações necessárias, que amenizem as problemáticas discutidas. Observamos ainda que o modelo gerencial de educação, em processo, fragiliza a gestão democrática, limita a autonomia dos professores e dificulta o avanço da educação pública. Portanto, os desafios são plurais o que pressupõe ações direcionadas ao fortalecimento da educação em um viés democrático.

**Palavras-chave:** Gerencialismo. Gestão educacional. Desafios.

#### **ABSTRACT**

The aim of this article is to critically and reflectively analyze the managerial logic and its implications for the democratic management of public education based on a literature review. In order to study the managerial model of education and the challenges arising from this logic, in process in the management of public education and in the field of educational policies, we opted to review the literature taking into account the works analyzed in the discipline of Educational Reforms in Latin America, in the Golden and Master's Degree in Education of the Postgraduate Program in Education linked to the Federal University of Maranhão (UFMA). For the discussion on educational reforms, the contributions of Casassus (2001), Lopes and Neto (2020) are highlighted. The category of managerialism in basic education management, in turn, is grounded in Castro (2007), Ball (2011), Sordi (2009), among other contributions that proved necessary. Through this study, it was possible to make explicit the existence of a continuity of a managerialist project without any opposition strong enough to bring about the necessary transformations that might alleviate the issues discussed. We observed that the managerial model of education, in process, weakens democratic management, limits the autonomy of teachers and hinders the progress of public education. Therefore, the challenges are plural, which presupposes actions aimed at strengthening education with democratic bias.

**Keywords:** Managerialism. Educational management. Challenges.

## **1 INTRODUÇÃO**

Vivemos em um cenário global de mudanças e de crise do capital que atinge a estrutura dos Estados Nacionais em desenvolvimento, a sociedade, a educação e, em

particular, os profissionais desta área. Buscando reverter a crise fiscal, o capital neoliberal implementa formas rápidas e contínuas para se reproduzir, expandir e manter o seu poder em escala nacional e, por conseguinte, local. Para tanto, faz uso de formas, a saber: descentralização, desregulamentação da economia, processos de privatização, novos processos de gestão, financiamento, regulação e avaliação. Os países da América Latina foram os principais palcos das reformas de Estado, iniciadas na década de 1990.

O modelo gerencial avança na educação pública brasileira por meio de reformas educacionais que traduzem as perspectivas neoliberais e trazem consigo um conjunto de implicações sobremaneira sérias para as políticas, gestão e práticas docentes, desfigurando destes o seu perfil pedagógico. No entanto, o discurso do capital é de mudanças necessárias em razão da ingerência do Estado, bem como, da necessidade de novos mecanismos de gestão para o desenvolvimento e melhoria da qualidade na educação. Os problemas na área da educação se intensificam com os novos mecanismos de competitividade e bonificação atrelados às novas políticas educacionais adotadas nos últimos tempos.

Daí a necessidade de buscar respostas para a problemática: quais os objetivos, as estratégias e as implicações do modelo gerencial no campo das políticas educacionais e da gestão da educação?

Este trabalho visa analisar de forma crítica e reflexiva a lógica da gestão gerencial ideologicamente ancorada na perspectiva neoliberal e as contradições entre o discurso vinculados às reformas e suas implicações nas políticas, na gestão da educação pública e no fazer docente. Para tal análise, adotamos a perspectiva metodológica da revisão da literatura, uma vez que se trata de uma técnica que nos possibilita o levantamento de fontes diversas que tratam sobre o tema em destaque, subsidiando uma reflexão progressiva e em sintonia entre o todo e suas partes, além de ser a mais indicada para o estudo das questões sociais. Optamos ainda pela dialética com vistas a indicar as contradições que marcam a histórica e as tensões travadas a partir da relação entre o gerencialismo e a educação pública.

As fontes adotadas nesta pesquisa foram objetos de estudos e discussões efervescentes e construtivas no âmbito da disciplina Reformas educacionais na América Latina, no curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós - Graduação em Educação vinculado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dentre outras necessárias. Autores como Casassus (2001), Lopes e Neto (2020), Oliveira (2009) Paula (2004) Pereira

(1997) foram basilares para a construção deste objeto. Observamos que a gestão gerencial fragiliza a gestão democrática, limita a autonomia dos professores e dificulta o avanço da educação pública. Portanto, os desafios são plurais o que pressupõe do Estado, dos sistemas de ensino, das escolas e dos profissionais da docência autonomia e ações direcionadas ao fortalecimento da educação em um viés democrático.

## **2 AS REFORMAS NA AMÉRICA LATINA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

A década de 70 do século passado demarca o início da crise do capital em escala global e, à posteriori, principalmente a partir da década de 90 do mesmo século, do delineamento de políticas de reestruturação dos Estados para reverter o quadro instalado. Até os anos de 1970, o Estado demonstrou desenvolvimento nos padrões de vida social e prosperidade econômica, mas a partir daí a crise fiscal se instalou de forma intensa face ao crescimento distorcido e ao processo de globalização que é impulsionado principalmente pelo comércio. Nesse sentido, “a onda neoconservadora e as reformas econômicas orientadas para o mercado foram a resposta para esta crise”. (Pereira, 1997, p. 7).

Observa-se que a tarefa principal dos anos 90 foi a Reforma ou a reconstrução dos Estados Nacionais em particular, aqueles situados na América Latina. Neste norte, destaca-se que as reformas ocorrem dentro de um marco histórico, ou seja, um espaço-tempo, em certos contextos, cujos conteúdos estão enquadrados em sistemas de ideias que estão presentes no nível regional que influem neles. (Casassus, 2001, p. 8).

De acordo com Casassus (2001), os sistemas de ideias operam em várias áreas sendo a economia a mais influente. Enfatiza-se, porém, que é no plano da cultura e, em particular, da educação que se pode apreciar mais claramente a permeabilidade em torno da regionalização das políticas, o que não descarta seus reflexos em escala local.

Como política de primeira mão para a reestruturação do Estado, indicamos as Reformas na América Latina que nos anos de 1990 visaram a implementação de um plano hegemônico e estratégico de políticas a partir de determinações externas e unificadoras em vários setores da sociedade, independente das formas de organização do Estado e das instituições que dele derivam. Cabe destacar que as reformas na América Latina foram organizadas numa perspectiva regional, que não pode ser considerada como um fenômeno novo. Portanto, podemos falar em ciclo de reformas.

O primeiro ciclo, independentemente dos diferentes níveis de desenvolvimento, teve por característica comum a de ser um ciclo de reformas orientadas para a expansão dos sistemas educativos de modo que amplie as possibilidades de um maior número de pessoas ingressarem no sistema. O segundo ciclo está configurado por processos mais complexos e que são denominados de segunda geração, pois estão relacionados com temas como os de gestão de sistema e de qualidade. (Casassus, 2001, p. 9).

Sobre qual é o objetivo da Reforma, Casassus (2001), explica que a resposta não é simples, visto que os planejamentos nacionais não estão definidos em termos de políticas públicas e que não existe uma única forma de pleiteá-los. Ademais, essas políticas não estão dissociadas das políticas macroeconômicas provenientes do capital internacional. Nesse sentido, arriscamo-nos em dizer que as políticas educacionais nos países em desenvolvimento situados na América Latina e entrelaçadas pelo processo de globalização objetivam à expansão do capital.

Geralmente o que se observa nas redes de ensino públicas são definições de programas e projetos, nos quais se estabelecem ideias, metas, estratégias e recursos orçamentários e humanos para a sua execução. Muitas vezes, o foco dessas políticas educacionais se mantém apenas na dimensão dos resultados, desconsiderando todo o processo e os condicionantes para a sua execução. A falta de instrumentos de análises dos resultados das ações implementadas também é um outro complicador.

A onda de reformas no âmbito da educação é ilustrativa das mudanças impostas pelo capital internacional o que contribuiu para descaracterizar a educação pública, as políticas internas e as tarefas docentes. As políticas educacionais desde então instituem sistemicamente as linhas básicas pelas quais os desejos governamentais dão materialidade aos fins educativos que se instauram em um dado espaço ou território, a partir de um determinado interesse de poder. Ressaltamos que as políticas educacionais instituídas nos países da América Latina dão materialidade a um projeto de poder que repercute em lutas de classes.

É relevante entender conceitualmente as políticas educacionais e suas imbricações no continente Americano, já que essa compreensão é uma condição necessária para o situacionamento das relações entre fins educativos, desenvolvimento, democracia e projetos sistêmicos de poder:

Políticas educacionais são consubstanciadas a partir de dispositivos legais que delineiam estratégias, regulações, controles e sistematizações acerca das dinâmicas de governança da Educação e que são deflagradas

de modo intencional e situacionadas dentro de um dado projeto de poder. (Lopes; Neto, 2020, p.3).

Apresentam definições variadas a exemplo das formações de professores. Estas nos últimos anos tem sido orientadas para moldar e descaracterizar as práticas docentes e, conseqüentemente, a formação dos estudantes que devem ser preparados para os espaços de produção. O princípio da “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” ( Brasil, 1988), está previsto na Constituição Federal de 1988 e reiterado na LDBEN de 1996 no Art.3º, inciso VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal, com redação modificada através da Lei nº 14.644, de 2023 (Brasil, 1996). A concepção e necessidade de sua materialização na gestão do ensino público são continuamente propagadas nas instâncias e nos documentos educacionais, a exemplo do PPP, bem como nas arenas de discussões no campo da educação pública. Entretanto, o que vemos nas redes de ensino são práticas atreladas às concepções gerenciais que andam na contramão de um projeto de escola pública verdadeiramente democrática.

### **3 O MODELO GERENCIAL NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: estratégias neoliberais e suas implicações**

A onda das reformas educacionais traz em seu bojo algumas ideias ou estratégias que redefiniram as políticas educacionais internas dos países em desenvolvimento, as relações educacionais e profissionais e as práticas de gestão e da docência. Observa-se que as reformas educacionais incorporam, atualmente, um discurso neoliberal que realça em conjunto:

[...] a liberdade individual, a diversidade, a competição, a descentralização como mecanismos importantes para incrementar a eficiência e a qualidade dos sistemas educacionais e, ao mesmo tempo, acentua o papel regulador e regulamentador do Estado. (Neto apud Lopes; Neto, 2020, p. 4)

Conforme Castro (2007, p.134), "o novo modelo gerencial busca estabelecer uma cultura organizacional firmada nos princípios de gestão estratégica e do controle de qualidade orientada para a racionalização, a eficiência e a eficácia". De igual modo, as políticas educacionais neoliberais em contexto da América Latina, e em particular no Brasil, estão profundamente imbricadas nas relações entre Estado, Sociedade e os meios

pelos quais o sistema educativo institui as configurações que, no geral, são desejadas para o modo de ser, agir, comportar-se e constituir-se dos sujeitos que tal sistema educativo escolariza. Tais configurações se alinham sobremaneira às práticas pedagógicas. (Lopes; Neto, 2020, p. 4).

Dentre as estratégias provindas da reestruturação estatal destacamos a privatização, publicização e terceirização que em conjunto trazem consequências adversas para a educação pública. Essa tríade tem suas concepções atreladas às ideologias neoliberais e à lógica do controle econômico e social. Essas políticas macro estruturantes visam o desenvolvimento do mercado e a manutenção do poder numa pequena classe hegemônica. Sendo assim, a busca por maior eficiência tensiona para uma competitividade que muito interessa a grupos empresariais e instituições financeiras sob a justificativa de melhoria da qualidade da educação com intervenção direta no setor público.

Discursos marcados pela ideia de flexibilidade, excelência, resultados e eficiência que, historicamente, no Brasil, tem levado para a descentralização e consequentemente a privatização do meio público, no qual está inscrita a educação. Os gestores, inseridos nessa dinâmica de gestão escolar a partir do gerencialismo, tornam-se aliados à uma pedagogia de competências numa perspectiva gerencial baseada numa cultura do empreendedorismo onde coloca -se a responsabilização na escola pela qualidade e sucesso educacional.

Este cenário gerencialista consolida uma conduta que orienta ações de forma a assegurar eficiência e competitividade a fim de alcançar resultados, consoante Paula (2005). Sendo assim, o processo decisório alinha-se aos objetivos traçados pelo modelo gerencial, desestimulando práticas voltadas às dimensões sociais, culturais e à participação comunitária em prol do bem coletivo. Isto implica na fragilidade ascendente dos princípios da gestão escolar baseada na participação social, uma vez que segundo Ball (2011, p.25):

A imposição e o cultivo da performatividade na educação e no setor público, somados à importação e disseminação do gerencialismo, também requerem e encorajam maior conjunto de formas de organização e culturas institucionais e aproximam formas e culturas de modo de regulação e controle predominantes no setor privado. [...] Nos termos de seus modos de operação, o setor público não é mais visto como tendo qualidades especiais que o distinguem de um negócio.

Entende-se a partir destas considerações que as estratégias neoliberais voltadas aos serviços públicos e, especialmente, da educação pública transformam em certa medida um sistema baseado em negócio, cuja determinação é gerar lucros. Assim, ocorre fragmentação dos serviços educacionais a partir da entrada gerencial nas escolas. Diante de tais considerações, ao analisar a gestão democrática consideramos os condicionantes e concepções que permeiam o seu exercício. Portanto, para além dos dilemas que se materializam no cotidiano escolar como a aplicação de avaliações em larga escala, publicização de resultados, cumprimento de metas, mudanças curriculares, aplicação de programas governamentais e ainda indicativas de incentivo à participação social na escola, que longe de democratizar as relações objetivam justificar ações e legalizar a participação na escola (SÁ, 2011), evidenciam um novo modelo de atuação dos gestores.

Toda essa lógica gerencialista baseada nos princípios do neoliberalismo tem se consubstanciado no desenvolvimento das políticas educacionais que são deliberadas de cima para baixo e que, portanto, favorecem a elite em detrimento das classes populares. A exemplo, temos a implementação de sistemas avaliativos como o Sistema de Avaliação da Educação Básica-SAEB, a Prova Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB e o Exame Nacional do Ensino Médio- Enem para medir o desempenho dos alunos e das escolas. Embora úteis para diagnóstico, esses instrumentos passaram a orientar as políticas públicas, condicionando repasses financeiros (como no caso do Fundeb) ao desempenho escolar. Apple (2005) critica a visão de performatividade, que transforma a escola em “empresa educacional”, priorizando números e metas em detrimento da formação crítica e cidadã. Dale (1999) observa que esse modelo “estabelece mecanismos de controle e exclusão”, afetando principalmente populações vulneráveis.

Na regulação dos currículos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implantada em 2017, é frequentemente apontada como instrumento de padronização e controle dos processos pedagógicos. Embora o documento declare a garantia de equidade, seu foco em competências e habilidades fragmenta o conhecimento e esvazia os conteúdos críticos. No mesmo bojo tivemos a Reforma Ensino Médio, que flexibiliza a grade curricular e promove itinerários formativos de natureza técnica e profissional. Frigotto (2018) critica essa reforma por “precarizar a formação integral” e “subordinar a escola aos interesses do mercado de trabalho de baixa qualificação”.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), permanentemente aprovado em 2020, trouxe avanços no financiamento da educação, entretanto incorporou elementos da lógica meritocrática. Parte dos recursos do VAAR (Valor Aluno Ano por Resultado) depende do cumprimento de metas de aprendizagem, o que penaliza redes com maior vulnerabilidade social.

Essa política meritocrática já adentra nosso estado com o “Prêmio Escola Digna e o Bolsa Auxílio Educacional (BAE)” instituídos pela lei estadual Nº 11.515, de 29 de julho de 2021, no segundo mandato do governador Carlos Brandão. A rede municipal de São Luís por meio do Decreto N.º 61.353, de 28 de abril de 2025 estabeleceu o “Prêmio de Desempenho Educacional – Educa São Luís” para os profissionais do magistério, escolas, gestores e profissionais da coordenação escolar.

Os critérios para recebimento de tais premiações é o atingimento de metas de aprendizagem estabelecidas pelas redes. Metas essas que são baseadas na participação e desempenho dos alunos em avaliações externas, sendo as principais o IDEB e o Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA). Conforme Silva Jr. (2009), essa lógica de premiar os que performam bem reforça a desigualdade educacional e desconsidera as condições estruturais de cada rede ou escola. Seguindo tal linha diversas redes estaduais adotaram políticas de bonificação por desempenho escolar, premiando professores e escolas com base em metas de aprendizagem. Essa prática reforça a lógica de competição, como critica Oliveira (2009), ao transformar o trabalho coletivo em tarefa individualizada e mensurável. Para Luckesi (2011) a avaliação da aprendizagem, quando usada como instrumento de controle e punição ou premiação, perde seu valor pedagógico e torna-se apenas técnica de poder, pois o trabalho docente requer autonomia e reflexão sobre a prática.

Sordi (2009) análise que as avaliações externas como critério para premiação levam à padronização nas práticas pedagógicas ao diminuir a prática docente e limitar currículo para atender aos indicadores das avaliações externas e assim “a pressão por bons resultados tende a orientar o trabalho pedagógico para o ensino do que é avaliado, empobrecendo a formação dos estudantes” (Sordi, 2009, p. 98). Considerando que o fazer docente exige autonomia e reflexão estas políticas de premiação comprometem o trabalho dos professores, pois apesar dos discursos de “valorização de docentes” essas premiações ocultam um projeto de desprofissionalização do professor, da homogeneização das práticas pedagógicas e o esvaziamento do sentido formativo da avaliação.

A atuação de organizações da sociedade civil ligadas ao empresariado na formulação e execução de políticas públicas como o Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Todos pela Educação e outras impondo suas agendas segundo Adrião (2018) é um indício de que “há um avanço da privatização por dentro do público”, em que tais organizações atuam como consultoras e implementadoras de políticas educacionais, muitas vezes substituindo a função do Estado.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este artigo, buscamos ensinar para o avanço da discussão sobre a presença do modelo gerencial na gestão escolar apontando brevemente as origens, causas, possibilidades e desafios que o setor público enfrenta desde a introdução dos ideais neoliberais na sociedade brasileira com ênfase na gestão educacional. Há outras dimensões a serem analisadas que ainda não foram contempladas, haja vista os limites que o modelo de gestão gerencial nos apresenta. Entretanto, foi possível explicitar a existência de uma continuidade de um projeto gerencialista sem qualquer contraposição forte o suficiente para que haja transformações necessárias, e resolvam as problemáticas discutidas neste trabalho, no intuito de alcançar um modo de gestão educacional que contemple as estruturas democráticas de direito de cada cidadão. Considerando a participação coletiva como fundamento na constituição de uma escola democrática e não um espaço de negócios. Para que isto seja possível compreende-se que a superação dos desafios apresentados perpassa inicialmente pelo entendimento da fase atual de expansão capitalista que conduzem para a reconfiguração da gestão educacional nos moldes de seus interesses.

#### **REFERÊNCIAS**

- ADRIÃO, Tereza. Empresariamento da educação: subsídios para compreender as relações entre setor privado e políticas educacionais. **Revista Retratos da Escola**, v. 12, n. 23, 2018.
- APPLE, M. W. **Educando o “cidadão” ideal**: a escola e a luta pela democracia. São Paulo: Cortez, 2005.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: Acesso em: 26 de jun. de 2025.

CASASSUS, Juan. **A Reforma Educacional na América Latina no Contexto da Globalização**. In: Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 7-28, novembro de 2001.

CASTRO, Alda Maria de. Gerencialismo e educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: NETO, Antônio Cabral(Orgs). **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

DALE, R. **Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “política mundial” da educação**. Educação & Sociedade, n. 70, 1999.

LOPES, Wiama de Jesus Freitas: NETO, Antonio Cabral. Políticas educacionais na América Latina: uma reflexão sobre as suas diretrizes. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 56, p. 1-25, e- 21017, abr./jun. 2020.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARANHÃO. Lei nº 11.515. Institui, no âmbito da Política Educacional “Escola Digna”, o Prêmio Escola Digna e o Bolsa- Auxílio Educacional(BAE). **Diário Oficial do Estado**, São Luís: MA, 29 de julho de 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Políticas educacionais e trabalho docente: tendências e perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle / Luiz Carlos Bresser Pereira**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PAULA. Ana Paula de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Rae debate**, v.45, n.1, jan.2004.

SÁ. Giedre Terezinha Ragnini. **A gestão educacional na contemporaneidade e a construção de uma escola emancipatória à luz da teoria de Antonio Gramsci**. – Campinas, SP. Mercado das Letras, 2011. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Professor).

SÃO LUÍS(MA). Decreto n.º 61.353, de 28 de abril de 2025. Institui o “Prêmio de Desempenho Educacional – Educa São Luís” para os profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas funções na Rede Municipal de Ensino de São Luís, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Luís**. Disponível em:

<https://diariooficial.saoluis.ma.gov.br/documento/view/35288/decreto-n-61353-de-28-de-abril-de-2025>. Acesso em 29 de junho de 2015.

SILVA JR., J. R. da. A privatização da educação básica no Brasil: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação**, n. 50, p. 524-543, 2009.

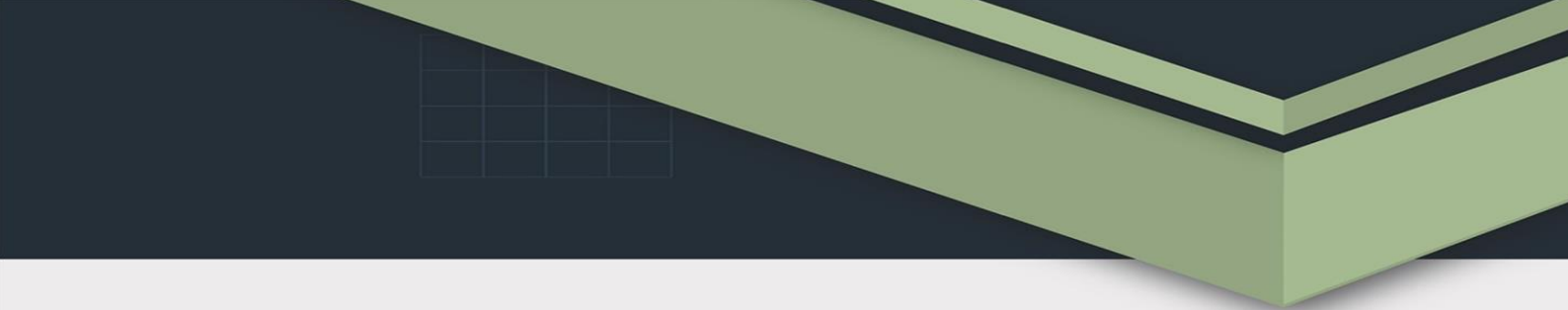
SORDI, Mara Regina Lemes de. Avaliação institucional e qualidade da educação: contradições e desafios. In: CATANI, Afrânio Mendes; GATTI JR, Décio (Orgs.). **Avaliação da educação: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2009.



**Capítulo 6**  
**A PRAGMÁTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NOS**  
**TRIBUNAIS REGIONAIS TRABALHISTAS: Desafios e**  
**Inovações sob a Perspectiva dos Métodos de Resolução de**  
**Conflitos**

*Débora Coelho Nunes Campos*  
*Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha*





## **A PRAGMÁTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NOS TRIBUNAIS REGIONAIS TRABALHISTAS: Desafios e Inovações sob a Perspectiva dos Métodos de Resolução de Conflitos**

***Débora Coelho Nunes Campos***

*Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB, São Luís - Maranhão. Estagiária de Graduação na Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Pesquisadora em Justiça Restaurativa e Desenvolvimento Sustentável.*

*Endereço eletrônico: [deboracampos.direito@gmail.com](mailto:deboracampos.direito@gmail.com)*

***Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha***

*Advogada. Mestre e Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Estado do Maranhão - UFMA. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB, São Luís - Maranhão e Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Justiça Restaurativa e Desenvolvimento Sustentável. Endereço eletrônico:*

*[jocrf\\_2009@hotmail.com](mailto:jocrf_2009@hotmail.com)*

### **RESUMO**

O artigo analisa a aplicação da Justiça Restaurativa (JR) como método de resolução de conflitos na Justiça do Trabalho, com foco nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). A JR propõe abordagem relacional, voltada à reparação dos danos, restauração dos vínculos e responsabilização consciente, superando a lógica meramente patrimonial da conciliação tradicional. A pesquisa adota metodologia descritiva e exploratória, baseada em doutrina, jurisprudência, documentos oficiais e experiências institucionais. São destacadas iniciativas implementadas em tribunais como o TRT-6 (PE), o TRT-3

(MG), o TRT-15 (Campinas/SP), o TRT-20 (SE) e o TRT-4 (RS), além de debates nacionais no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os resultados demonstram que a JR fortalece a cultura do diálogo, previne litígios repetitivos, amplia a participação social e promove soluções mais humanas e duradouras. Evidencia-se também sua compatibilidade com o sistema protetivo trabalhista, desde que respeitados os direitos indisponíveis e a função fiscalizatória estatal. Contudo, a consolidação da prática ainda enfrenta desafios, como ausência de regulamentação específica, resistência cultural entre operadores do direito e carência de formação contínua de facilitadores. Conclui-se que a JR é mecanismo legítimo e necessário para o aprimoramento da Justiça do Trabalho, capaz de aliar proteção normativa e humanização das relações laborais, devendo ser incorporada como política pública permanente, em sintonia com os valores constitucionais da dignidade humana e da boa-fé.

**Palavras-chave:** Justiça Restaurativa. Resolução de Conflitos. Tribunais Trabalhistas.

#### **ABSTRACT**

This article analyzes the application of Restorative Justice (RJ) as a method of conflict resolution in Brazilian Labor Courts, with emphasis on the Regional Labor Courts (TRTs). RJ promotes a relational approach focused on repairing harm, restoring social ties, and ensuring conscious accountability, going beyond the patrimonial logic of traditional conciliation. The study follows a descriptive and exploratory methodology, based on legal doctrine, case law, official documents, and institutional experiences. Initiatives in courts such as TRT-6 (Pernambuco), TRT-3 (Minas Gerais), TRT-15 (Campinas/SP), TRT-20 (Sergipe), and TRT-4 (Rio Grande do Sul), as well as national debates at the Superior Labor Court (TST), are highlighted. The findings indicate that RJ strengthens the culture of dialogue, prevents repetitive litigation, increases social participation, and promotes more humane and lasting solutions. Its compatibility with the labor protection system is evident, provided that non-waivable rights and the State's supervisory role are respected. However, challenges remain, such as the lack of specific regulation, cultural resistance among legal actors, and insufficient continuous training for facilitators. It is concluded that RJ is a legitimate and necessary mechanism for improving Labor Justice, as it combines normative protection with the humanization of labor relations. Its consolidation as a permanent public policy aligns with the constitutional values of human dignity, good faith, and the promotion of social peace.

**Keywords:** Conflict Resolution; Labor Courts; Restorative Justice.

## **INTRODUÇÃO**

A Justiça Restaurativa (JR) tem se consolidado como um método inovador de resolução de conflitos, ao deslocar o foco da mera punição ou compensação patrimonial

para a reparação de danos, a responsabilização dos envolvidos e a restauração dos vínculos sociais. Nesse sentido, Zehr (2008, p. 253) destaca que “o mais importante da justiça restaurativa talvez não seja sua teoria ou prática específica, mas o modo como ela abre, no âmbito de nossas comunidades e sociedades, o diálogo, a exploração dos nossos pressupostos e necessidades”.

No âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), tradicionalmente marcados por práticas conciliatórias e acordos trabalhistas, essa abordagem surge como uma alternativa mais participativa e humanizada, especialmente em casos de assédio moral, discriminação, quebra de confiança, conflitos interpessoais entre membros da equipe e, inclusive, questões relacionadas ao pagamento de verbas ou indenizações.

No Brasil, a inserção da Justiça Restaurativa no sistema trabalhista ainda é incipiente, embora iniciativas recentes indiquem avanços relevantes. A Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2016) instituiu a Política Nacional de Justiça Restaurativa no Poder Judiciário, estabelecendo mecanismos estruturados para a reparação de danos decorrentes de conflitos e orientando atores institucionais sobre elementos sociais e comunitários que influenciam a ocorrência de disputas. Não obstante, alguns tribunais, como o TRT-6 (PE) e o TRT-3 (MG), vêm incorporando práticas restaurativas em suas rotinas, por meio de círculos restaurativos, capacitação de mediadores e adaptação de ambientes de audiência, demonstrando a efetividade do método na promoção do diálogo, da responsabilização e da restauração de vínculos.

Diante da elevada litigiosidade trabalhista, da sobrecarga dos Tribunais Regionais do Trabalho, da morosidade processual, da limitada efetividade das decisões judiciais e de outros entraves que permeiam o sistema de justiça laboral brasileiro, torna-se imprescindível buscar alternativas capazes de responder de forma mais célere, eficaz e humanizada às demandas oriundas das relações de trabalho. Nesse contexto, formula-se o problema central desta pesquisa: de que maneira a Justiça Restaurativa vem sendo aplicada nos Tribunais Regionais do Trabalho e como seus desafios e inovações podem contribuir para aprimorar os métodos de resolução de conflitos nesse ramo do Judiciário?

O objetivo geral deste artigo é analisar a aplicação da Justiça Restaurativa nos TRTs, destacando suas inovações, desafios e possibilidades de consolidação institucional. Como objetivos específicos, propõe-se: revisar os fundamentos teóricos e legais da Justiça Restaurativa; examinar experiências nacionais de implementação; e discutir os desafios institucionais, com vistas a propor diretrizes para sua efetiva aplicação.

Em virtude disso, a justificativa deste estudo decorre da necessidade de investigar alternativas que superem a excessiva judicialização e promovam maior efetividade e humanização na Justiça do Trabalho. Ao privilegiar o diálogo e a corresponsabilidade, a Justiça Restaurativa apresenta-se como caminho promissor para reduzir vulnerabilidades, ampliar a participação efetiva das partes e fortalecer vínculos laborais. Trata-se, portanto, de um tema relevante tanto do ponto de vista científico, devido à baixa concentração de pesquisas sobre a JR no contexto trabalhista, quanto do ponto de vista social, ao propor soluções mais adequadas às demandas contemporâneas das relações de trabalho.

Por fim, o artigo está estruturado em três seções principais: a primeira trata dos fundamentos e princípios da Justiça Restaurativa, abordando seu caráter relacional, os elementos centrais do método e a base normativa que legitima sua adoção; a segunda apresenta as práticas nacionais na seara trabalhista, com destaque para iniciativas já implementadas em tribunais como o TRT-6 (PE), TRT-3 (MG), TRT-15 (SP), TRT-20 (SE) e TRT-4 (RS), incluindo ações voltadas à capacitação de mediadores e à adaptação de ambientes de audiência. Já a terceira, discute os desafios institucionais e diretrizes para implementação, apontando os obstáculos à consolidação da Justiça Restaurativa e sugerindo estratégias para sua efetiva incorporação aos métodos de resolução de conflitos trabalhistas.

## **1. JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E DIÁLOGOS COM A JURISPRUDÊNCIA**

Conforme Howard Zehr (2008, p. 259), a Justiça Restaurativa deve ser compreendida como uma abordagem relacional, que busca não apenas reparar os danos e atender às necessidades das vítimas, mas também enfrentar as causas que originaram as ofensas. O foco, portanto, desloca-se da punição ou da compensação meramente pecuniária para a responsabilização consciente do ofensor, a reparação integral do dano e a reconstrução das relações sociais afetadas pelo conflito.

No âmbito das relações de trabalho, essa perspectiva mostra-se especialmente relevante, pois muitos litígios ultrapassam a dimensão patrimonial e envolvem aspectos subjetivos e relacionais, como assédio moral, discriminação, quebra de confiança e tensões interpessoais em equipes. Nessas situações, a resposta exclusivamente

indenizatória revela-se insuficiente para restabelecer a dignidade da vítima e pacificar as relações no ambiente laboral, sendo necessário um mecanismo que valorize a comunicação e a restauração de vínculos.

A Justiça Restaurativa fundamenta-se em princípios estruturantes como o diálogo, a responsabilização, a reparação e a participação ativa da comunidade. O diálogo, em especial, constitui o núcleo de sua prática. Como destaca Afonso Armando Konzen, “o pressuposto de uma relação dialógica é a capacidade de ouvir, demonstração de respeito à condição daquele que fala. Esta posição de respeito é fonte de poder, de legitimação da fala” (KONZEN, 2007, p. 86, apud COUTINHO, 2022, p. 60). Sem diálogo, não há Justiça Restaurativa, pois é por meio da escuta ativa e da interação respeitosa entre as partes que se viabiliza a responsabilização do ofensor e a reparação efetiva do dano.

A Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece as bases para a Política Nacional de Justiça Restaurativa e, em seu art. 2º, elenca princípios que a orientam: corresponsabilidade, reparação dos danos, atendimento às necessidades de todos os envolvidos, informalidade, voluntariedade, imparcialidade, participação, empoderamento, consensualidade, confidencialidade, celeridade e urbanidade (BRASIL, CNJ, Res. 225/2016, art. 2º). Muitos desses princípios encontram aplicação direta no campo trabalhista.

A voluntariedade assegura que a participação das partes seja livre e espontânea, criando um ambiente seguro para que trabalhadores e empregadores escolham o processo restaurativo como meio de resolução de suas divergências. A confidencialidade, por sua vez, garante que o conteúdo dos círculos ou encontros não seja utilizado contra os participantes, fator essencial em situações de assédio ou discriminação, em que o receio de retaliações costuma inibir a vítima. A imparcialidade reforça a legitimidade do processo, exigindo que o facilitador atue sem favorecer qualquer uma das partes, diferenciando-o das práticas conciliatórias tradicionais, muitas vezes voltadas apenas para acordos financeiros. Já a corresponsabilidade convoca todos os envolvidos, inclusive comunidade e instituições, a assumirem coletivamente o compromisso com a reparação e a não repetição da conduta ofensiva, aspecto fundamental para repensar práticas organizacionais no mundo do trabalho.

Assim, a reparação integral amplia a resposta ao conflito, superando a lógica puramente pecuniária e buscando restaurar a dignidade, promover o reconhecimento do dano e restabelecer os vínculos sociais e profissionais no âmbito trabalhista. Por essa

razão, percebe-se que os princípios restaurativos dialogam diretamente com a lógica protetiva do Direito do Trabalho, ao mesmo tempo em que reforçam a necessidade de soluções mais humanas e participativas. Esse movimento já encontra respaldo em entendimentos jurisprudenciais que valorizam o diálogo social como instrumento legítimo de pacificação dos conflitos, sem afastar a tutela estatal dos direitos trabalhistas.

Conforme a jurisprudência a seguir, os tribunais têm reconhecido que a mediação e a escuta ativa são práticas compatíveis com a estrutura protetiva da legislação trabalhista, desde que respeitados os limites impostos pelos direitos indisponíveis. Veja-se:

EMENTA: DIREITO DO TRABALHO. RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA. EFEITOS DA MEDIAÇÃO REALIZADA PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. IMPOSSIBILIDADE DE OBSTAR A FISCALIZAÇÃO TRABALHISTA SOBRE DIREITO INDISPONÍVEL DESTES ÓRGÃO. [...] 3. A mediação realizada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) configura-se como uma ferramenta administrativa de solução consensual de conflitos coletivos ou individuais entre empregadores e trabalhadores, por meio de seus representantes sindicais. Essa prática está alinhada aos princípios norteadores da lei nº 13.140/2015, que disciplina a mediação como mecanismo voluntário, não jurisdicional, e **destinado à resolução de litígios, preservando-se, contudo, o respeito aos direitos indisponíveis das partes envolvidas**. 8. A mediação não possui efeito de convalidação ou de autorização para o descumprimento da legislação trabalhista. A função fiscalizatória do Estado é indeclinável no que tange à tutela dos direitos trabalhistas de natureza indisponível, como é o caso da regular anotação na CTPS. A mediação, de **natureza conciliatória e promotora do diálogo social, não impede o exercício do poder de polícia por meio da fiscalização trabalhista. Trata-se, pois, de manifestações distintas, regidas por fundamentos e objetivos próprios, ambas legitimadas pelo ordenamento jurídico**. (TRT-6 - ROT: 00009697120235060016, Relator: GISANE BARBOSA DE ARAÚJO, Data de Julg: 31/07/2025, Quarta Turma). (grifo nosso)

A jurisprudência do TRT da 6ª Região, no supramencionado Recurso Ordinário Trabalhista, evidencia a presença do diálogo trabalhista como mecanismo legítimo para a solução de conflitos. O Tribunal reconhece que essa prática é instrumento capaz de promover consensos e fortalecer a comunicação entre as partes. Todavia, o acórdão deixa claro que tais práticas autocompositivas não podem servir de pretexto para a violação da legislação trabalhista, reforçando que o diálogo deve coexistir com a tutela estatal de direitos indisponíveis.

Ao afirmar que a mediação não impede o exercício do poder de polícia do Estado, a decisão harmoniza a utilização do diálogo com a função fiscalizatória, reafirmando que

a busca por soluções consensuais deve coexistir com a proteção efetiva de direitos fundamentais do trabalhador.

Esse entendimento dialoga diretamente com a Justiça Restaurativa, cuja essência está em promover o envolvimento ativo das partes, a responsabilização consciente e a reparação integral dos danos, sem afastar a tutela jurídica assegurada pelo Estado. Assim como a mediação reconhecida pela jurisprudência, a JR não substitui a proteção normativa, mas a complementa, criando um espaço de escuta ativa e reconstrução de vínculos sociais e profissionais. Dessa forma, a decisão do TRT-6 serve de precedente para afirmar que o uso de métodos restaurativos no âmbito trabalhista é compatível com a estrutura protetiva do Direito do Trabalho, reforçando a ideia de que diálogo e fiscalização não se anulam, mas se completam em prol de uma justiça mais humanizada e eficaz.

Nesse contexto, observa-se que a Justiça Restaurativa encontra respaldo não apenas na jurisprudência, mas também nos princípios gerais do Direito que orientam o sistema juslaboral. Como aponta Maurício Godinho Delgado:

“Tais princípios gerais do Direito atuantes no ramo juslaboralista caracterizam-se por incorporar diretrizes centrais da própria noção de Direito, seja englobando valores essenciais da vida humana, elevados ao ápice pelas modernas constituições democráticas (como o princípio da dignidade do ser humano), seja referindo-se a comandos diretores fundamentais para as relações entre os sujeitos de direito (como o princípio da razoabilidade e/ou proporcionalidade e o princípio da boa-fé). **São, desse modo, princípios que se irradiam por todos os segmentos da ordem jurídica, cumprindo o relevante papel de assegurar organicidade e coerência integradas à totalidade do universo normativo de uma sociedade política**” (DELGADO, 2023, p. 13). (grifo nosso)

A partir dessa concepção, percebe-se que a Justiça Restaurativa, ao priorizar o diálogo, a boa-fé, a dignidade humana e a proporcionalidade das respostas, não apenas se harmoniza com os princípios estruturantes do Direito do Trabalho, mas também reforça a unidade do ordenamento jurídico, assegurando que as soluções para os conflitos laborais sejam coerentes com os valores fundamentais que sustentam o Estado Democrático de Direito. Trata-se, portanto, de um caminho que alia proteção normativa e humanização da justiça, promovendo maior equilíbrio entre as dimensões patrimoniais e relacionais dos litígios trabalhistas.

Além disso, a análise doutrinária e jurisprudencial demonstra que os métodos

restaurativos não substituem os instrumentos tradicionais de tutela judicial, mas os complementam, criando um espaço dialógico capaz de reduzir vulnerabilidades, prevenir novas violações e restabelecer vínculos afetados.

A decisão do TRT-6, ao reafirmar que a mediação e o diálogo social podem coexistir com a função fiscalizatória do Estado, evidencia a compatibilidade entre práticas autocompositivas e a proteção de direitos indisponíveis, fornecendo base sólida para a aplicação da Justiça Restaurativa no âmbito laboral.

Portanto, ve-se que a Justiça Restaurativa é um mecanismo necessário para o aprimoramento da justiça trabalhista. Os aspectos práticos, com destaque para experiências já implementadas em Tribunais Regionais do Trabalho, serão analisados no próximo capítulo, dedicado à apresentação das iniciativas concretas e das perspectivas de expansão dessa metodologia no campo laboral.

## **2. ENTRE TEORIA E PRÁTICA: EXPERIÊNCIAS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO DIREITO DO TRABALHO**

Boaventura de Sousa Santos (2007) defende que o pluralismo jurídico legitima práticas alternativas ao direito estatal, permitindo que métodos restaurativos dialoguem com o sistema formal de justiça. Desse modo, a prática restaurativa não rompe com a conciliação tradicional, mas a complementa, oferecendo soluções mais humanas, participativas e capazes de lidar com dimensões subjetivas dos conflitos. Essa fundamentação respalda a aplicação estruturada da Justiça Restaurativa (JR) no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, onde a necessidade de humanização das relações laborais encontra terreno fértil para o florescimento dessas práticas.

Nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), a aproximação entre teoria e prática tem se materializado em iniciativas que promovem o diálogo, a corresponsabilidade e a escuta ativa entre os envolvidos. Diversos tribunais vêm implementando círculos restaurativos, rodas de conversa, oficinas de capacitação e projetos voltados à cultura de paz, incorporando gradualmente a lógica restaurativa às suas rotinas institucionais. Essas ações têm ocorrido tanto em contextos internos, voltados à gestão de conflitos entre magistrados, servidores e colaboradores, quanto em processos judiciais, nos quais a escuta e a responsabilização consciente substituem a lógica estritamente patrimonial da conciliação tradicional.

De modo geral, observa-se um esforço crescente para articular as práticas restaurativas a temas sensíveis das relações de trabalho, como o assédio moral, a discriminação, as relações hierárquicas abusivas e os conflitos interpessoais. Além disso, alguns tribunais têm expandido essa abordagem para questões coletivas e de impacto social, revelando o potencial da JR para atuar em diferentes níveis de complexidade. Essa integração demonstra a capacidade da Justiça do Trabalho de se adaptar a novos modelos de resolução de conflitos.

Outro aspecto relevante, diz respeito ao papel pedagógico da Justiça Restaurativa, que ultrapassa a simples resolução do litígio e se volta à reconstrução de vínculos e à transformação das relações sociais. Em círculos restaurativos e encontros de escuta, o foco desloca-se da punição para o reconhecimento do dano, da culpa individual para a responsabilidade compartilhada e da disputa para o diálogo. Essa mudança de paradigma é particularmente significativa na seara trabalhista, marcada por relações assimétricas e situações de vulnerabilidade entre empregados e empregadores.

Embora ainda incipiente, a JR na Justiça do Trabalho evidencia um processo de institucionalização gradual. Tribunais têm criado núcleos permanentes de métodos consensuais, elaborado protocolos de mediação restaurativa, promovido seminários interinstitucionais e firmado cooperações técnicas com o Ministério Público do Trabalho, universidades e entidades da sociedade civil.

Essas medidas indicam que a JR já não se restringe a uma proposta teórica, mas vem se consolidando como prática institucional em expansão, ainda que marcada por desafios estruturais e pela ausência de regulamentação unificada.

Apesar do avanço, persistem desafios que dificultam a consolidação definitiva dessas práticas. A falta de uniformidade normativa entre os TRTs e a escassez de formação continuada de facilitadores limitam a expansão da JR como política pública permanente. É fundamental investir na capacitação de magistrados, servidores e mediadores, assegurando que os círculos restaurativos se tornem parte integrante da cultura institucional da Justiça do Trabalho, e não apenas experiências isoladas.

As iniciativas já implementadas revelam o potencial da JR para reduzir a litigiosidade, promover ambientes profissionais mais justos e fortalecer o papel social da Justiça do Trabalho. No entanto, sua efetividade plena depende da consolidação de uma política pública estável, de investimento contínuo em formação e da ampliação do engajamento entre as diferentes esferas do sistema de justiça.

Os resultados concretos dessa transformação e as experiências práticas específicas observadas nos Tribunais Regionais do Trabalho e no TST serão detalhados ao longo da pesquisa, dedicado à análise empírica e às discussões sobre o impacto da Justiça Restaurativa na resolução dos conflitos trabalhistas.

### **3. DESAFIOS INSTITUCIONAIS E DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO**

A consolidação da Justiça Restaurativa no âmbito trabalhista demanda o envolvimento de diversas instituições, que atuam tanto no plano normativo quanto no plano prático. Nesse cenário, o Ministério Público do Trabalho (MPT) tem desempenhado papel central, sobretudo ao tratar de questões relacionadas ao assédio moral. Por meio de suas publicações institucionais, o órgão destaca a importância de práticas que privilegiem o diálogo e a mediação como instrumentos preventivos e de transformação das relações laborais, veja-se:

“É imprescindível que lideranças e chefias estejam atentas a situações de conflitos e busquem solucioná-las por meio da mediação e espaços de diálogo aberto e franco com as pessoas envolvidas, almejando preservar um ambiente de trabalho livre e saudável para todos e todas” (BRASIL, MPT, 2025, p. 29).

A diretriz evidencia que o combate ao assédio moral não deve se restringir à punição ou à reparação pecuniária, mas deve priorizar o restabelecimento de vínculos e a preservação da dignidade no ambiente laboral. Isso se alinha diretamente à lógica da Justiça Restaurativa, que propõe a responsabilização consciente, a reparação integral e o fortalecimento de uma cultura de paz nas relações de trabalho.

Um dos principais desafios institucionais consiste na ausência de regulamentação específica que uniformize procedimentos e delimita com clareza os limites e as possibilidades da aplicação da Justiça Restaurativa no campo trabalhista. Apesar da Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça estabelecer diretrizes gerais, não há, até o momento, norma própria voltada à Justiça do Trabalho, o que leva a iniciativas isoladas, de alcance restrito e dependentes da atuação individual de tribunais ou magistrados.

Outro obstáculo relevante refere-se à resistência cultural ainda existente entre operadores do direito, muitos dos quais mantêm visão restritiva acerca da eficácia de métodos alternativos ou complementares à jurisdição tradicional. O predomínio de uma

cultura jurídica adversarial, focada no litígio e na sentença, dificulta a aceitação de práticas restaurativas, que exigem diálogo, escuta ativa e responsabilização voluntária das partes. Essa mudança de paradigma demanda tempo, formação específica e sensibilização contínua de magistrados, advogados, servidores e membros do Ministério Público do Trabalho.

A falta de capacitação técnica também figura como entrave. A condução de círculos restaurativos exige facilitadores qualificados, preparados para lidar com situações de alta complexidade relacional, como assédio moral ou discriminação. Contudo, a oferta de programas de formação ainda é limitada e concentrada em poucos tribunais, o que compromete a expansão da prática em âmbito nacional. Nesse cenário, é possível elencar algumas diretrizes para implementação da Justiça Restaurativa na seara trabalhista:

Em primeiro lugar, torna-se indispensável a institucionalização normativa, com a edição de resoluções específicas no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ou do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a fim de uniformizar práticas e estabelecer parâmetros mínimos de aplicação. Em segundo lugar, deve-se investir na capacitação permanente de magistrados, servidores, advogados e membros do Ministério Público, com cursos de formação de facilitadores e incentivo à cultura de paz como valor transversal no sistema de justiça trabalhista.

Além disso, é essencial a integração interinstitucional, envolvendo órgãos como Ministério Público do Trabalho, sindicatos e entidades de classe, de modo a ampliar a legitimidade social da JR e criar redes de apoio para sua aplicação. Outro ponto central é a infraestrutura adequada, com adaptação de ambientes de audiência para torná-los mais acolhedores, favorecendo o diálogo e a construção coletiva de soluções.

Por fim, a efetiva implementação da Justiça Restaurativa na Justiça do Trabalho requer monitoramento contínuo, avaliação de resultados e coleta de dados que mensuram sua efetividade, a satisfação das partes e o impacto na redução da litigiosidade. Esses desafios, contudo, já se refletem nas experiências práticas dos Tribunais Regionais do Trabalho, que, mesmo diante de limitações estruturais, têm alcançado resultados significativos, justificando sua ampliação como política pública permanente, conforme se analisará a seguir.

#### **4. METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota uma abordagem descritiva e exploratória, voltada a compreender de que forma a Justiça Restaurativa vem sendo aplicada no âmbito da Justiça do Trabalho, especialmente nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Buscou-se, portanto, articular os fundamentos teóricos, as experiências práticas e os desafios institucionais que permeiam a incorporação desta metodologia no contexto laboral.

O caráter descritivo da pesquisa justifica-se pela intenção de apresentar, de maneira sistematizada, os principais conceitos, princípios e fundamentos jurídicos que orientam a Justiça Restaurativa, além de mapear as iniciativas já implementadas pelos tribunais trabalhistas. Por sua vez, a dimensão exploratória decorre da escassez de estudos consolidados sobre o tema na literatura jurídica brasileira, o que exigiu uma investigação voltada à identificação e análise das experiências ainda iniciais.

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados procedimentos metodológicos múltiplos. Em primeiro lugar, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com base em doutrina nacional e estrangeira. Em seguida, desenvolveu-se uma análise documental, examinando resoluções, relatórios e publicações oficiais de órgãos como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). Também foi conduzida uma análise jurisprudencial e, por fim, procedeu-se ao exame de experiências institucionais que relatam a aplicação da Justiça Restaurativa na seara laboral.

Dessa forma, a metodologia empregada buscou integrar diferentes fontes de informação, teóricas, normativas, jurisprudenciais e práticas, possibilitando uma leitura crítica e contextualizada sobre a pragmática da Justiça Restaurativa no campo trabalhista. Com isso, pretendeu-se contribuir para o debate acadêmico e institucional acerca da efetividade e das potencialidades desse modelo no aprimoramento da Justiça do Trabalho.

#### **6. ANÁLISE DE DADOS**

A análise das experiências práticas desenvolvidas nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho demonstra que a Justiça Restaurativa (JR) tem avançado de forma consistente no campo laboral, consolidando-se como um método efetivo de gestão de conflitos e promoção da cultura de paz. Os resultados observados revelam que, embora ainda em estágio inicial, a JR já produz impactos concretos sobre a

dinâmica das relações de trabalho, a ambiência organizacional e a humanização do processo judicial.

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco) figura entre os pioneiros na adoção de práticas restaurativas. A partir das atividades conduzidas pelos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSCs), o tribunal implementou círculos de construção de paz voltados à resolução de conflitos menos complexos, envolvendo magistrados, servidores e mediadores capacitados. Segundo registros institucionais, o processo de implementação abrangeu palestras, vivências práticas e cursos em ensino à distância, abordando desde os fundamentos teóricos da JR até o planejamento de encontros voltados à reparação de danos e restauração de vínculos. Conforme ressaltou a juíza Andrea Keust Bandeira de Melo, coordenadora do CEJUSC-Recife, a JR “proporciona soluções mais satisfatórias e duradouras para os conflitos, reduzindo a reincidência e promovendo um ambiente de trabalho mais saudável” (TRT-6, 2025).

Essa experiência evidencia resultados práticos mensuráveis, como o aumento do engajamento entre as partes, a redução de novos litígios sobre o mesmo tema e o fortalecimento da confiança institucional, demonstrando o potencial da JR como ferramenta de transformação do ambiente laboral.

No Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais), observou-se o desenvolvimento de ações de natureza educacional e preventiva, integrando a Justiça Restaurativa à política de formação de jovens aprendizes. Em abril de 2024, o tribunal realizou o seminário *“Justiça Restaurativa e os Contratos de Aprendizagem”*, que resultou na criação de dois programas complementares: o Programa Nós, voltado à capacitação de agentes em práticas restaurativas, e o Programa Descubra, direcionado a jovens em situação de vulnerabilidade social, promovendo sua inserção em programas de aprendizagem e cursos de qualificação profissional. (TRT-3, 2024)

Essa iniciativa destacou-se pela aplicação dos princípios restaurativos em contextos não apenas judiciais, mas também sociais, atuando de forma preventiva e pedagógica. Os resultados observados incluem o fortalecimento da empatia entre empregadores e aprendizes, a ampliação do diálogo sobre direitos e deveres no contrato de trabalho e a valorização da escuta ativa como elemento de prevenção de conflitos.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP), por sua vez, destacou-se na aplicação da JR voltada ao combate e prevenção do assédio moral e

organizacional. Em julho de 2025, o tribunal promoveu a roda de conversa *“Vamos falar sobre o assédio?”*, coordenada pelo Subcomitê de Combate ao Assédio e conduzida pelo desembargador Marcos da Silva Porto e pela juíza Dora Rossi Góes Sanches. A iniciativa reuniu trabalhadores terceirizados que prestavam serviços ao tribunal, oferecendo um espaço de escuta ativa, acolhimento e reflexão coletiva sobre as relações interpessoais no ambiente laboral. De acordo com os organizadores, o objetivo foi aplicar os critérios da Justiça Restaurativa para preservar a saúde, a dignidade e a salubridade no trabalho. (TRT-15, 2025)

Durante o encontro, foram debatidos temas como o assédio moral, o racismo institucional, a homofobia e outras formas de discriminação, com foco na construção de compromissos de convivência ética. Como resultado, observou-se uma melhoria no diálogo entre servidores e prestadores de serviço, além do fortalecimento da percepção institucional de que o enfrentamento do assédio exige empatia, responsabilização e prevenção, e não apenas sanção disciplinar.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul) apresentou uma das experiências mais abrangentes, ao inserir a Justiça Restaurativa em um contexto interinstitucional e de reconstrução social. Em novembro e dezembro de 2025, o tribunal participou da *“XI Jornada de Soluções Autocompositivas: Unindo Forças”*, promovida conjuntamente com o Tribunal de Justiça do RS (TJ-RS), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e o Tribunal de Justiça Militar (TJM-RS). O evento envolveu palestras, oficinas e painéis temáticos sobre a aplicação de práticas restaurativas como mecanismos de pacificação e enfrentamento dos desafios pós-enchentes. (TRT-4, 2025)

Essa atuação revelou que os círculos restaurativos podem ultrapassar o campo processual e atuar na reconstrução de vínculos comunitários, promovendo a solidariedade e o apoio mútuo entre as pessoas afetadas. A JR, nesse caso, funcionou como instrumento de resiliência social, auxiliando na recomposição de laços rompidos por crises externas e fortalecendo o papel humanizador do Poder Judiciário.

O Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (Sergipe) vem desenvolvendo iniciativas em cooperação direta com o Ministério Público do Trabalho, ampliando a dimensão interinstitucional da JR. Em setembro de 2024, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (NUPEMEC) e o CEJUSC-JT promoveram, com o apoio da Coordenadoria de Autocomposição e Paz (COAPAZ) do MPE-SE, a roda de conversa *“Justiça Restaurativa e a Resolução Consensual de Conflitos”*, durante a 14ª

Semana Nacional de Execução Trabalhista (TRT-20, 2024).

O evento possibilitou troca de experiências entre magistrados, procuradores, servidores e advogados, além de estimular a criação de fluxos restaurativos aplicáveis à fase de execução trabalhista. Os resultados foram significativos: verificou-se maior adesão de empresas e advogados às práticas consensuais, redução do número de execuções judicializadas e fortalecimento da cooperação entre instituições de justiça e sociedade civil.

Por fim, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem desempenhado papel essencial na difusão e legitimação nacional da Justiça Restaurativa no campo trabalhista. Em março de 2024, o tribunal promoveu o seminário *“Justiça Restaurativa: um caminho para a construção de ambientes de trabalho justos e equitativos”*, no qual foram discutidos os fundamentos teóricos e práticos da JR e suas interfaces com a conciliação tradicional. O ministro Cláudio Brandão ressaltou que a JR já se manifesta, ainda que de forma intuitiva, nas audiências de conciliação, em que “muitas vezes o trabalhador busca apenas ser ouvido sobre as violências sofridas na relação laboral” (TST, 2024).

Essa percepção reforça que a Justiça do Trabalho, pela sua própria vocação conciliatória, já contém os elementos essenciais para o desenvolvimento da JR. As experiências analisadas demonstram que a Justiça Restaurativa é compatível com os princípios protetivos do Direito do Trabalho, gerando resultados concretos como a redução de litígios repetitivos, a prevenção de conflitos internos e a humanização do processo judicial.

Os tribunais que adotaram práticas restaurativas também registraram maior satisfação das partes, evidenciando que o diálogo e a corresponsabilidade produzem efeitos mais duradouros que as medidas coercitivas tradicionais. Contudo, embora os resultados sejam promissores, ainda há desafios a superar.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa permitiu constatar que a Justiça Restaurativa (JR), ainda em processo de consolidação no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, revela-se um instrumento legítimo e promissor para a transformação das práticas de resolução de conflitos. Suas experiências práticas evidenciam que a JR contribui não apenas para a pacificação social, mas também para a construção de ambientes laborais mais éticos,

colaborativos e saudáveis.

A análise das iniciativas implementadas em tribunais como o TRT da 6<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup> e 20<sup>a</sup> Regiões, bem como no Tribunal Superior do Trabalho, demonstrou resultados concretos: fortalecimento da cultura de diálogo, redução de litígios repetitivos, ampliação da corresponsabilidade entre as partes e restauração de vínculos profissionais abalados. Esses dados empíricos comprovam que a JR é plenamente compatível com os princípios estruturantes do Direito do Trabalho, sobretudo com a dignidade da pessoa humana, a boa-fé objetiva e a função social das relações laborais.

Do ponto de vista teórico, a JR reafirma o papel pedagógico e humanizador da Justiça do Trabalho, ao substituir a lógica punitiva ou meramente patrimonial pela valorização da escuta, da responsabilização consciente e da reparação integral dos danos. Trata-se de um modelo que resgata o sentido social da justiça, aproximando-a dos sujeitos e das realidades concretas que compõem o mundo do trabalho.

Contudo, para que esse paradigma se consolide, é indispensável o fortalecimento institucional e normativo da JR. A ausência de regulamentação específica, a resistência cultural entre operadores do direito e a carência de formação continuada de facilitadores ainda constituem barreiras à sua plena efetividade. A criação de resoluções específicas no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como o investimento em políticas permanentes de capacitação e sensibilização, são medidas urgentes para garantir sua expansão e uniformização.

Conclui-se, portanto, que a Justiça Restaurativa não deve ser vista como alternativa marginal ou eventual, mas como política pública essencial ao aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho, integrando-se ao sistema protetivo já existente. Ao combinar proteção normativa e humanização das relações laborais, a JR representa um passo significativo rumo à efetivação dos valores constitucionais da dignidade humana e da boa-fé, valores que devem orientar a justiça do futuro: inclusiva, dialógica e restaurativa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 1 jun. 2016. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>. Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Violência e assédio moral no trabalho: perguntas e respostas**. Coordenação Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho. Brasília: MPT, 2025.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. **Recurso Ordinário Trabalhista nº 0000969-71.2023.5.06.0016**. Relatora: Gisane Barbosa de Araújo. Quarta Turma. Julgado em 31 jul. 2025. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trt-6/4325094935>. Acesso em: 4 out. 2025.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. Justiça restaurativa em lides penais e modelos alternativos de conciliação incompatíveis com o direito e o processo do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 1-21, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistatrt10.emnuvens.com.br>. Acesso em: 4 out. 2025.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 20. **ed. comemorativa, revista, atualizada e ampliada**. Salvador: Juspodivm, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO. **Seminário no TRT-MG aborda Justiça Restaurativa e os contratos de aprendizagem**. Belo Horizonte, 9 abr. 2024. Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/comunicacao/noticias-institucionais/seminario-no-trt-mg-aborda-o-tema-justica-restaurativa-e-aprendizagem>. Acesso em: 4 out. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **Tribunais gaúchos se unem em jornada sobre soluções consensuais de disputas**. Porto Alegre, 30 out. 2025. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/50694786>. Acesso em: 5 out. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO. **TRT-6 aposta na Justiça Restaurativa**. Recife, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/05/20/trt-6-aposta-na-justica-restaurativa>. Acesso em: 4 out. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. **TRT-15 realiza roda de conversa com motoristas terceirizados na segunda etapa do projeto “Vamos falar sobre o assédio?”**. Campinas, 17 jul. 2025. Disponível em: <https://trt15.jus.br/noticia/2025/trt-15-realiza-roda-de-conversa-com-motoristas-terceirizados-na-segunda-etapa-do>. Acesso em: 5 out. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO. **Justiça Restaurativa e a Resolução Consensual de Conflitos: MP de Sergipe participa de roda de conversa no TRT-20**. Aracaju, 10 set. 2024. Disponível em: <https://www.mpse.mp.br/index.php/2024/09/10/mp-de-sergipe-atraves-da-coapaz-participa-de-roda-de-conversa-sobre-justica-restaurativa-no-trt/>. Acesso em: 5

out.2025.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Justiça do Trabalho reforça viés conciliatório com práticas da Justiça Restaurativa.** Brasília, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/justi%C3%A7a-do-trabalho-refor%C3%A7a-vi%C3%A9s-conciliat%C3%B3rio-com-pr%C3%A1ticas-da-justi%C3%A7a-restaurativa>. Acesso em: 4 out. 2025.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.



**Capítulo 7**  
**EDUCAÇÃO, RAÇA E CLASSE SOB A LENTE DA LEI**  
**10.639/03: Contradições e Possibilidades na Formação da**  
**Consciência em uma Sociedade Desigual**  
*Ivaldo da Silva Sousa*  
*Elaine Ferreira do Nascimento*





**EDUCAÇÃO, RAÇA E CLASSE SOB A LENTE DA LEI 10.639/03:  
Contradições e Possibilidades na Formação da Consciência em uma  
Sociedade Desigual**

***Ivaldo da Silva Sousa***

*Doutorando em Políticas Públicas, Mestre em Planejamento e Políticas Públicas, Pós-Graduado em Psicopedagogia, Pós-Graduado em Métodos do Ensino de Arte, Pós-Graduado em História e Literatura Afrodescendente, Graduado em Artes, Plásticas, Autor de vários livros. E-mail: ivaldo-sousa@uol.com.br/mestreivaldo@gmail.com*

***Elaine Ferreira do Nascimento***

*Universidade Federal do Piauí, Fiocruz Piauí. Mulher cis negra, gorda, sapatão. Carioca. Casada. Serviço Social (UFF), mestre e doutora em Ciências/Saúde Coletiva. Pós Doutora em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas. Atua na área da saúde coletiva interseccional com comunidades quilombolas e indígenas. Discute Racismo Ambiental e Mudanças Climáticas. Investiga Agenciamento de mulheridades, raça, gênero/sexualidade em perspectiva interseccional, negraelaine@gmail.com, elaine.nascimento@fiocruz.br*

**RESUMO**

O Acorado na tradição marxista, este estudo esquadrinha o descompasso entre a validade jurídica da Lei 10.639/03 e sua execução nas redes de ensino, perguntando até que ponto ela forja consciência crítica sobre raça e classe. A investigação, qualitativa e fundamentada em revisão bibliográfica, utiliza análise de conteúdo para mapear a produção acadêmica recente. Inspirada na dialética marxiana, a escola é concebida

como aparelho ideológico onde se confrontam forças de reprodução capitalista e iniciativas de resistência construídas por sujeitos subalternizados. Os achados revelam que, apesar do avanço simbólico da legislação, sua eficácia é bloqueada por racismo institucional, desvalorização do trabalho docente e escassez de formação continuada voltada à temática étnico-racial. Conclui-se que a ruptura dessas travas exige políticas públicas estruturantes e processos formativos auto-geradores que aliem teoria e prática revolucionária, convertendo a escola em espaço de produção de sentidos contra-hegemônicos e de luta pela superação das desigualdades estruturais no contexto educativo brasileiro.

**Palavras-chave:** Educação; Consciência; Classe.

### **ABSTRACT**

Grounded in the Marxist tradition, this study explores the gap between the legal establishment of Law 10.639/03 and its actual implementation within Brazilian educational systems, questioning its potential to foster critical awareness regarding race and class. Based on a qualitative methodology and supported by a bibliographic review, the research applies content analysis to examine recent academic production. Through a Marxian dialectical lens, the school is understood as an ideological apparatus where capitalist reproduction mechanisms collide with acts of resistance led by historically marginalized subjects. Findings suggest that, while the law represents a symbolic and legal achievement, its effectiveness is obstructed by institutional racism, the devaluation of teaching labor, and the absence of continued training on ethnic-racial issues. The study concludes that overcoming these structural limitations requires solid public policies and formative processes that merge revolutionary praxis and critical theory, transforming the school into a space for counter-hegemonic meaning-making and struggle against structural inequalities.

**Keywords:** Education; Critical awareness; Class.

## **1INTRODUÇÃO**

A urgência de decifrar por que a Lei 10.639/03, apesar de seu inegável alcance jurídico, encontra obstáculos na sala de aula inspira o presente artigo, o ponto de partida é a constatação empírica: nas escolas públicas brasileiras, marcadas por profundas clivagens de raça e classe, as temáticas africanas e afro-brasileiras continuam periféricas e culturais, quando não ausentes, tal lacuna evidencia um paradoxo: uma política pensada para combater desigualdades acaba, muitas vezes, absorvida pela própria engrenagem que as reproduz.

Diante desse cenário, perseguimos três objetivos centrais, primeiro, problematizar as razões estruturais que inviabilizam a plena execução da lei, enfatizando o papel do racismo institucional, da precarização docente e da lógica meritocrática que permeia os sistemas de ensino, segundo, mapear práticas contra-hegemônicas que emergem no interior das escolas e que podem apontar caminhos de ruptura, terceiro, oferecer subsídios para a construção de processos formativos capazes de articular teoria crítica e intervenção pedagógica transformadora.

A investigação se ancora no materialismo histórico-dialético, entendendo a escola como aparelho ideológico em permanente tensão entre forças de reprodução capitalista e iniciativas de resistência protagonizadas por sujeitos subalternizados. Metodologicamente, realizamos uma revisão bibliográfica qualitativa, submetendo a produção acadêmica recente a procedimentos de análise de conteúdo. Essa abordagem permite captar não apenas a dimensão normativa da lei, mas as mediações concretas, econômicas, políticas e culturais, que condicionam sua efetividade. Ao fim, defendemos que a transformação curricular só ganha densidade quando acompanhada de mudanças nas condições de trabalho e de uma formação continuada que, inspirada na filosofia marxista, vincule a crítica às desigualdades à luta por sua superação prática.

## **2 A LEI 10.639/03 E OS LIMITES DA REPRESENTAÇÃO**

### **2.1 A luta de classes no currículo: contradições e resistências marxistas na implementação da educação afro-brasileira**

Ao analisarmos a aplicação da Lei 10.639/03, observamos que sua efetividade encontra obstáculos não apenas na ausência de formação docente adequada ou no despreparo curricular, mas principalmente na estrutura material que conforma as relações escolares, a ausência de imagens positivas sobre a população negra nos livros didáticos, nas paredes das salas de aula e nos discursos pedagógicos não é casual, mas expressão de uma estrutura de poder que naturaliza a exclusão racial.

A construção da subjetividade do aluno negro, portanto, não pode ser compreendida fora de sua inserção nas relações sociais historicamente desiguais, como afirmam Marx e Engels, os homens não produzem apenas suas ideias, mas a sua própria

vida material, logo, a escola que silencia a história negra contribui para a alienação do aluno negro de sua identidade e história.

A promulgação da Lei nº 10.639/03 representou uma conquista histórica das lutas dos movimentos negros, ao tornar obrigatória a inclusão da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica, contudo, passadas mais de duas décadas, a efetivação dessa lei enfrenta limites concretos de aplicação e profundos entraves estruturais, esses limites estão fortemente vinculados à lógica reprodutiva do sistema capitalista, que mantém o racismo como um dos pilares da dominação de classe.

Ferreira (2024), ao investigar a presença da Lei 10.639/03 nas aulas de Matemática e nos livros didáticos do PNLD 2021, revela um cenário marcado pela invisibilização dos sujeitos negros e pela negação de seus saberes, a análise de duas coleções amplamente utilizadas no ensino médio demonstrou que a produção matemática continua sendo atribuída majoritariamente a autores brancos e europeus, o apagamento das contribuições africanas e afro-brasileiras reforça a ideologia da neutralidade da ciência, ocultando o caráter socialmente construído do conhecimento.

A autora observa: “a maioria das imagens de pessoas negras aparece em situações de vulnerabilidade ou de cotidiano, dando a entender que essas pessoas não têm contribuição alguma para áreas da sociedade, para a Matemática” (FERREIRA, 2024, p. 09). Esta representação limitada não é casual, ela cumpre uma função ideológica: desumanizar e subalternizar sujeitos racializados, naturalizando a sua exclusão das esferas do saber, da ciência e do poder, a falsa universalidade do conhecimento eurocêntrico é, portanto, uma estratégia de manutenção das desigualdades estruturais que beneficiam as classes dominantes brancas.

A escola, nesse contexto, opera como um aparelho ideológico de Estado (Althusser), que contribui para a reprodução das relações de dominação racial e de classe, a ausência de representações afirmativas da população negra nos livros e nos conteúdos curriculares contribui diretamente para a formação de uma consciência alienada nos estudantes negros, como destaca Ferreira (2024), os livros didáticos analisados silenciam autores negros e negam sua existência enquanto produtores de ciência, assim, mesmo a tentativa de “inclusão” corre o risco de ser simbólica, superficial e funcional à manutenção do status quo.

A formação docente é outro ponto crítico, a maioria dos professores entrevistados pela autora declarou nunca ter discutido a Lei 10.639/03 durante sua formação inicial, a autora aponta: “na formação inicial e continuada, a maioria não teve qualquer contato com a Lei 10.639/03 ou com a discussão sobre educação das relações étnico-raciais” (FERREIRA, 2024, p. 90), sem preparo crítico e histórico, os docentes acabam por reforçar a lógica hegemônica e por reproduzir práticas que excluem saberes não brancos.

A luta pela efetivação da Lei 10.639/03, portanto, precisa ir além da simples menção de conteúdos afro-brasileiros em determinadas datas comemorativas. Trata-se de uma disputa profunda por representatividade crítica, que exige uma ruptura epistemológica e política com o modelo educacional eurocêntrico e neoliberal, a autora propõe que os saberes africanos e afro-brasileiros sejam incorporados ao ensino de Matemática por meio de práticas pedagógicas que envolvam a etnomatemática, os jogos africanos e a valorização das tecnologias ancestrais negras (FERREIRA, 2024).

Por essa via, a aplicação da lei pode contribuir para a construção de uma consciência crítica, que articule raça, classe e conhecimento, e que desmonte a lógica da inferiorização da população negra, como aponta Ferreira, é fundamental que os livros didáticos sejam revistos para que “enfraqueçam o racismo e reforcem a luta por uma educação antirracista” (FERREIRA, 2024, p. 70).

Portanto, a Lei 10.639/03, se aplicada de maneira crítica e dialética, pode ser um instrumento poderoso de transformação, contudo, enquanto for implementada de forma burocrática e sem romper com os fundamentos ideológicos da branquitude e da classe dominante, seus efeitos continuarão limitados, a superação desses limites depende da organização política dos trabalhadores, da formação crítica dos educadores e da construção de um projeto de educação verdadeiramente emancipador.

A construção das nossas subjetividades não é um processo natural ou neutro, mas se dá nas encruzilhadas entre história, cultura, classe, raça, gênero e território, desde cedo, aprendemos a nos enxergar a partir dos olhos do outro, seja na família, na escola, na televisão ou nas ruas do bairro, somos atravessados por discursos que nos dizem o que é bonito, certo, aceitável ou inteligente, e é nesse emaranhado de vozes e silêncios que vamos os construindo, nos reconhecendo (ou nos negando).

A escola, por exemplo, ao silenciar saberes negros ou indígenas, ao exaltar apenas autores brancos e europeus, participa ativamente na fabricação de subjetividades

colonizadas, da mesma forma, o racismo, o machismo e a desigualdade social moldam nossas formas de sentir, sonhar e agir, muitas vezes nos impondo limites invisíveis, romper com essas imposições é tarefa coletiva, exige que reconheçamos os mecanismos que nos constroem e, a partir deles, inventemos novas formas de existir, mais nossas, mais livres, mais plurais.

## **2.2 A Produção da Subjetividade e a Luta Contra a Alienação**

A representação do negro na escola está intimamente ligada à produção de subjetividades, quando o aluno negro não se vê nos conteúdos escolares, nas imagens expostas ou nas figuras de autoridade, ele aprende que seu lugar social é o da invisibilidade, isso não é resultado de uma falha pontual, mas da lógica estrutural de uma sociedade fundada sobre a escravidão e mantida pelo racismo estrutural.

O método materialista histórico-dialético permite compreender que a transformação da consciência, no caso, o reconhecimento da identidade negra como legítima e valorizada, depende da transformação das condições sociais concretas, não é suficiente que a escola declare-se antirracista; é preciso que ela modifique suas práticas e representações a partir de uma nova base material e simbólica.

A construção da subjetividade de professores e estudantes em contextos escolares está intrinsecamente ligada à história de exclusão, apagamento e opressão estruturada pelas marcas do colonialismo e pela reprodução do sistema, a Lei 10.639/03, ao propor a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, surge como uma possibilidade concreta de romper com os dispositivos alienantes impostos pela monocultura eurocêntrica que domina os currículos escolares, no entanto, como demonstram os trabalhos de Moreira (2022), essa implementação enfrenta limites que exigem reflexão e ação crítica.

Moreira (2022) reconhece que sua própria formação docente esteve inserida em uma lógica padronizadora e conservadora, marcada por uma educação “alienante, padronizadora de mentes e de comportamento”, que a treinou para atender às exigências do mercado capitalista e do pensamento único da ciência europeia (p. 15), o reconhecimento de sua condição de “ser inacabado”, conforme o pensamento freiriano, foi um marco em sua trajetória de reconstrução identitária e pedagógica, a autora afirma

que só ao entrar em contato com os saberes antirracistas e com os princípios da pedagogia libertadora de Paulo Freire passou a compreender os limites da própria subjetividade construída sob os pilares da branquitude e do colonialismo (MOREIRA, 2022, p. 21).

A autora denuncia que, historicamente, o currículo de Química silenciou os saberes dos povos africanos, contribuindo para a alienação do sujeito negro, que não se vê representado nos livros, nos exemplos científicos ou na formação dos próprios docentes (MOREIRA, 2022, p. 26). Para superar essa alienação, ela propõe o uso das temáticas afro-brasileira como tema gerador para a construção de uma nova subjetividade, crítica e ativa, que valorize as raízes culturais da população negra e as relacione com os conteúdos científicos.

Lima(2023) amplia essa análise ao discutir como as práticas escolares contribuem para o epistemicídio e a negação dos saberes das mulheres quilombolas, a invisibilização dessas vozes é um dos mecanismos mais violentos de produção da alienação, pois silencia histórias, culturas e epistemologias próprias, ela propõe o “letramento racial” como saber fundamental a ser desenvolvido na escola para que as novas gerações compreendam como o racismo se estrutura e se naturaliza no cotidiano escolar (p. 98).

Percebemos então a evidência que o combate à alienação exige a descolonização dos currículos, o reconhecimento da pluralidade epistêmica e a atuação pedagógica consciente do professor como sujeito político, a transformação da subjetividade não é um ato isolado, mas um movimento coletivo que implica em ação-reflexão-ação, como destaca Moreira (2022), ao relatar sua experiência com o Coletivo CIATA e as intervenções pedagógicas em Química baseadas nos pilares freirianos de dialogicidade, politicidade e culturalidade (p. 50).

Portanto, a luta contra a alienação passa pela reconstrução da identidade étnico-racial dos sujeitos históricos da escola, isso significa romper com o discurso hegemônico que inferioriza os saberes africanos e legitima apenas os conhecimentos produzidos pela branquitude, significa também valorizar a estética negra como forma de resistência simbólica e afetiva, como apontado na valorização dos corpos e dos cabelos naturais das mulheres negras nas comunidades quilombolas (2023, p. 99).

O enfrentamento da alienação exige coragem pedagógica, como ensina Hooks, ao propor que a sala de aula seja um espaço de transgressão, onde o conhecimento seja instrumento de liberdade e consciência crítica, somente por meio da superação da

alienação e da produção de uma subjetividade autônoma é possível efetivar, de fato, os princípios da Lei 10.639/03, para além da mera formalidade institucional.

### **3 CONCLUSÃO**

A análise empreendida neste artigo evidenciou que a Lei 10.639/03, embora represente um marco jurídico na disputa por reconhecimento da população negra, permanece capturada por uma engrenagem escolar que tende a reproduzir as hierarquias de raça e de classe historicamente construídas no capitalismo brasileiro. A partir de uma perspectiva marxista, demonstramos que a escola, enquanto aparelho ideológico do Estado, atua simultaneamente como veículo de reprodução da ordem dominante e como possível trincheira de resistência coletiva. Identificamos, de um lado, barreiras estruturais — racismo institucional, precarização do trabalho docente, currículos eurocêntricos — que limitam o alcance da legislação; de outro, experiências insurgentes que, mesmo fragmentárias, apontam para práticas pedagógicas contra-hegemônicas capazes de tensionar a lógica capitalista no interior da sala de aula.

Nesse sentido, a efetivação da Lei 10.639/03 não pode ser pensada como mero ajuste curricular, mas como parte de um processo mais amplo de luta de classes, exigindo transformações nas condições materiais de trabalho dos profissionais da educação e a construção de uma consciência histórica crítica entre educadores, estudantes e comunidade. Entre as propostas imediatas, destacamos: (i) instituir programas permanentes de formação continuada, financiados pelo Estado, com ênfase na teoria crítica africana e afro-brasileira; (ii) criar núcleos de pesquisa-ação que articulem universidades, sindicatos e movimentos negros para produzir materiais didáticos, avaliar práticas e difundir experiências exitosas; (iii) vincular repasses de recursos públicos a indicadores de adoção efetiva de conteúdos afro-referenciados, evitando que a lei se transforme em letra morta nos documentos oficiais.

Todavia, tais iniciativas só ganharão substância se acompanhadas de uma política de valorização do trabalho escolar que rompa com a lógica de sobrecarga e baixos salários. É necessário garantir jornadas compatíveis com a elaboração de projetos pedagógicos críticos, o que implica concursos públicos, planos de carreira dignos e liberdade de cátedra resguardada contra pressões conservadoras. Nossa análise indica que a

precariedade objetiva da docência constitui um dos principais gargalos para a materialização de propostas transformadoras: um trabalhador exaurido dificilmente encontra condições para reinventar o currículo a partir de perspectivas contra-hegemônicas.

Do ponto de vista científico, o estudo aponta lacunas que convidam a novas investigações, urge realizar pesquisas longitudinais que acompanhem escolas onde a lei tenha sido implementada de forma consistente, mapeando impactos sobre o rendimento e a autoimagem dos estudantes negros. Estudos etnográficos em comunidades quilombolas, indígenas e periferias urbanas também podem revelar estratégias locais de resistência que escapam às estatísticas oficiais. Ademais, análises quantitativas sobre correlação entre investimento em formação antirracista e indicadores de aprendizagem permitiriam dimensionar com maior precisão os efeitos das políticas de valorização docente.

Outro campo promissor envolve a comparação internacional: examinar leis semelhantes em países latino-americanos pode oferecer elementos para uma agenda regional de educação antirracista. Além disso, pesquisas sobre a apropriação de tecnologias digitais para difusão de saberes afro-referenciados — podcasts, plataformas de audiovisual e jogos sérios — podem ampliar as trincheiras de disputa cultural para além dos muros escolares.

Reafirmamos que a Lei 10.639/03, compreendida à luz da filosofia marxista, só se realiza plenamente quando articulada a processos de transformação estrutural que coloquem em xeque a ordem capitalista que sustenta as desigualdades raciais, a escola, enquanto espaço contraditório, não substitui a luta nas ruas, mas pode potencializá-la ao formar sujeitos capazes de reconhecer as raízes históricas da opressão e de se organizar coletivamente por sua superação, que este trabalho sirva de convite a pesquisadores, educadores e movimentos sociais para avançar na construção de uma práxis pedagógica que, ao mesmo tempo, denuncie a reprodução das injustiças e anuncie um projeto de sociedade calcado na igualdade substantiva.

## REFERÊNCIAS

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOREIRA, Marilene Barcelos. **A boniteza da implementação da Lei 10.639/03 no ensino de Química: esperando criticamente superar os estigmas étnico-raciais do ambiente escolar.** 2022. Tese (Doutorado em Química) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Química, Programa de Pós-Graduação em Química, Goiânia, 2022.

LIMA, Márcia Paroque de . **ARTE-EDUCAÇÃO ESTÉTICA E ÉTICA: uma proposta de fortalecimento da Lei 10.639/03.** São Paulo: Faculdades Conectadas ,2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Políticas da diferença na educação brasileira: a Lei 10.639/03. In: Revista Educação & Sociedade, v. 33, n. 120, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.  
SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2022.** Brasília: INEP, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, 2003.

FERREIRA, Jaíne Macêdo. **A efetivação da Lei nº 10.639/03: na visão do(a) professor(a) de ensino médio e em sua presença nos livros didáticos do PNLD 2021.** 2024. 138 f. Dissertação Mestrado em Educação em Ciências e Matemática – Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, 2024.



**Capítulo 8**  
**A ATUAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**  
**NA INTERFACE ENTRE CONSUMO E PRODUÇÃO DE**  
**RESÍDUOS**

*Tatiana dos Santos Costa*  
*Raimundo Lenilde de Araújo*



## **A ATUAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA INTERFACE ENTRE CONSUMO E PRODUÇÃO DE RESÍDUOS<sup>1</sup>**

***Tatiana dos Santos Costa***

*Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Técnica em Assuntos Educacionais no IFAP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4731749181549731> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4449-9600>. E-mail: [costa.tatianads@gmail.com](mailto:costa.tatianads@gmail.com)*

***Raimundo Lenilde de Araújo***

*Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia/Mestrado/UFPI. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7741473553613369>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5491-0996>. Email: [raimundolenilde@gmail.com](mailto:raimundolenilde@gmail.com)*

### **RESUMO**

Este trabalho apresenta uma pesquisa de revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter crítico-reflexivo, parte integrante da pesquisa de Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Para isso, foram analisadas obras de Mandel (1982), Netto (1992), Boff (2017), Gadotti (2000), Barros e Pinto (2008) e Magalhães (2016), que discutem o papel do Estado na sociedade capitalista e seus reflexos no contexto do consumo, a perspectiva ambiental e a atuação dos catadores de materiais recicláveis. A pesquisa justifica-se pela influência do Estado no consumo de massa e na geração crescente de resíduos sólidos urbanos, cuja destinação inadequada impacta a natureza em seus mais diversos aspectos. Nesse contexto, destaca-se a atuação dos catadores que, apesar do papel socioambiental desenvolvido em sua atividade profissional, ainda são desvalorizados e estigmatizados

---

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado nos anais da XII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) 2025.

pela sua atuação. Constatase que o consumo fomenta o modo de produção capitalista, amplia a geração de resíduos e, aliado a esse processo, normaliza a desresponsabilização quanto à destinação e disposição final ambientalmente adequada desses resíduos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos apresenta possibilidades de enfrentamento, especialmente por meio da atuação dos catadores, mas sua efetiva implementação permanece limitada. A problemática dos resíduos sólidos urbanos não é somente ambiental, mas também atravessa o contexto social. Dessa maneira, para além de destinar os resíduos a aterros sanitários e atuar para a redução da geração de resíduos, fomentando práticas de reutilização, é necessário reconhecer e fortalecer a atuação dos catadores de materiais recicláveis.

**Palavras-chave:** Catadores de materiais recicláveis. Resíduos sólidos urbanos. Consumo.

#### **ABSTRACT**

This study presents a bibliographic review research, grounded in a qualitative approach and a critical-reflective perspective, constituting part of the doctoral research in Public Policy at the Federal University of Piauí (UFPI). To this end, works by Mandel (1982), Netto (1992), Boff (2017), Gadotti (2000), Barros and Pinto (2008), and Magalhães (2016) were analyzed, addressing the role of the State in capitalist society and its implications within the contexts of consumption, environmental perspectives, and the work of recyclable material waste pickers. The study is justified by the State's influence on mass consumption and the increasing generation of urban solid waste, whose inadequate disposal impacts the environment in multiple ways. In this context, the role of waste pickers stands out, as despite the socio-environmental contribution developed through their professional activities, they continue to be socially undervalued and stigmatized. It is observed that consumption fosters the capitalist mode of production, expands waste generation, and, alongside this process, normalizes the lack of accountability regarding the environmentally appropriate disposal and final destination of such waste. The National Solid Waste Policy presents possibilities for addressing these issues, particularly through the work of waste pickers; however, its effective implementation remains limited. The issue of urban solid waste is not solely environmental, but also deeply embedded within the social context. Therefore, beyond directing waste to sanitary landfills and promoting waste reduction through reuse practices, it is necessary to recognize and strengthen the role of recyclable material waste pickers.

**Keywords:** Recyclable material waste pickers. Urban solid waste. Consumption.

## **INTRODUÇÃO**

Ao longo da história da humanidade, o consumo tornou-se um fator inerente às satisfações das necessidades humanas e, no seio do modo de produção capitalista, é ainda mais fomentado para a acumulação de capital. O consumismo acarreta problemas que se agravam ao longo do tempo, como, por exemplo, a geração de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), que não são destinados de forma adequada à sua integralidade, provocando impactos ambientais e sociais.

Nessa interface, a atuação do catador de material reciclável se encontra em uma dicotomia que perdura há décadas: por um lado tem-se a importância socioambiental da profissão; por outro, a desimportância atribuída aos RSU e, conseqüentemente, à atividade desenvolvida pelos catadores na reciclagem/coleta seletiva.

No Brasil, essa situação é preocupante. Em 2010, foi estabelecida a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da Lei nº 12.305/2010 (Brasil, 2010), que prevê a destinação final ambientalmente adequada: reutilização, reaproveitamento, reciclagem e, não sendo mais possível aproveitar, esses materiais (que passam a ser chamados de rejeitos) devem ser dispostos em aterros sanitários. Além disso, a PNRS prevê a inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis na gestão de resíduos sólidos.

Contudo, segundo dados da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA) (2023; 2024), a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas não têm acompanhado o percentual de geração de RSU. Ademais, a atuação dos catadores de materiais recicláveis continua em um processo de invisibilização e estigmatização na sociedade.

Em meio aos desequilíbrios ecológicos gerados pela sociedade capitalista, os catadores de materiais recicláveis se inserem no processo de destinação final ambientalmente adequada, para gerar renda, e sua atuação traz benefícios ambientais; entretanto, são profissionais desvalorizados e mantidos à margem da sociedade.

Considerando que o modo de produção influencia diretamente no processo social e na divisão de classe, questiona-se: De que maneira se dá a atuação do Estado na interface entre consumo e destinação dos RSU, juntamente com a atuação dos catadores?

Destarte, é essencial compreender teoricamente os processos que historicamente engendram tanto a produção de RSU quanto a desvalorização dos catadores de materiais

recicláveis, para uma reflexão crítica sobre as relações de conflitos de interesses em relação ao meio ambiente, os quais contribuem para causar impactos socioambientais.

Desse modo, o presente trabalho apresenta uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada a partir de uma revisão bibliográfica (Cavalcante; Oliveira, 2020), de caráter crítico-reflexivo, sendo parte integrante de pesquisa de doutorado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Piauí.

A revisão teve como objetivo reunir e analisar produções que abordam a atuação dos catadores de materiais recicláveis no contexto da gestão dos RSU, bem como a interface com a política ambiental e o papel do Estado na sociedade capitalista. Nesse viés, tomou-se por base estudos de Mandel (1982), Netto (1992), Boff (2017), Gadotti (2000), Barros e Pinto (2008) e Magalhães (2016), que abordam temas como o papel do Estado no processo de consumo, a perspectiva ambiental e a atuação/luta dos catadores de materiais recicláveis, dentre outros autores que contribuem na discussão. Também foram consultados documentos oficiais, como a PNRS (Brasil, 2010) e os panoramas elaborados pela ABREMA (2023; 2024).

## **2 ENTRE O CONSUMO E A DESTINAÇÃO ADEQUADA: A DESVALORIZAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

### **2.1 Atuação do Estado na sociedade capitalista**

O papel do Estado tem ligação direta com o modo de produção capitalista, garantindo condições para sua permanência e propagação, mesmo que isso seja feito de forma aparentemente indireta. Compreender e discutir o surgimento do Estado e suas funções na sociedade do capital é importante para se dialogar com a realidade do problema dos RSU e a atuação dos catadores de materiais recicláveis. Nesse sentido, Mandel (1982) destaca que o Estado surge da divisão do meio social promovida pelo trabalho, relacionada à autonomia no crescimento de atividades vinculadas à superestrutura, sendo sua função mediar a produção, o que sustenta a estrutura da classe dominante e as relações no meio produtivo.

Nessa linha, Netto (1992) enfatiza que, no capitalismo monopolista, o Estado assume dois tipos de funções: diretas e indiretas. As funções diretas incluem fornecer aos monopólios serviços com baixo custo, como, por exemplo, energia e matérias-primas essenciais, além de socializar perdas de monopólios em dificuldades e, posteriormente,

ocorrer a reprivatização, e construir complexos com fundo público para os monopólios, que garante clara expectativa de lucro por parte do Estado. As funções indiretas “[...] mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização” (Netto, 1992, p. 21).

Considerando-se tais funções, percebe-se que as ações do Estado não são neutras e, por isso, há benefícios e malefícios sociais acerca dos quais se deve refletir criticamente. As funções do Estado se pautam na ótica de preservação do capitalismo e no controle da força de trabalho; logo, infere-se que, direta ou indiretamente, o Estado se encontra aliado ao processo de incitação ao consumo exagerado (Netto, 1992). A consequência da propagação do consumo é clara: cada vez é maior a produção de RSU despejados no meio ambiente sem qualquer forma de tratamento.

## **2.2 RSU como problemática socioambiental: a invisibilização dos catadores de materiais recicláveis**

Os resíduos provenientes do consumo acentuado são um problema mundial, uma vez que o consumo tem sido reforçado para a acumulação de capital, enquanto o descarte (a troca pelo novo) é cada vez mais normalizado. No Brasil, verifica-se a geração exacerbada de RSU: em 2022, houve a geração de 77.076.428 toneladas de resíduos, e em 2023 esse número se elevou para 80.957.467 toneladas (ABREMA, 2023; 2024). A região Sudeste apresentou a maior geração de RSU no país, com 49,3% do total nacional, enquanto a região Norte tem o menor percentual, com 7,5%. Apesar de o Norte do país ter a menor geração, é a região com maior percentual de destinação final inadequada dos RSU (ABREMA, 2024). Esses dados apontam que regiões com maiores desigualdades e carência de investimento enfrentam mais dificuldades em gerenciar os resíduos gerados. Os impactos engendrados pelo que se denomina “lixo” afetam tanto o contexto ambiental quanto o social: trata-se de um elo inseparável.

Boff (2017) alerta que, agora, a Terra passa por um alto nível de agressão causada pelos seres humanos, em uma busca incessante de dominar e usufruir da natureza de forma desenfreada. Esse processo de agressão, orquestrado pelo modo de produção capitalista, causa sérios desequilíbrios ecológicos no aspecto socioambiental de impacto nas relações com todas as espécies animais e vegetais.

Frente à problemática de destinação dos RSU, a atuação dos catadores de materiais recicláveis encontra-se permeada por desequilíbrios no processo de destinação final ambientalmente adequada pela coleta seletiva. Na realidade, pode-se considerar desequilíbrios que tanto engendram a poluição ambiental quanto a manutenção da marginalização dos catadores.

No contexto de articulação direta entre as ações humanas e as problemáticas ambientais, é necessário reconhecer que seus impactos são de caráter socioambiental. Para Gadotti (2000), as questões ambientais não podem estar dissociadas dos problemas sociais, visto que o ser humano é parte do meio ambiente. Então, nesta concepção, é preciso compreender os sujeitos como integrantes de uma sociedade local e global, ao mesmo tempo em que a solução dos problemas sociais também é parte da sustentabilidade do planeta. Para o autor, o sucesso da luta ecológica depende:

[...] muito da capacidade de os ecologistas convencerem a maioria da população, a população mais pobre, de que se trata não apenas de limpar os rios, despoluir o ar, reflorestar os campos devastados para vivermos num planeta melhor num futuro distante. Mas também de dar uma solução, simultaneamente, aos problemas ambientais e aos problemas sociais. (Gadotti, 2000, p. 58)

Neste sentido, mais do que pensar em uma coleta seletiva fragmentada, com ênfase apenas na sua importância ambiental, é necessário refletir sobre a atuação dos catadores de materiais recicláveis em processos que promovem benefícios socioambientais. Por este motivo, a PNRS prioriza a atuação de cooperativas e/ou associações de catadores na coleta seletiva urbana. A questão não se resume à disposição final ambientalmente adequada nos aterros sanitários, mas sim à promoção da destinação ambiental adequada dos RSU, por meio da reciclagem e/ou reutilização por essas instituições, com o estabelecimento de soluções sociais e ambientais simultaneamente.

Barros e Pinto (2008) relatam que a atuação dos catadores de materiais recicláveis é de longa data, ou seja, desde os anos de 1980. Além disso, os autores mencionam que, em muitos casos, essa atividade foi passada de geração em geração, conforme é perceptível nos relatos dos catadores. Barros e Pinto (2008) pontuam que a desvalorização e a marginalização dessa profissão seguem a mesma linha histórica: a invisibilização desses profissionais e da sua atuação diária na reciclagem e na coleta seletiva. Netto (1992) alerta que, muitas vezes, as políticas sociais não atendem na integralidade às mudanças estruturais, o que contribui para a fragmentação da questão

social.

Os catadores de materiais recicláveis tiveram a oficialização da sua atividade como categoria profissional pelo Ministério do Trabalho (Brasil, 2017) na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o nº 5192-05, no de 2002, descrita como:

Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança (Brasil, 2017, [n. p.]).

Apesar dessa conquista, esses profissionais ainda enfrentam condições desfavoráveis de trabalho, de saúde, de preconceitos da sociedade, entre outros. Por esse motivo, é essencial a formulação de políticas públicas que sejam de fato inclusivas; não é válido apenas ter um trabalho, mas as condições em que ele ocorre devem ser consideradas (Medeiros; Macedo, 2006).

Segundo dados do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (2017), há em média 800 mil catadores atuando no Brasil, sendo mais da metade do sexo feminino. Uma vasta gama de trabalhadores que necessitam de reconhecimento profissional e melhores condições de trabalho - fator deveria estar em vigor se houvesse a atenção necessária para a implementação da PNRS e fomento do processo de reciclagem com os catadores.

Magalhães (2016) destaca a relação paradoxal da atuação dos catadores de materiais recicláveis: por uma parte da sociedade, são vistos como atores fundamentais no processo de reciclagem; por outra, são estigmatizados pelos materiais que manipulam. Segundo Magalhães (2016), esses trabalhadores estão sempre em uma linha tênue de exclusão e de inclusão indireta, já que, em muitos contextos, a inclusão não se concretiza e eles ainda são alvo de repressão.

Nesse cenário, a organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas ou associações é uma forma de unir forças para lutar pela inclusão efetiva na gestão dos RSU. Barros e Pinto (2008) salientam a importância dessa organização, pois influencia diretamente no modo como os próprios catadores passam a reconhecer seu papel na sociedade e a necessidade de luta pelos seus direitos. Os autores mencionam que “participar do movimento associativo constrói uma identidade política e cria sociabilidades baseadas na solidariedade e na existência de um projeto comum de

transformação das relações de exploração e opressão” (Barros; Pinto, 2008, p. 76).

As cooperativas e associações se caracterizam como organizações de economia solidária, que, além da geração de renda para os integrantes, têm como princípio a horizontalização das relações como forma de desenvolvimento contrário ao modo de produção capitalista. Para Gadotti (2009, p. 48) a economia solidária é mais que um modo de produção: “[...] é um modo de vida. O espírito da economia solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos. Todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais. São também não materiais”.

Assim, a economia solidária envolve outros aspectos além da obtenção de renda: é uma outra visão de mundo, inspirada nos princípios da solidariedade, do cooperativismo e em progredir juntos. Esse “modo de vida”, como diz Gadotti (2009), não é praticado instantaneamente, tendo em vista a normalização das relações verticais; para o autor, a autogestão que essa economia sustenta deve ser vivenciada na prática, nas experiências.

Para além da importância e necessidade de organização dos catadores de materiais recicláveis, é urgente romper com o sistema contraditório que os permeia. Magalhães (2016) discute a contraposição entre como a sociedade os enxerga e como eles se identificam, o que já evidencia o estigma que enfrentam: enquanto grande parte da população os considera como “catadores de lixo”, eles se reconhecem como “catadores de materiais recicláveis”. Essa distinção revela a percepção social que ainda percebe os resíduos como algo sem valor, o que desvaloriza tanto a atividade quanto a identidade dos catadores.

Os catadores conferem valor aos resíduos. Na maior parte dos casos, a atividade da coleta seletiva não foi sua primeira opção de trabalho, mas se tornou uma possibilidade de obter renda. Observa-se, no entanto, um paradoxo nessa relação: por um lado está sendo conferido mais valor aos materiais que anteriormente eram considerados “lixo”, o que é um processo extremamente relevante para o contexto ambiental; por outro, é necessário conferir mais valor ao sujeito que desenvolve a coleta seletiva, o que não vem acontecendo (Barros; Pinto, 2008). Assim, conforme preconiza a PNRS, a efetivação da gestão dos RSU exige o reconhecimento do seu caráter socioambiental, ou seja, a valorização dos resíduos não pode ocorrer dissociada da valorização daqueles que os tornam reaproveitáveis.

### 3 CONCLUSÃO

Com base nos autores estudados, pode-se afirmar que os desequilíbrios ecológicos que impactam todas as espécies que vivem na Terra carecem de análises críticas sobre as questões que se articulam e propagam problemáticas socioambientais. Há de se ressaltar que, na sociedade capitalista, a atuação do Estado está intrinsecamente ligada ao modo de produção para acumulação de capital, fator que faz com que as políticas públicas venham “amenizar” as questões tanto ambientais quanto sociais, mas não as dirimir. Nesse processo, o consumo é o principal agente para movimentar e alimentar esse modo de produção, tendo como consequência direta a geração de RSU extremamente acentuada.

Há possibilidades de retorno direto para solucionar a problemática dos RSU, com a implementação da PNRS, principalmente no que se refere à atuação dos catadores de materiais recicláveis. No entanto, apesar da atuação crucial desses trabalhadores no contexto socioambiental, observa-se ausência de efetivas ações para implementação da PNRS. Tal questão impede processos que promovam a inclusão socioprodutiva dos catadores, que permitam sua atuação de forma mais digna e, quiçá, ampliem sua atuação por meio da organização em cooperativas ou associações. Essa organização é outro fator ainda pouco difundido entre esses profissionais, que necessitam de suporte adequado para tal. São trabalhadores que atuam há um longo período na atividade da coleta seletiva/reciclagem e não são valorizados como agentes ambientais que os são.

A problemática dos RSU não é somente ambiental, atravessando também o contexto socioambiental. Dessa maneira, para além de destinar os resíduos a aterros sanitários, atuar para a redução da geração de resíduos, fomentar práticas de reutilização, é necessário reconhecer e fortalecer a atuação dos catadores de materiais recicláveis. Contudo, o que se observa é a intenção direta ou indireta do Estado em manter esses profissionais à margem da sociedade, tendo em vista que o que se preza é o fomento à acumulação de capital.

### REFERÊNCIAS

ABREMA - Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil - 2023**. Disponível em: [https://www.abrema.org.br/wp-content/uploads/dlm\\_uploads/2024/03/Panorama\\_2023\\_P1.pdf](https://www.abrema.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2024/03/Panorama_2023_P1.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

ABREMA - Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil - 2024**. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/download/96475/?tmstv=1733786378>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BARROS, Vanessa Andrade de; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, Valéria Heloisa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. (Orgs.). **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é, o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de

Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2 de ago de 2010. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 2017.

Disponível em:

<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. Acesso em:

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. Liminalidade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira? In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira. (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

MEDEIROS, Luiza Ferreira R.; MACEDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Educação**, 18 (2), ago. 2006.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Quantos catadores existem em atividade no Brasil?** Dúvidas frequentes. São Paulo, fev. 2017. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 9 jun. 2025.

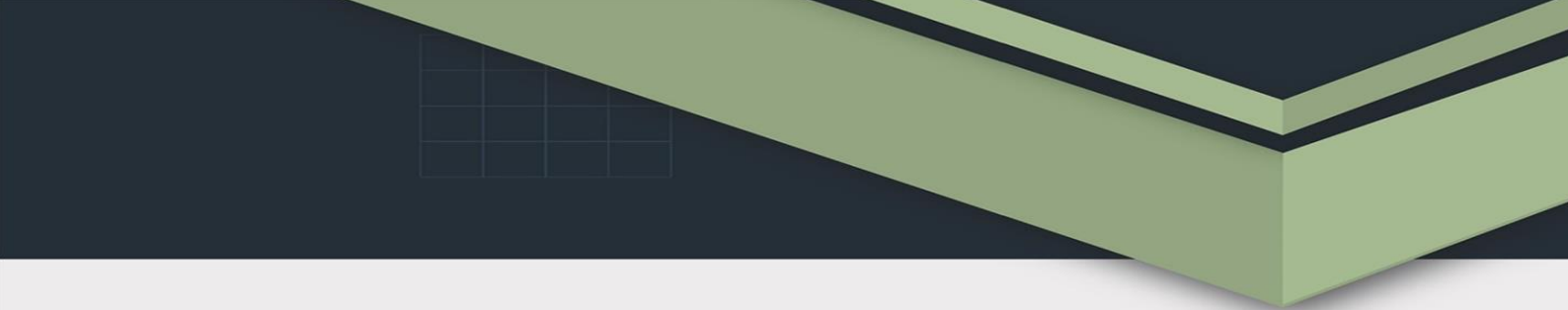
NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.



**Capítulo 9**  
**A LINHA DE CUIDADO EM SAÚDE COM CRIANÇAS E**  
**ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UM**  
**ESTUDO EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE**  
**FORTALEZA**

*Izabel Guedes Guimarães*  
*Liduína Farias Almeida da Costa*





# **A LINHA DE CUIDADO EM SAÚDE COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UM ESTUDO EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE FORTALEZA**

***Izabel Guedes Guimarães***

*Mestra em Planejamento e Políticas Públicas/UECE. Graduada em Serviço Social/UEPB. E-mail: izabelguedes12@gmail.com*

***Liduina Farias Almeida da Costa***

*Doutora em Sociologia, com Pós - Doutorado também em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: liduinafariasac@gmail.com*

## **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo avaliar a Linha de Cuidado (LC) para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em situação de violências, em Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Fortaleza, Ceará. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com base na avaliação em profundidade, conforme Rodrigues (2008; 2011). O estudo foi realizado na UPA Messejana, utilizando análise documental, observação sistemática, entrevistas e questionários. Os resultados indicam que a LC é implementada positivamente quanto ao acolhimento e atendimento. No entanto, há fragilidades na notificação, capacitação e articulação com a rede socioassistencial. Concluímos que, embora a política pública defina diretrizes, sua efetividade depende do contexto sociopolítico, das relações Inter federativas e da interação entre formuladores, implementadores e usuários.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Saúde. Avaliação em profundidade; Linha de cuidado; Unidade de Pronto Atendimento.

## **ABSTRACT**

This study aims to evaluate the Care Line (CL) for Comprehensive Health Care for Children, Adolescents, and Their Families in situations of violence, in an Emergency Care Unit (UPA) in Fortaleza, Ceará, Brazil. The research adopted a qualitative approach, based on in-depth evaluation, according to Rodrigues (2008; 2011). The study was conducted at the Messejana UPA, using document analysis, systematic observation, interviews, and questionnaires. The results indicate that the CL is positively implemented in terms of reception and care. However, weaknesses were identified in reporting, professional training, and articulation with the social assistance network. We conclude that, although public policy defines guidelines, its effectiveness depends on the sociopolitical context, intergovernmental relations, and the interaction among policymakers, implementers, and users.

**Keywords:** Public Health Policies. In-depth evaluation; Care pathway; Emergency Care Unit.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho se vincula à pesquisa mais ampla sobre o tema da “Implementação e Avaliação de Políticas Públicas”, a qual deu suporte também à elaboração de dissertação de Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas. Neste estudo, definiu-se como objetivo central avaliar a Linha de Cuidados (LC) em relação às violências interpessoais e autoprovocadas contra crianças e adolescentes atendidas na UPA Messejana, no período de 2018 a 2022. Para fins de amostragem, foram considerados os profissionais que compõem o quadro de funcionários e que atuam diretamente no atendimento com crianças e adolescentes nessa instituição, englobando todas as etapas de atendimento ofertadas ao usuário, tais como: médicos(as) pediatras, enfermeiros(as) e assistentes sociais, além da coordenação da unidade, que pertence a categoria de enfermagem. A coleta e produção de dados foram realizadas a partir da análise de documentos do Ministério da Saúde e da UPA em referência, bem como por meio de observação sistemática, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. As entrevistas seguiram um roteiro flexível e os questionários contaram com perguntas preestabelecidas. Ambos foram realizados e/ou aplicados com os sujeitos da pesquisa, no período compreendido entre 10 de outubro e 10 de novembro do ano de 2024.

Na análise documental, foram priorizados os registros dos anos de 2018 a 2022, tais como: prontuários, livros de ocorrências, arquivos de encaminhamentos realizados,

assim como também sites institucionais, vale salientar que neste período a UPA teve sua dinâmica alterada devido adequações dos atendimentos frente a pandemia de COVID-19. Destacamos que a observação sistemática decorreu também da inserção ativa da pesquisadora em equipe multiprofissional na UPA Messejana, ao participar diretamente dos atendimentos às vítimas de violência.

Sob a perspectiva metodológica, o estudo se aproximou da “Avaliação em Profundidade” formulada por Rodrigues (2008; 2011). Esta abordagem considera o contexto social, econômico, político e cultural, incluindo a análise institucional, as relações de poder, os interesses e os valores que permeiam a formulação e a implementação de uma política pública.

A escolha por esta perspectiva se justifica pela necessidade de compreender a complexidade da LC e seus desdobramentos no contexto específico da UPA Messejana. A “Avaliação em Profundidade”, com sua ênfase na análise contextual e na compreensão dos processos e atores envolvidos, permitiu uma avaliação mais completa e aprofundada das dimensões da linha de cuidados, revelando seus pontos fortes, fragilidades e desafios.

## **2 A REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MESSEJANA: UM BREVE PANORAMA**

A política de saúde no Brasil foi estruturada a partir da Constituição Federal de 1988 e das Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, que estabelecem as bases legais para a promoção, proteção e recuperação da saúde, além de organizar o funcionamento dos serviços. Nesse contexto, foi formulado o Sistema Único de Saúde (SUS) que se fundamenta em princípios como universalização, equidade, integralidade, descentralização, regionalização, hierarquização e participação popular.

Entre 1998 e 2002, foram emitidas normas pontuais para o atendimento de urgência, incluindo as primeiras portarias voltadas ao serviço pré-hospitalar móvel. No entanto, a ausência de uma política nacional evidenciava a necessidade de normatização mais ampla, o que levou à formulação da Política Nacional de Atenção às Urgências (PNAU), em 2003. Essa política foi posteriormente ampliada, com destaque para a incorporação das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) como componente fixo do atendimento pré-hospitalar.

A ampliação dos serviços de urgência e emergência teve início em 2008, com a Portaria GM/MS nº 2.922, que instituiu as UPAs como novos espaços de atenção, promovendo a equidade por meio da regionalização, qualificação do atendimento e interiorização dos serviços. A integração das UPAs com o SAMU e com a atenção básica constituiu um diferencial em relação aos modelos tradicionais de pronto atendimento. Elas desempenham papel fundamental como porta de entrada ao SUS, ofertando cuidado qualificado e regulado, encaminhando pacientes para internações hospitalares e garantindo continuidade do cuidado.

A partir de 2010, a atenção às urgências passou a integrar o modelo das Redes de Atenção à Saúde (RAS) como uma rede temática prioritária. Em julho de 2011, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 1.600, reformulando a PNAU e instituindo a Rede de Atenção às Urgências (RUE) no SUS. Em 2013, foi elaborado um manual instrutivo que consolidou as estratégias de implementação da RUE, assegurando ao usuário um conjunto integrado de ações e serviços voltados às urgências e emergências, com foco em resolutividade e agilidade.

A implementação da RUE envolveu a pactuação entre as três esferas de gestão (federal, estadual e municipal), promovendo maior organização e integração dos pontos de atenção. Nesse contexto, as UPAs tornaram-se estruturas intermediárias entre a atenção básica e a rede hospitalar, funcionando 24 horas por dia, todos os dias da semana. Com equipe multiprofissional, prestam atendimento a casos clínicos, cirúrgicos e traumáticos, estabilizam pacientes e realizam triagens diagnósticas para definir a conduta e encaminhamentos apropriados.

No Estado do Ceará, a implantação da RUE seguiu as diretrizes da Portaria GM/MS nº 1.600/2011, estruturando-se em cinco fases: adesão e diagnóstico, desenho regional da rede, contratualização dos pontos de atenção, qualificação dos componentes e certificação da rede. A Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA) atualmente coordena 24 UPAs distribuídas em diferentes municípios.

Fortaleza, capital do Ceará e quarta cidade mais populosa do Brasil, com 2.428.678 habitantes (IBGE, 2022), concentra 12 UPAs, com gestão compartilhada entre as esferas estadual e municipal. Entre elas, destaca-se a UPA Messejana, inaugurada em 10 de maio de 2012, sendo o terceiro equipamento pré-hospitalar fixo da cidade, implantado dentro do cronograma da RUE.

Localizada na área de abrangência da Secretaria Regional VI (SER VI)<sup>2</sup>, a UPA ora mencionada é gerida por meio de convênio entre a SESA e o Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGH)<sup>3</sup>, uma Organização Social (OS). Conta com equipe multiprofissional composta por médicos(as) clínicos e pediatras, enfermeiros(as) e assistentes sociais, oferecendo atendimento ao público adulto, crianças e adolescentes.

O atendimento aos pacientes é feito com base no Protocolo de Manchester<sup>4</sup>, se iniciando com o trabalho de enfermeiros(as) que classificam os casos segundo critérios como gravidade, risco de complicações e grau de sofrimento, mediante os quais é definido o tempo de espera para atendimento médico. A UPA Messejana cumpre papel estratégico na estrutura da RUE em Fortaleza, funcionando como um elo fundamental na rede integrada de urgência e emergência, bem como é referência para os moradores dos bairros que compõem a SER VI e outras áreas da cidade. Em tese, a unidade visa agilidade, segurança no cuidado, resolutividade e integração entre serviços do SUS, como atenção básica, SAMU e atenção hospitalar e, quando necessário, outros serviços da rede socioassistencial. Ao admitir a imprescindibilidade desse importante instrumento para efetivação política pública de saúde, realizamos esse estudo para avaliação da LC e sua implementação prática na referida UPA.

## **2.1 Linha de cuidados: sua implementação na UPA Messejana**

A violência contra crianças e adolescentes no Brasil representa uma gama de graves desafios à efetivação da proteção integral preconizada pelo (ECA). Historicamente, este fenômeno tem permeado as relações sociais e direcionado as formas de se viver em sociedade. O Brasil tem sua história marcada pelo processo de colonização, aculturação

---

<sup>2</sup> As Secretarias Executivas Regionais (SERs) em Fortaleza são estruturas administrativas da Prefeitura, responsáveis pela gestão descentralizada dos serviços públicos em diferentes áreas da cidade. Fortaleza é dividida em regiões administrativas, e cada uma delas possui uma SER, que atua como uma extensão da administração municipal, a fim de facilitar a implementação de políticas públicas e melhor atender às demandas locais da população.

<sup>3</sup> O ISGH foi constituído em 11 de julho de 2002. No mesmo ano, o Instituto obteve junto ao Governo do Ceará a qualificação de Organização Social da Saúde (OSS), conforme Decreto Estadual nº 26.811, de 30 de outubro de 2002, posteriormente alterado pelo Decreto Estadual nº 29.555, de 21 de novembro de 2008, sendo a primeira entidade privada do Estado a receber esta certificação.

<sup>4</sup> O Sistema Manchester de Classificação de Risco (SMCR) foi desenvolvido por enfermeiros e médicos do Reino Unido como estratégia para estabelecer, dentre a demanda de pacientes que se apresenta nas Emergências, quais são aqueles que, com base em critérios clínicos, deveriam ter prioridade de atendimento. Trata-se de uma diretriz de ordenamento para o atendimento em Emergências, priorizando aqueles pacientes sob condições clínicas de maior risco (GBCR, 2010).

dos povos indígenas, escravização dos negros e ditaduras políticas, e estas ações sistemáticas de violência deixaram um legado de desigualdade social que, por sua vez, tornaram-se um fenômeno estrutural da sociedade, apresentando-se de forma multifacetada.

O ciclo de violência é agravado pelas desproporções socioeconômicas da população, discriminação racial e de gênero, e ao mesmo tempo, pela insuficiência de ações preventivas e de apoio psicossocial às vítimas e seus vínculos afetivos, familiares e comunitários.

A caracterização dos diferentes tipos de violência não é simples por tratar-se de fenômeno heterogêneo e multifatorial. Para fins deste estudo, seguimos as definições da OMS, adotadas pelo Ministério da Saúde (MS) brasileiro, segundo os quais as violências são caracterizadas de várias formas, podendo ser autoprovocadas, interpessoais e institucionais. Dentre essas, conforme preconiza a linha de cuidados (LC) do MS (2014), podemos destacar algumas tipologias, como: violência intrafamiliar e doméstica, negligência, violência física, sexual e psicológica.

A violência atravessa todas as camadas da sociedade, e tem se configurado como um grave problema de saúde pública no Brasil, em especial quando se trata de crianças e adolescentes, pois os impactos são devastadores para seu desenvolvimento físico e psicológico.

Nesse contexto, a RUE, especialmente no que diz respeito às UPAs, assume um papel significativo frente ao atendimento destas vítimas, enquanto “porta de entrada” de acesso aos demais serviços, operando de forma contínua, durante todos os dias, visando à resolutividade e agilidade no atendimento às vítimas de agressão.

De acordo com o ECA, dentre outras instituições, os serviços de saúde têm a obrigação de notificar os órgãos competentes (como Conselho Tutelar, Ministério Público e delegacias especializadas) sempre que identificarem casos suspeitos ou confirmados de violência. Esta notificação é fundamental para garantir a proteção da criança e do adolescente, e possibilitar a aplicação de medidas protetivas. Para além da notificação, as UPAs devem estabelecer articulação efetiva com outros serviços da rede de proteção socioassistencial, visando proporcionar o acompanhamento integral da vítima, considerando não apenas suas necessidades físicas, mas também as psicológicas e sociais.

As políticas públicas de saúde no Brasil incorporaram a violência como uma questão central a partir de normativas específicas que orientam ações de prevenção,

assistência e vigilância. Em 1998, o MS lançou o Programa Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, ampliado em 2001 com a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, que estabeleceu diretrizes para a atuação do setor saúde no enfrentamento deste problema.

Em 2004, a Política Nacional de Promoção da Saúde incluiu a violência como um dos seus eixos prioritários, fortalecendo a perspectiva de promoção da paz e cultura dos direitos humanos. Outro avanço ocorreu em 2011, com a obrigatoriedade da notificação compulsória da violência, vislumbrando registros de casos de violência interpessoal e autoprovocada atendidos pelos serviços de saúde.

Dentre as ações implementadas, foi instituída a Linha de Cuidados (LC) para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas famílias em situação de violência, com o intuito de orientar profissionais e gestores de saúde sobre a importância da integralidade do cuidado em todas as suas dimensões, a saber: acolhimento, atendimento, notificação, e seguimento na rede de cuidados e de proteção social.

Neste aspecto, a LC engloba os serviços de urgência e emergência, com destaque para as UPAs, enquanto equipamentos fixos, que apresentam uma dinâmica privilegiada no atendimento em relação a identificação, notificação e encaminhamento das vítimas à rede de proteção socioassistencial. Dentro da perspectiva do cuidado integral, a notificação de violências interpessoais e autoprovocadas é um instrumento importante para evidenciar o fenômeno, além de gerar dados que irão subsidiar a vigilância epidemiológica e as políticas públicas.

Este estudo avaliou a implementação da LC em relação às violências interpessoais e autoprovocadas contra crianças e adolescentes no contexto da UPA Messejana, compreendendo o cuidado através de um conjunto de ações e serviços formulados para tratar dos impactos da violência contra crianças e adolescentes.

Percebemos que as orientações da LC emanadas do Ministério da Saúde têm sido implementadas, embora encontrem dificuldades. Alguns pontos como o acolhimento e o atendimento inicial podem ser considerados como satisfatórios, no que diz respeito à dinâmica de classificação de risco adotada na UPA, visto que facilita a identificação das queixas e sintomas e agiliza o atendimento médico(a) do/a pediatra, bem como o processo de transferência dentro da rede de saúde, via central de regulação de leitos, quando há necessidade.

Os participantes da pesquisa demonstraram conhecimento sobre os tipos de violência, dando ênfase às questões físicas, sexuais e psicológicas, sem, no entanto, contextualizar outros determinantes, como o aumento da violência urbana, que afeta diretamente a vida em sociedade.

Salientamos também, que no decorrer do tempo, vários fatores têm alterado a dinâmica de funcionamento do serviço, tais como: altas demandas, pandemia COVID 19 (que modificou totalmente os fluxos e rotinas assistenciais), doenças sazonais anuais que sobrecarregam os atendimentos, equipes reduzidas (em especial no turno da noite), profissionais não capacitados/treinados, aliados à infraestrutura que não comporta acomodar tantos usuários. A sobrecarga de trabalho e a insegurança para os profissionais também são barreiras significativas para a implementação de práticas mais eficazes.

Ainda nesse sentido, perante a obrigatoriedade da notificação e sua relevância frente ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, o presente estudo revelou quão significativa é a atuação do assistente social enquanto referência para os demais membros da equipe de trabalho. Este profissional realiza escuta qualificada, elabora relatórios e faz os devidos encaminhamentos, viabilizando a interlocução junto à rede socioassistencial. Contudo, existe uma lacuna na instituição avaliada, pois esta dispõe de assistente social apenas no período diurno, desfalcando a assistência no turno da noite.

Os sujeitos da pesquisa apontaram para a desatualização da ficha de notificação, considerando-a “desproporcionada em relação às mudanças societárias e as formas de violências”. Também foi sugerido que o preenchimento do formulário de notificação fosse digitalizado, aproveitando os dados do paciente já cadastrados junto ao sistema interno da UPA, dando fluidez ao processo durante o atendimento.

Ao avaliar a participação da equipe em capacitações e treinamentos voltados para a aplicação e monitoramento das orientações da LC na UPA Messejana, identificamos essa lacuna como sendo o maior desafio enfrentado pelos profissionais que desempenham suas funções com base em suas próprias experiências e de forma desarticulada.

Em consequência, uma parte dos participantes apresentou desconhecimento dos equipamentos da rede socioassistencial para os quais deveriam encaminhar as demandas. Ainda nesse contexto, constatamos, mais uma vez, a necessidade de mais profissionais de serviço social, pois estes têm sido referência no cotidiano da instituição no concernente à LC, ao sanar dúvidas, realizar abordagens aprofundadas, e providenciar as articulações intersetoriais apropriadas.

A complexidade do fenômeno da violência aliada às limitações impostas pelas escassas oportunidades de treinamento e capacitação – que deveriam ser continuados e voltados para os implementadores da política – se traduzem, portanto, em distanciamento dos critérios legais e dos objetivos estabelecidos no momento de formulação das ações.

No que concerne a esta questão, podemos exemplificar que, quando em uma equipe multiprofissional, os encaminhamentos das vítimas de violência são normalmente delegados para uma categoria profissional, os profissionais do serviço social, os quais, por sua vez, não compõem a equipe no horário noturno. Desta forma, não podem suprir a necessidade nos dois turnos de plantão, ocasionando fragilidade frente a integralidade e ações interprofissionais tão necessárias para o cuidado e proteção.

### **3 CONCLUSÃO**

A pesquisa realizada nos autoriza a afirmar que a política pública de urgência e emergência, por meio do equipamento da UPA Messejana, sendo essa uma das principais portas de entrada do SUS, tem função relevante frente às consequências da violência na vida dos seus usuários, desde que as orientações oriundas da LC sejam executadas em sua plenitude e monitoradas sistematicamente.

O cuidado previsto na área da saúde tem como significativa função a interlocução entre as macro e microestruturas sociais. Deste modo, podemos afirmar que a integralidade permite um atendimento holístico e protetivo. A UPA Messejana tem protocolos bem estabelecidos para encaminhamentos dos usuários, junto as redes de atenção à saúde, visando garantir o direito fundamental à saúde e à vida, conduzindo a assistência com agilidade e segurança. Contudo, é determinante acionar a rede socioassistencial, com o fim claro de ampliar a cobertura protecional das vítimas, que perpassa o acolhimento, atendimento, notificação e articulação entre instituições.

A implementação de um protocolo de atendimento específico para casos de violência contra crianças e adolescentes, considerando a dinâmica da unidade e contendo definições objetivas dos fluxos e responsabilidades dos profissionais, é essencial para garantir a proteção a vida de forma ampla, para além das questões de saúde.

A utilização de ferramentas tecnológicas modernas e interligadas, que viabilizassem a coleta de dados com maior agilidade e coerência, facilitando as notificações compulsórias e encaminhamentos, com preferência para formas de registro

único junto ao prontuário do usuário. Tendo em vista que a ficha de notificação compulsória (SINAN/MS) tornou-se desatualizada e arcaica, dificultando seu preenchimento e demandando mais tempo do profissional.

Este estudo representa um esforço avaliativo com respeito às orientações da LC, implementadas no cotidiano da UPA Messejana, e visa colaborar com o debate acerca da implementação de políticas públicas e suas ações para o enfrentamento da problemática da violência contra crianças e adolescentes no campo da saúde pública e da ciência política. As UPAS são campos promissores, diversificados e pouco explorados em estudos científicos. Entretanto, o presente estudo não teve a pretensão de esgotar todas as dimensões reflexivas que a temática exige, mas sim fomentar novas investigações e aprofundamentos na área.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. T. **Tendências no estudo sobre avaliação. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**, v. 3, n. 1, p. 29-49, 1998.

ARRETCHE, M. T. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas**. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. C. B. de (Orgs.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 84 p., il.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_crianças\\_famílias\\_violências.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf). Acesso em 10 de julho de 2024.

CONTATORE, O. A.; MALFITANO, A. P. S.; BARROS, N. F. **Por uma sociologia do cuidado: reflexões para além do campo da saúde**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 17, p. e0017507, 2019.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOTTA, G. **Agentes de implementação: uma forma de análise de políticas públicas.** Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 19, n. 65, jul. /dez, 2014.

MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Ed.). **A política pública como campo multidisciplinar.** SciELO-Editora FIOCRUZ, 2018.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006b.

PAIM, J. S. **O que é o SUS.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

RODRIGUES, L. C. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais.** Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL), Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

RODRIGUES, L. C. **Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios.** CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 16, p. 55-73, mar. 2011. Disponível em: [www.cchla.ufpb.br/caos](http://www.cchla.ufpb.br/caos). Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

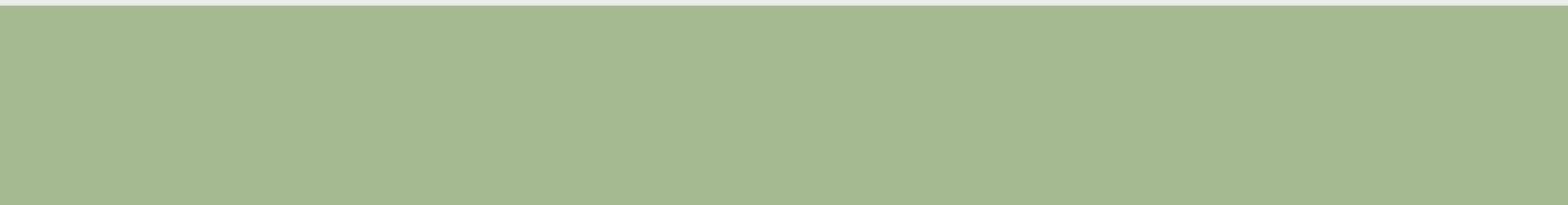
RUA, M. G. **Avaliação de políticas, programas e projetos:** notas introdutórias. Brasília: ENAP, 2000.

SANCHEZ, R. N.; MINAYO, M. C. S. **Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde.** In: LIMA, C. A. (coord.). *Violência faz mal à saúde.* Brasília: Ministério da Saúde, 2006.



## AUTORES

---



**Ana Clara de Moraes Astolpho**

Doutoranda e Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela UFF, Bacharel em Ciências Econômicas pela UFF. Email: [aastolpho@id.uff.br](mailto:aastolpho@id.uff.br)

**Débora Coelho Nunes Campos**

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB, São Luís - Maranhão. Estagiária de Graduação na Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Pesquisadora em Justiça Restaurativa e Desenvolvimento Sustentável. Endereço eletrônico: [deboracampos.direito@gmail.com](mailto:deboracampos.direito@gmail.com)

**Elaine Ferreira do Nascimento**

Universidade Federal do Piauí, Fiocruz Piauí. Mulher cis negra, gorda, sapatão. Carioca. Casada. Serviço Social (UFF), mestre e doutora em Ciências/Saúde Coletiva. Pós Doutora em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas. Atua na área da saúde coletiva interseccional com comunidades quilombolas e indígenas. Discute Racismo Ambiental e Mudanças Climáticas. Investiga Agenciamento de mulheridades, raça, gênero/sexualidade em perspectiva interseccional, [negraelaine@gmail.com](mailto:negraelaine@gmail.com), [elaine.nascimento@fiocruz.br](mailto:elaine.nascimento@fiocruz.br)

**Eliane de Castro Gomes**

Graduada em Serviço Social pela Faculdade da Amazônia (FAAM). Pós-graduada em Serviço Social e Práticas de Saúde Básica e Hospitalar pela Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). E-mail: [eliane.gomesss1012@gmail.com](mailto:eliane.gomesss1012@gmail.com)

**Eweny Cristina Moraes Figueredo**

Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Professora Especialista em Educação Básica (Semed), Doutoranda em educação, [eweny.cristina@discente.ufma.br](mailto:eweny.cristina@discente.ufma.br)

**Helinelma Serejo Camara**

Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Professora dos Anos Iniciais, Mestranda em educação, [helinelma.serejo@discente.ufma.br](mailto:helinelma.serejo@discente.ufma.br)

**Ivaldo da Silva Sousa**

Doutorando em Políticas Públicas, Mestre em Planejamento e Políticas Públicas, Pós-Graduado em Psicopedagogia, Pós-Graduado em Métodos do Ensino de Arte, Pós-Graduado em História e Literatura Afrodescendente, Graduado em Artes, Plásticas, Autor de vários livros. E-mail: ivaldo-sousa@uol.com.br/mestreivaldo@gmail.com

**Izabel Guedes Guimarães**

Mestra em Planejamento e Políticas Públicas/UECE. Graduada em Serviço Social/UEPB. E-mail: izabelguedes12@gmail.com

**Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha**

Advogada. Mestre e Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Estado do Maranhão - UFMA. Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB, São Luís - Maranhão e Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Justiça Restaurativa e Desenvolvimento Sustentável. Endereço eletrônico: jocrf\_2009@hotmail.com

**Liduina Farias Almeida da Costa**

Doutora em Sociologia, com Pós - Doutorado também em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: liduinafariasac@gmail.com

**Marcus Vinicius dos Reis Venditti**

Mestre em Administração e Professor de Ensino Superior

**Nivea Sanaira Sousa Batista**

Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Pedagoga, Mestranda em educação, nivea.batista@discente.ufma.br

**Paula Regina Oliveira**

Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Professora Especialista em Educação (Semed) e Gestora Adjunta (Seduc), Doutoranda em educação, pr.oliveira@discente.ufma.br

**Raimundo Lenilde de Araújo**

Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia/Mestrado/UFPI. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7741473553613369>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5491-0996>. Email: [raimundolenilde@gmail.com](mailto:raimundolenilde@gmail.com)

**Tania Cristina Calsa Venditti**

Especialista em Nutrição Clínica, Pedagoga e Professora de Cursos Técnicos

**Tatiana dos Santos Costa**

Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Técnica em Assuntos Educacionais no IFAP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4731749181549731> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4449-9600>. E-mail: [costa.tatianads@gmail.com](mailto:costa.tatianads@gmail.com)

**Vitória Regina da Silva**

Mestre em Serviço Social e desenvolvimento regional pela UFF, Bacharel em Serviço Social pela UNESPAR. Email: [vitoriaregina9844@gmail.com](mailto:vitoriaregina9844@gmail.com)

# POLÍTICAS PÚBLICAS *e* CIÊNCIAS SOCIAIS

*em*

PERSPECTIVA CRÍTICA

“Não basta interpretar o mundo; é preciso transformá-lo.”

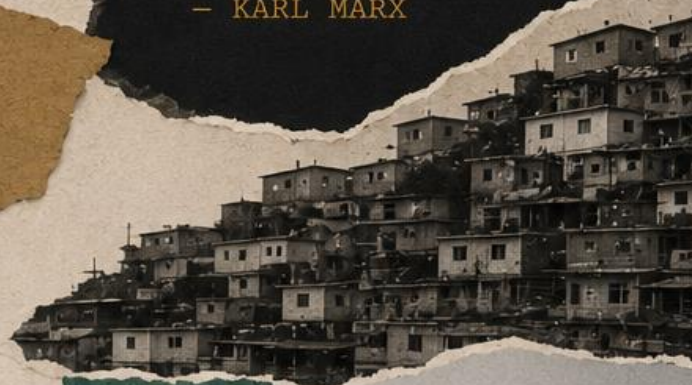
— KARL MARX

Este livro convida leitoras e leitores a uma reflexão profunda e necessária sobre as Políticas Públicas a partir do olhar crítico das Ciências Sociais.

Reunindo análises, debates e pesquisas comprometidas com a justiça social, a obra problematiza as estruturas de poder, as desigualdades e os desafios contemporâneos na formulação, implementação e avaliação de políticas que impactam diretamente a vida da população.

Com uma abordagem interdisciplinar e comprometida com a transformação social, o livro evidencia como o conhecimento crítico pode iluminar caminhos para a construção de políticas públicas democráticas, inclusivas e emancipatórias.

Uma leitura essencial para estudantes, pesquisadoras(es), profissionais e todas as pessoas que acreditam no poder do conhecimento para transformar realidades e construir um mundo mais justo.



Editora  
**UNIESMERO**

ISBN 978-655492176-3



9

786554

921763

